

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

REJANE LEAL CANDIDO

OS DISCURSOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE E AS COMUNIDADES
TRADICIONAIS EM TESES E DISSERTAÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

UBERABA

2021

REJANE LEAL CANDIDO

OS DISCURSOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE E AS COMUNIDADES
TRADICIONAIS EM TESES E DISSERTAÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de concentração: Fundamentos educacionais e formação de professores

Orientador: Prof. Dr. Danilo Seithi Kato

UBERABA

2021

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

C223d Candido, Rejane Leal
Os discursos sobre a sustentabilidade e as comunidades tradicionais em
teses e dissertações em educação ambiental / Rejane Leal Candido. -- 2021.
117 p. : il., graf., tab.

Dissertação (Mestrado em Educação) -- Universidade Federal do Tri-
ângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2021
Orientador: Prof. Dr. Danilo Seithi Kato

1. Educação ambiental. 2. Sustentabilidade. 3. Comunidades – Desen-
volvimento. 4. Teses. I. Kato, Danilo Seithi. II. Universidade Federal do
Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 502:37

REJANE LEAL CANDIDO

OS DISCURSOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE E AS COMUNIDADES
TRADICIONAIS EM TESES E DISSERTAÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

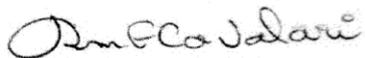
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Uberaba, 08 de julho de 2021.

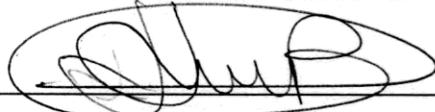
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Danilo Seithi Kato – Orientador
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM



Prof. Dra. Rosa Maria Feiteiro Cavalari
Universidade Estadual Paulista- UNESP



Prof. Dra. Marinalva Vieira Barbosa
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

Dedico este trabalho ao meu Avô João, indígena e benzedeiro, e à minha Vó Fia (Delíria), festeira de Santos Reis e dona das melhores comidas de fogão à lenha. Deixaram na minha memória somente lembranças cheias de afeto e carinho, fazem muita falta.

AGRADECIMENTOS

Pensar esse processo de construção e desconstrução foi um esforço que me levou a muitas ressignificações de mundo, de vida, minha vida! Para além da pesquisa e com apoio de leituras encaminhadas por esse processo formativo, surge assim a vontade de mudança e nova percepção de mundo. Agradeço ao meu EU pela capacidade de se reinventar e pensar novos horizontes por meio de desestabilizações de condições tão dadas e consumadas.

Pessoas tão amadas e queridas que foram meu alicerce, que me ensinaram sobre o que realmente tem valor: a união, o querer bem, de se preocupar, de dar carinho e cuidados, Pai e Mãe, José Divino e Marli. Obrigada por tantos incentivos, por se preocuparem e me apoiarem.

À minha irmã e amiga Raquel, que muito me apoia e está sempre ao meu lado e por ter me oportunizado ser tia, Jade uma cópia minha. Ao meu irmão Rafael e a Viviane por me presentear com meus meninos lindos e amados, Kauã, Enzo e Theo.

Aos meus avós, além de dedicar a eles este trabalho, agradeço aos dois, Vó Fia e Vô João, por todos os ensinamentos, pelo zelo, pela forma como me ensinaram a ver o mundo, a ter cuidado com quem está a minha volta pensando no bem de todos, por me ensinar a olhar para a natureza como parte da nossa vida, pela minha constituição enquanto pessoa. Obrigada!

Aos meus amigos que estavam sempre junto de mim principalmente nos processos de desconstrução ao longo dessa escrita e meio a tantas mudanças: Pri, Dany, Ceará, Lena, Daylon, Sula, Mirley, Nusa, Vê, Pedro. A minha amiga e parceira de angústias acadêmicas e de mundo, Laís. Carlinha, obrigada pela leitura e contribuição tão cuidadosa, amiga querida! A um amigo especial que chegou para ficar, que me apoia e se tornou um companheiro, Rafa, obrigada pelo carinho e cuidado sempre. Às companheiras de pós-graduação, disciplinas, anseios e preocupações Carol (obrigada em especial pela leitura amiga deste trabalho e por sempre se dispor a me ajudar), Tai e Helô. Letícia, minha prima/tia amiga, companheira de vivências com meus amados avós.

Ao MEU grupo GEPIC - Grupo de Estudos e Pesquisa em Interculturalidade e Educação em Ciências, um coletivo que sem dúvidas passou a fazer parte da minha vida e que me oportuniza tantas reflexões e encaminhamentos que são para além do mundo acadêmico, para a VIDA! Para as relações complexas que nos rodeia, para risos, conversas amenas e discussões teóricas. Aos queridos: Taryn, Michael, Vitória, Vanessa, Camila, Murilo, Cléo, Amábile, Laís, Maycon, Luiza, Stefano, Marta. E aos mais novos integrantes: Ginga, Ângela, Érika, Jairo, Larissa, Matheus, Mônica, Patrícia e Ana Lúcia, o GEPIC precisa de pessoas engajadas, assim como vocês! Sejam bem vindos e obrigada pelas discussões e reflexões.

A quem me oportunizou ressignificar o mundo, Danilo. Mais que um orientador, se tornou um amigo! Obrigada pela confiança, pelo incentivo, por acreditar em nossos desejos, pela ética e compromisso sempre. Pelas leituras e encaminhamentos, pela parceria! Obrigada por abrir as portas de sua casa e me receber sempre com tanto carinho. À Babi querida, pessoa especial de coração enorme e aos pequenos Clara e Caê.

Ao programa de Pós-Graduação PPGE/UFTM que possibilitou a divulgação desta pesquisa, enquanto dissertação, construída com muito afinho, dedicação e carinho. Meio pelo qual ainda acredito nos acessos gratuitos às instituições de ensino superior de qualidade. Assim como a graduação por meio da rede pública, também nesta instituição, e sem essa possibilidade provavelmente não estaria aqui, luto e acredito na ciência, bem como nas iguais oportunidades de acesso às instituições públicas, oportunizando que a sociedade possa se especializar.

Obrigada as Comunidades Tradicionais por terem tanto a nos ensinar, pensando no coletivo sem atribuir valor financeiro as parcerias que podemos estabelecer enquanto sociedade. Pela maneira como se relacionam com a natureza, nos mostrando um caminho possível para amenizar essas construções sociais e de mundo que traçam um caminho falido em prol do lucro.

Obrigada a todos e todas que de alguma forma estiveram e se fizeram presentes para que esse trabalho se concretizasse. Apesar de muitos momentos que precisam ser solitários, sem essas participações com certeza essa pesquisa não seria materializada. Meu muito obrigada!

“A cegueira da modernidade e sua incapacidade de recordar, [...] torna necessário volver o olhar para os povos originários, tradicionais ou indígenas, em cujos modos de vida – materiais e imateriais – é possível encontrar a memória da espécie. E é nessa memória que está boa parte das chaves para decifrar, compreender e superar a crise dessa modernidade, ao reconhecer outras formas de conviver entre nós e com os outros – entre modernos e os pré-modernos e entre os humanos e os não humanos, isto é, a natureza ou as culturas”

Toledo e Barrera-Bassols (2015)

“Viver melhor significa viver à custa do outro, explorando o outro, saqueando os recursos naturais, violando a Madre Tierra, privatizando os serviços básicos; [...] Viver bem é viver em solidariedade, em igualdade, em harmonia, complementaridade, em reciprocidade...”

Ibañez e Ledezma (2015)

RESUMO

Pensar a Sustentabilidade a partir dos conhecimentos construídos pelos povos e comunidades tradicionais com base no “Bem Viver” é uma proposta que se fundamenta em um pensamento decolonial sobre a construção do conhecimento hegemônico científico. Tem como base o conhecimento construído por povos que lidam com elementos do meio natural de forma a subsistirem, não imprimindo valor econômico aos recursos naturais. Ao analisarmos a Sustentabilidade dentro dessa perspectiva em estudos científicos, é possível traçarmos um panorama de como esses discursos têm sido construídos. Esses discursos contribuem também para pensar sobre a crise ambiental, seus efeitos e atores envolvidos. Este trabalho, portanto, tem como objetivo analisar quais significados e sentidos são construídos nos discursos acadêmicos quando tratam da relação entre Sustentabilidade e comunidades tradicionais e para alcançar este objetivo geral, trilhamos os seguintes objetivos específicos: 1- Caracterizar o contexto de produção de pesquisas em educação ambiental sobre Sustentabilidade e comunidades tradicionais; 2 – Construir os sentidos para a ideia de comunidades tradicionais nas teses e dissertações analisadas. Para tanto selecionamos, dentro da plataforma EArte, por critérios de busca delimitados na Sustentabilidade e comunidades tradicionais nas pesquisas em Educação Ambiental, uma Dissertação de Mestrado e uma Tese de Doutorado. Ambas foram analisadas qualitativamente em uma perspectiva da análise dialógica do discurso em acordo com Bakhtin e o Círculo. construímos seções de análises, que correspondem a três temas, em que ambos os trabalhos enunciavam: comunidades tradicionais e o território, comunidades tradicionais e o manejo da biodiversidade, comunidades tradicionais e desenvolvimento sustentável. No primeiro tema, elementos discursivos dão ao território diferentes sentidos, tanto para os sujeitos das comunidades, quanto para o processo de desenvolvimento. O segundo tema refere-se ao modo como os povos tradicionais se complementam com os demais elementos da natureza sem estabelecer relação financeira com ela. Na relação das comunidades tradicionais e o enunciado “desenvolvimento sustentável”, é possível verificar suas contradições frente ao enunciado “Sustentabilidade”. Verificamos, assim, que o território assume distintos “papeis” de acordo com o contexto em que é enunciado. A relação com o meio natural se constrói de acordo com que o sujeito determina como base de existência, seja pelo capitalismo e acumulação de bens, seja pelo “Bem Viver” via cultura. Apesar de muitos elementos aproximarem o discurso de uma proposta para a Sustentabilidade pautada nas comunidades tradicionais, há alguns posicionamentos demarcados por contradições enunciativas, como a utilização de discursos oficiais governamentais, que se reiteram e se reverberam por detrás do conceito de Sustentabilidade, com ênfase a amenizar os impactos ambientais gerados pelo crescimento econômico. Essa situação converge para o que tem sido usual: tratar o desenvolvimento sustentável como sinônimo de Sustentabilidade. Por mais que existam as aproximações nas discussões entre EA, Sustentabilidade e comunidades tradicionais nas pesquisas, ainda vemos perpetuar contradições que tendem a ter as práticas das comunidades tradicionais e o “Bem Viver” como forma de alcançar uma proximidade com o meio natural em complementaridade.

Palavras-chave: bem viver, decolonial, Estado da Arte, sustentável, território

ABSTRACT

Reflect on Sustainability constructed on the know ledge built by traditional people and communities based on wellbeing” is a proposal that is grounded on decolonial thinking about the construction of hegemonic scientific knowledge. It is based on the education made by traditional societies and communities whode al with elements of the natural environment in order to survive, not imparting economic valueto natural resources. By analyzing Sustainability from this perspective in scientific studies, it is possible to draw an overview of how these discourses have been constructed. It also contributes to thinking about the environmental crisis, its effects and the actors involved. Therefore, this work aimsto analyze which meaning sand porpous es are constructed in academic discourses when dealing with the relation between Sustainability and traditional communities and to achieve this general objective, we follow the following specific objectives: 1- Characterize the context of production of research in environmental education on Sustainability and traditional communities; 2 – Build meanings for the idea of traditional communities in the analyzed theses and dissertations. For this purpose, we selected, within the EArte platform, by search criteria delimited in Sustainability and traditional communities in research in Environmental Education, a Master's Dissertation and a Doctoral Thesis. Both were analyzed qualitatively from a perspective of dialogic discourse analysis in accordance with Bakhtin and the Circle. We organized analysis sections, which correspond to three themes, in which both works enunciated: traditional communities and the territory, traditional communities and the management of biodiversity, traditional communities and sustainable development. In the first theme, discursive elements give the territory different meanings, both for the subject so the communities and for the development process. The second theme refers to how traditional people complement each other with the other elements of nature without establishing a financial relationship with it. In the relation of traditional communities and the statement “sustainable development”, it is possible to verify heir contradictions against the statement “Sustainability”. Thus, we verify that the territory assumes different “roles” according to the context in which it is stated. The relationship with the natural environment is built according to what the subject determines as the basis of existence, whether through capitalism and accumulation of assets, or through “wellbeing” via culture. Al though many elements bring the discourse closer to a proposal for Sustainability based on traditional communities, there are some positions marked by enunciative contradictions, such as the use of official government discourses, which reiterate and reverberate behind the concept of Sustainability, with emphasis on mitigate the environmental impacts generated by economic growth. This situation converges with what has been common: treating sustainable development as synonymous for Sustainability. As much as there are approximations in the discussions between ambient al education, Sustainability and traditional communities in research, we still see the perpetuation of contradictions that tend to have the practices of traditional communities and “wellbeing” as a way to reach a proximity with the natural environment in complementarity.

Key words: decolonial, good living, state of the art, sustainable, territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Produções de pesquisas a partir de 2006 que apresentam o prefixo “SUSTENT”.....	28
Figura 2 – Imagem da página do banco EArte ao clicar na ferramenta “detalhar imagem”	29
Figura 3– Pesquisas no Banco EArte entre os anos 2002 e 2016.....	51
Figura 4– Produções do Banco EArte que compõem nosso corpus documental conforme as regiões brasileiras.....	52
Quadro 1 – Busca geral no Banco EArte utilizando o prefixo “SUSTENT”	31
Quadro 2 – Busca geral no Banco EArte utilizando o termo “Comunidade Tradicional”.....	32
Quadro 3 – Busca geral no Banco EArte utilizando o termo “Comunidades Tradicionais”.....	33
Quadro 4 – Corpus Documental.....	36
Quadro 5 – Pesquisas selecionadas para leitura na íntegra.....	38
Quadro 6 – Pesquisa de Mestrado desenvolvida em programa de pós-graduação da Univali – universidade privada.....	46
Quadro 7–Pesquisas de Doutorado desenvolvidas em programa de pós-graduação em instituições federais.....	46
Quadro 8 –Pesquisa de Doutorado desenvolvida em programa de pós-graduação em instituição estadual.....	47
Quadro 9–Pesquisas de Mestrado desenvolvidas em programas de pós-graduação em instituições federais.....	47
Quadro 10–Pesquisas de Mestrado desenvolvidas em programas de pós-graduação em instituições estaduais.....	48

LISTA DE SIGLAS

AMP – Área Marinha Protegida

APA – Área de Preservação Ambiental

AP's – Áreas Protegidas

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPS – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE – Ceará

CEM – Centro Educacional Municipal Taquaras

CEMPO – Centro Missionário de Apoio ao Campesinato

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CTRL + F – Controle para Função de Pesquisa

CNPCT - Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

DCNEA – Diretrizes Curriculares para Educação Ambiental

DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável

EA – Educação Ambiental

EArte - Educação Ambiental Estado da Arte no Brasil

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

GEPIC – Grupo de Estudos e Pesquisa em Interculturalidade e Educação em Ciências

GO - Goiás

ID – Identificação do Número do Documento no Banco de Dados

IIEP – Instituto Equipe de Educadores Populares

INP – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná

LGBTI – Lésbicas Gays Bissexuais Transgênero e Intersexual

MT - Mato Grosso

MVS – Modo de Vida Sustentáveis

ONU – Organização das Nações Unidas

P1 – Pesquisa 1

P2 – Pesquisa 2

PA – Pará

PCT's – Povos e Comunidades Tradicionais

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PEA – Parque Estadual do Acaraí
PPGE – Programa de Pós-Graduação e Educação
PPGEA – Programa de Pós-Graduação e Educação Ambiental
PPGSCA – Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e Adolescente
PR – Paraná
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUMA – Programada Nações Unidas para o Meio Ambiente
RDS – Reservas de Desenvolvimento Sustentável
RS – Rio Grande do Sul
SAF's - Sistemas Agroflorestais
SC – Santa Catarina
SciELO – *Scientific Electronic Library Online*
UC – Unidades de Conservação
UC's – Unidades de Conservação
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFCE – Universidade Federal do Ceará
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UNB – Universidade de Brasília
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
INTRODUÇÃO	19
1. DELINEAMENTO DA PESQUISA	26
1.1 PROJETO EARTE: O CONTEXTO DA PESQUISA.....	27
1.2 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL	29
1.3 <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL DA PESQUISA	36
1.4 <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL para análises.....	39
1.5 TEORIA BAKHTINIANA: TEMA E SIGNIFICAÇÃO	41
2. CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL: CONTEXTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS (DISSERTAÇÕES E TESES) SOBRE SUSTENTABILIDADE VINCULADA ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS....	46
2.1 Natureza das produções.....	46
2.2 Áreas de conhecimento	50
2.3 Recorte temporal	51
2.4 Regiões das Produções	53
3 O CAMPO DA PESQUISA EM EA: SUSTENTABILIDADE E COMUNIDADES TRADICIONAIS	55
3.1 O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E SEUS CONTEXTOS	55
3.2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	60
4. UMA DISCUSSÃO DECOLONIAL PARA REPENSAR OS MODOS DE RELAÇÃO COM O MEIO NATURAL	66
4.1 O PENSAMENTO NEOLIBERAL: NORTE E SUL.....	66
4.2 BUEN VIVIR, VIVIR BIEN: DA/PARA RESISTÊNCIA	69
4.3 COMUNIDADES TRADICIONAIS: VIVER BEM	73
5. TEMAS E SIGNIFICADOS DOS ENUNCIADOS DAS PESQUISAS.....	76
5.1 Comunidade tradicional e território	80
5.2 Comunidade tradicional e manejo da biodiversidade.....	94
5.3 Comunidades tradicionais e desenvolvimento sustentável	104
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

APRESENTAÇÃO

De todas as sessões escritas adiante, esta com certeza foi meu maior desafio: escrever sobre mim e minha trajetória até a concretização deste trabalho. Para um começo de conversa preciso falar de onde venho, minhas influências, pois percebi que essa memória me faz aproximar de elementos que dão verdadeiramente sentido à proposta deste trabalho.

Tenho como referência meus avós maternos que retiravam da natureza somente o suficiente para nosso consumo, sua casa onde era nosso ponto de encontro, todos os domingos. Onde as pessoas buscavam pela ajuda do meu avô benzedeiro crendo na recuperação e melhora da saúde, sejam crianças ou adultos. Lugar em que todos da família e vizinhos ficavam em torno do tacho de doce de abóbora no fogo de chão ou ralando milho para fazer pamonha e contavam histórias de suas épocas de criança e jovens. Onde a casa dos vizinhos era uma extensão da nossa e a rua era nosso quintal. Das festas de Reis que reuniam tantas pessoas para preparar as comidas no dia anterior (macarronada, carne cozida na lata, feijão, frango caipira, doce de leite, doce de mamão, doces de todas as frutas que tinha no quintal) e no dia seguinte na procissão que findava com um cântico bonito e meu avô tocando cavaquinho em homenagem ao seu padroeiro como forma de agradecimento pela fartura que tinha em casa. Fartura não para nosso consumo, mas porque além de nós conseguia atender a quem precisasse e ali chegasse.

Ao longo desta escrita fui tomada várias vezes pela importância dessas relações que são construídas com base na complementaridade, carinho, cuidado e afeto. E um questionamento me atravessou: qual a relação disso tudo? Quando nossa base de construção enquanto pessoa é alicerçada por aquilo que o dinheiro não compra, conseguimos compreender o valor real das relações que estabelecemos. Vinculamo-nos às pessoas não por um viés de interesse, mas sim pela presença, pela falta que sua ausência trará, pela troca de conhecimentos e experiências.

Relação que também construímos com o meio natural, com a natureza, com os seres vivos e não vivos. Relação de conexão que muitas vezes presenciei: meu avô benzendo a chuva para que viesse mansinha, sem destruir sua horta nem causar medo na minha avó. Essa benção era uma forma que ele encontrava de se conectar com a natureza, por meio do que ele acreditava, pedindo a ela proteção e cuidado quando chegasse. Em troca ele agradecia pela sua vinda para molhar a terra e produzir alimento. E nessa troca mútua em que natureza era parte da sua vida nós também nos construímos.

Mas não foi nessa época que percebia essa importante ligação, ela estava adormecida e me foi despertada. Talvez pelo contexto onde estivesse, uma instituição acadêmica de nível superior, em um processo de formação onde me tornaria licenciada em Ciências Biológicas de

uma Universidade pública federal no ano de 2015. Onde não havia espaço para essas subjetividades e focávamos na teoria e prática de observação do voo das aves que estavam “lá na natureza”, sem nem me preocupar para onde elas iam e porque, na compreensão da capacidade de nosso corpo, que estava “aqui”, em produzir hormônios, na fisiologia das plantas que também estavam “lá”. Esse “lá” nos distanciava dos outros elementos da natureza sempre que retomávamos a sala de aula e este “mundo lá fora” retornava a um objeto de observação.

Os atravessamentos que sofremos no percurso acadêmico muitas vezes nos impedem de enxergar a noção de complementaridade, pois damos à natureza uma condição externa à nossa vida. Mas as questões ambientais tinham elementos latentes em mim, que incomodavam.

No anseio de lidar com essa relação, queria saber compreender o motivo de professores utilizarem materiais recicláveis, garrafas pet, tampinhas, papéis, para dizer às crianças que se elas colassem lantejola, fita e outros adereços estavam dando uma nova utilidade para aquele “lixo”. O que para mim era incoerente e não passava de um “lixo adiado”. As crianças querem um *tablet* com jogos da Barbie para trocar as roupas e ir ao shopping, que fosse virtualmente, para comprar mais, ou os meninos escolhendo nos jogos computacionais qual carro queriam comprar para disputa de corridas *online*, e quantos acessórios comprariam para deixar seus veículos mais potentes.

E assim surgiu a ideia de “quero pesquisar sobre isso”, foi quando busquei, em 2016, pelo grupo de pesquisa GEPIC que também falava sobre Educação Ambiental, achei que seria uma boa ideia. E nessa oportunidade o professor e líder do grupo Danilo me recebeu e de lá sai mais atordoada... pois, como mudaria essa visão de professores e alunos? E mais ainda, eu seria capaz de tal mudança? Como se em uma pesquisa pudesse encontrar a fórmula de solução para todos os problemas ambientais.

Ingenuidade que não se desestabilizou na formação acadêmica, já que nem a percebia. Até os encaminhamentos das leituras inquietantes proporcionadas pelo grupo, quando percebi que meu trabalho poderia não ser a solução, mas apontar para uma reflexão ou reflexões sobre essa solução ou caminhos. No constructo dessa jornada de reflexões me preparei para o processo seletivo do mestrado em educação da UFTM e não obtive aprovação. O que fez pensar o lado positivo dessa condição, não estava preparada para construir e desconstruir questões já e determinadas.

E assim, em uma segunda oportunidade, em agosto de 2018, estava lá eu novamente pleiteando uma vaga de mestranda em educação, e deu certo! Em 2019 ingressei no programa de pós-graduação em educação, e aqui estou, nesse findar de um processo que, na verdade não se encerra por aqui, mas que se consolida por meio de uma base resistente e forte de como ver

criticamente as relações sociais às quais estamos inseridas e se finca com raízes fortes para pensar em um “mais por vir”. Acredito que o programa foi primordial para que este processo se concretizasse em uma instituição de ensino, mas a principal forma de acesso aos processos de construção e desconstrução de elementos que eram inerentes a minha formação e uma verdade para mim, foram as leituras sobre os processos colonizadores do grupo de pesquisa, principalmente quando atrelados às questões ambientais.

E aqui, se constrói a principal forma de reflexão entre os processos educativos, colonizadores, decolonizadores, ambientais, sustentáveis, insustentáveis, sociais, afetivos sobre uma questão muito latente em mim, minha capacidade de perceber o quanto externalizamo-nos dos demais elementos da natureza. Ao passo que, ao reler este trabalho, me traz sentidos de pertencimento a uma cultura, a uma forma de ver e viver no mundo, pautados por relações que se embasaram a partir da minha constituição enquanto pessoa e se aprimoraram dentro das discussões e reflexões teóricas aqui apresentadas.

INTRODUÇÃO

No campo da Educação Ambiental (EA), o enunciado em torno do termo “Sustentabilidade” tem sido construído com base nos desafios pautados em aspectos socioambientais, a fim de se repensar as formas de viver. Conceituar e definir Sustentabilidade são ações complexas devido às variáveis que o termo carrega. Loureiro (2012) diz que este termo abrange as complexidades dadas nas relações sociais pelas diversas dimensões da existência humana, tanto na esfera social quanto biológica, ora se preocupa com questões ecológicas, ora se preocupa com questões sociais.

Esses discursos em torno da questão ambiental fomentam discussões que buscam por práticas mais sustentáveis e responsáveis, tencionando, assim, as relações do ser humano com a natureza, principalmente nos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Tal amplitude discursiva acerca da Sustentabilidade em seus distintos contextos, evidencia aspectos implicados por essa crise, assim como os discursos conflitantes acerca dela que atingem repercussão mundial.

Acselrad (2010, p. 103) aponta que as relações são tensionadas pela dicotomia ser humano/natureza, e tem na literatura sociológica grande apoio na noção de “ambientalização”¹, podendo designar o processo de “adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc.”.

Falar sobre discursos é para além de nos atermos às palavras proferidas e reduzidas ao seu significado dicionarizado; é saber quem os enuncia e sobre sua origem, bem como saber quais intenções carregam. No campo discursivo, o enunciado não leva em conta somente a palavra em si, mas o autor e todo o contexto social, histórico e cultural em que estão inseridos (Volóchinov, 2017).

Um dos discursos da Sustentabilidade caminha pela ideia de se estabelecer novas formas de relações ser humano/natureza, pensando uma construção social mais equânime e que não se pautem à lógica mercadológica e desenvolvimentista. Leff (2010, p. 31) contribui com essa ideia ao apontar que a Sustentabilidade é uma maneira de repensar a produção e o processo

¹ Conceito tratado por Acselrad (2010, p. 103) e que aponta como procedimentos de ambientalização: empresas suspeitas de práticas predatórias ambientalizam seu discurso, recusando, ao mesmo tempo, controles externos e proclamando sua capacidade de autocontrole ambiental; autoridades governamentais flexibilizam a legislação ambiental, alegando ganhos de rapidez e rigor nos licenciamentos; promotores de grandes projetos hidrelétricos que desestruturaram a vida de comunidades indígenas afirmam que desenvolverão programas de “Sustentabilidade” destinados “a assegurar a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais” dos grupos indígenas.

econômico, de abrir o fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história, impostos pela globalização econômica.

Compreender a complexidade que permeia essas questões ambientais, tendo como finalidade a Sustentabilidade, nos leva à reflexão sobre apostar em uma nova proposta de produção encaminhada para o que Leff (2010) considera como sendo aquelas desenvolvidas:

[...] pelos novos movimentos sociais indígenas e camponeses, que estão reconhecendo e reinventando suas cosmovisões, suas tradições e suas práticas produtivas, reposicionando suas identidades nesta reconfiguração do mundo diante da globalização econômica e atribuindo valores culturais à natureza (p.31).

Nessa perspectiva, Layrargues (2003) contribui ao dizer que a reflexão a respeito do problema ambiental, sem estar articulada com a contextualização social, cultural, histórica, política, ideológica e econômica, resulta na reprodução de uma visão de mundo dualista, que dissocia as dimensões sociais e naturais. Assim, a luta pela proteção da natureza sobressai como algo hierarquicamente prioritário sobre a luta por justiça e igualdade social, em vez de serem percebidas como intrinsecamente vinculadas.

Porém, apesar de possivelmente termos como caminho essa contextualização e dimensão social e cultural permeada por uma visão ambiental mais complexa, apresentada nas relações dos povos e comunidades tradicionais com seu território, poucos são os registros desses grupos na sociedade brasileira. Até meados da década de 1980, não tinham sido incluídas nas políticas públicas as chamadas populações tradicionais e residentes em Áreas Protegidas (AP's), tampouco seu reconhecimento e sua possível contribuição para a conservação e manutenção da diversidade biológica (PELEGRINI, 2006).

Este cenário se modifica a partir de 1988 com a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), que institui direitos legais a territórios que foram tradicionalmente habitados por remanescentes de quilombolas e indígenas ganhando, assim, posicionamento nas instâncias governamentais.

Estes grupos, que antes sobreviveram por décadas com outra lógica de pensamento, em 2007 conquistaram, após muita luta e terras perdidas, ao menos nos discursos enunciados pelo âmbito governamental, a possibilidade de demonstrar uma forma de (re)significar as relações com a natureza.

Através do Decreto nº 6040/07(BRASIL, 2007), foi instituída e legalizada a existência dos diferentes Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's) e definidos como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam territórios e o meio natural como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição.

Este decreto demarca a participação de membros dos PCT's para discussões políticas acerca desses povos e comunidades tradicionais. Ao trazer esta definição, o governo incute uma intenção política dessa representatividade em cadeiras no Congresso, no entanto, trazê-lo aqui não se restringe à definição sobre quem são esses povos, mas anunciar que possui um viés político.

Em 2016 o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, passou a fazer parte do colegiado deliberativo e consultivo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, instituído pelo Decreto nº. 8.750 (BRASIL, 2020). O Conselho foi elaborado para que pudessem acompanhar e aprimorar as das políticas públicas para os Povos e Comunidades Tradicionais que se identifiquem como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, garantindo que suas tradições culturais, religiosas, econômicas e territoriais sejam preservadas (BRASIL, 2020). Todas essas representações assumem o termo “tradicional”, não por assumirem uma identidade pura e fixa, descolada da modernidade, mas como estratégia política de reconhecimento dentro de um dispositivo estatal, formal em que se reconheça esses direitos.

Ainda de acordo com este decreto, esses grupos são representados pelos quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, vazanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros. Eles estabelecem um vínculo territorial onde constroem sua identidade, cultura, religiosidade, ancestralidade, sua organização social, política e econômica, que por muitas vezes não tem como princípio a lógica moderna.

Esses povos com tradição arraigada, baseada em sua historicidade, contemporaneidade, transmitida de geração para geração por meio da oralidade ao longo de anos de valorização à natureza são, por muitas vezes, tachados erroneamente como sociedades estáticas.

Essa pluralidade de povos no Brasil contribui para designar uma diversidade sociocultural que caracteriza o país, o que tem nos auxiliado a interpelar a noção de tradição. Essa tradição que, de acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2009), está dentro de um campo intelectual do ser que, em sua vigência, une teoria e ação frente ao universo, que não tem tido visibilidade, e que se constitui em uma distinta forma de proximidade com a natureza.

Por meio desses conhecimentos impressos em suas práticas e nas relações estabelecidas com seu território, os povos e comunidades tradicionais caracterizam sua cultura na natureza por meio de deformações ideológicas. Volóchinov (2017, p.31) traz a discussão de que “tudo que

é ideológico possui significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo”, caracterizando e significando para esses grupos, a natureza enquanto complementaridade e não como algo externo às suas vivências, dando assim um sentido distinto daqueles que a utilizam como local de extração e extrapolação de bases naturais.

Ponderar esses conhecimentos e os sentidos construídos em uma perspectiva dialógica, nos possibilita observar elementos que podem vincular educação, cultura e Sustentabilidade. De acordo com Campos (2002) e Baptista (2010), o conhecimento poderá ser estabelecido por meio do diálogo, que permite aos sujeitos envolvidos o reconhecimento de suas diferenças, além de outras leituras de situações e contextos socioculturais.

Uma educação ambiental para a Sustentabilidade que desloque o centro de construção de conhecimento pautado apenas naqueles de caráter científico, que se restrinja às disciplinas, compreende uma proposta de não colonização do saber. Assim, ao ser compreendida como processo educativo, de maneira tal que contemple uma amplitude de relações, que abrange a formação dos cidadãos, se torna um fator essencial, tanto para a qualidade da educação como para a produção de pesquisas. Porém, “a educação não pode ser vista como uma atividade redentora, tampouco uma forma de ascensão social” (GOUVEA, 2006).

Os sistemas educacionais, bem como os encargos do ensino e a formação pedagógica do professor, “incutem a *naturalização* de discursos e práticas ambientais desvinculadas dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais” (GOUVEA, 2006). Essa dispedagogia ambiental faz com que os professores desenvolvam atividades isoladas, com sentido conservacionista, muitas vezes (LAYRARGUES, 2014) desvinculando realidade social e cultural, por exemplo, como reutilização de materiais descartáveis, coleta seletiva do lixo, construção de hortas.

O campo de conhecimento da EA para a Sustentabilidade tem suscitado muitos caminhos a partir do agir e refletir, e a refletir com o agir. Podemos considerar, como um caminho trilhado neste âmbito, as pesquisas desenvolvidas a partir deste movimento que incita o repensar de todo o modelo de sociedade vigente, já que todas as atividades humanas se relacionam direta ou indiretamente com a natureza.

Maximizar discussões, considerando conhecimentos que se apoiem em valores partindo, não do desenvolvimento, mas sim de um “bem-viver²”, nos coloca frente às práticas das comunidades e povos tradicionais. Buscar pelo enunciado como tem sido a percepção desta

² Conceito discutido por Alfonso Ibáñez e Noel Aguirra Ledezno no livro “Buen vivir, Vivir Bien”, que tem como base a busca por construir novos modelos de relações entre a natureza e os humanos, deixando de lado o progresso já instituído como padrão que a sociedade moderna impôs. Conceito que no decurso da pesquisa será retomado.

relação por quem produz conhecimento no meio acadêmico se torna um caminho, já que tem ocorrido grande propagação do discurso sobre a Sustentabilidade.

Assim, os enunciados construídos no campo das pesquisas em meio acadêmico podem evidenciar como esses grupos sociais são considerados na construção de conhecimentos e como contribuem para discutir caminhos para a própria Sustentabilidade, uma vez que o que se almeja é a superação da crise ambiental tendo como um caminho a educação. E para possibilitar um horizonte nessa ação reflexiva, Leff (2001) encaminha que, a educação ambiental pode articular a subjetividade ao conhecimento, bem como suas formas de produção, desenvolvendo o pensamento crítico, reflexivo e capaz de combater condutas mecanizadas. Essa articulação pode ser expressa nos movimentos enunciativos na academia.

As pesquisas em EA surgem e difundem-se no Brasil, principalmente em cursos de formação profissional, técnica, de graduação e de pós-graduação, devido tamanha relevância. Em 1981 surgem as primeiras dissertações de mestrado defendidas neste campo de conhecimento (MEGID NETO, 2009). A partir deste momento, portanto, ocorre o impulsionamento para o forte crescimento das pesquisas em EA que, quando comparada a outras áreas do campo educacional, se destacam com resultados superiores quantitativamente.

De acordo com Megid Neto (2009), quando esse resultado quantitativo de certa área do conhecimento se torna expressivo e significativo, é necessário que haja “estudos sistemáticos dessa produção, visando o conhecimento mais adequado das suas características e tendências, além de favorecer sua ampla e adequada divulgação” (2009, p. 97).

Nesse sentido, a busca pelo estudo das pesquisas já realizadas compreende o que se denomina, de acordo Ferreira (2002), pesquisas “do estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Esse método tem o desafio de mapear e discutir a produção de conhecimento em diferentes campos do conhecimento, buscando pelos aspectos e dimensões pontuados e privilegiados em distintas épocas e lugares, além de apontar as formas e condições que tem sido produzido (FERREIRA, 2002).

Ou seja, o panorama traçado a partir dessa perspectiva possibilita criar um perfil inventariante, sistematizado das pesquisas produzidas, sua identificação, seleção e classificação – obedecendo a critérios estabelecidos para a busca de acordo com os objetivos e interesse do pesquisador –, descrição e análise do perfil e tendências, avaliação dos seus principais resultados, contribuição para a área pesquisada e lacunas deixadas. (MEGID NETO, 2009).

A presente pesquisa se desdobra em uma metapesquisa, considerando como as produções acadêmicas têm abordado a Sustentabilidade quando apontam as práticas das

comunidades tradicionais como possível caminho para se repensar as questões ambientais, impactos causados, processos sociais e culturais.

Metapesquisas aprofundam o conhecimento dos trabalhos analisados sobre um determinado campo tema ou área de investigação, além de caracterizar “as pesquisas produzidas a partir do levantamento quantitativo e do panorama geral, mas também têm utilizado abordagens aprofundadas e analíticas com o intuito de compreender as peculiaridades e minúcias das pesquisas” (KATO, 2014, p. 28).

Uma importante fonte documental de pesquisas em EA é o banco de teses e dissertações brasileiras constituído a partir do projeto “Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil”, conhecido pelo termo “EArte”³, que será detalhado mais adiante.

A importância de se olhar para as pesquisas, e como os discursos têm sido construídos, pode contribuir para apontar elementos que permeiam esse contexto que, em muitas vezes, trazem discussões vinculadas aos discursos governamentais, que tratam da Sustentabilidade, pensando a crise ambiental, seus efeitos e atores envolvidos.

A partir dessa discussão fomos encaminhados pelo questionamento “que sentidos e significados os discursos sobre a Sustentabilidade têm reverberado nas pesquisas que articulam essa discussão em comunidades tradicionais? Na tentativa de buscar por caminhos que possam responder, objetivamos analisar que significados e sentidos são construídos nos discursos das pesquisas quando tratam da relação entre Sustentabilidade e comunidades tradicionais. E para alcançar este objetivo geral, trilhamos os seguintes objetivos específicos: 1- Caracterizar o contexto de produção de pesquisas em educação ambiental sobre Sustentabilidade e comunidades tradicionais; 2 – Construir os sentidos para a ideia de comunidades tradicionais nas teses e dissertações analisadas.

E nossa pesquisa aqui se justifica pela capacidade em contribuir com o panorama das pesquisas em EA, que tratam da Sustentabilidade e Comunidades Tradicionais, tendo como destaque das demais, a perspectiva teórico-analítica da análise do discurso acerca desta temática.

Além da importância da parte analítica desta pesquisa, de acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 47), a pesquisa qualitativa tem em uma das suas características que, “os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos”.

³Estado da Arte em Educação Ambiental (EArte), projeto construído com intuito de realizar a busca e a caracterização de pesquisas em EA no Brasil, entre 1981 e 2016 (KATO, 2014).

Para a organização deste trabalho, na Seção 1, apresentamos o delineamento da pesquisa que foi construído a partir do Banco de Dissertações e Teses EArte, bem como o apresentamos enquanto nosso contexto de pesquisa, local de nossa base de dados para constituição do *corpus* documental e nossa base teórica para as análises, Bakhtin com tema e significação. Na Seção 2, trazemos caracterização do *corpus* documental buscando abordar uma análise sobre o contexto das produções acadêmicas selecionadas informações disponíveis no Banco EArte. Buscamos descrever seus contextos de produção, sua natureza (programas de pós-graduação de mestrados e/ou doutorados), áreas de conhecimento, recorte temporal de sua elaboração e regiões do país onde foram realizadas. A Seção 3 aborda as discussões teóricas sobre a trajetória do discurso da Sustentabilidade, adentrando em seguida ao campo discursivo da Sustentabilidade nas pesquisas em EA e então buscamos nas pesquisas já realizadas como tem sido construídas quando tratam desta temática. E para tanto, trazemos a revisão bibliográfica sobre a temática de estudo: Sustentabilidade e Comunidades Tradicionais, entre os anos de 2009 e 2019, a partir de duas bases de dados, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a Scientific Electronic Library Online (SciELO). A Seção 4, é construída a partir da discussão que entende os modelos de produção atuais enquanto colonizadores e então discutimos meios de os repensar, a partir de meios outros de relação com a natureza, uma proposta decolonial. Construímos também uma discussão acerca sobre como tem sido localizadas as produções de conhecimentos enquanto um pensamento norte e sul, que se dá para além de posição geográfica e o “Bem Viver” enquanto um meio de resistência das e para as comunidades tradicionais ao se relacionarem com seus territórios e outros elementos da natureza. A Seção 5 contextualiza as pesquisas analisadas bem como a construção dos temas. Temas que foram divididos em: Comunidade tradicional e território, Comunidade Tradicional e manejo da biodiversidade e Comunidades tradicionais e desenvolvimento sustentável, e a partir desses temas construímos os sentidos dos enunciados das pesquisas. A Seção 6 apresenta as considerações finais elaboradas no decorrer do desenvolvimento deste trabalho. E por fim, nossos referenciais utilizados.

1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Nesta seção, expomos o caminho percorrido para a seleção dos trabalhos que compuseram nossos critérios de busca bem como os utilizados para as análises. Recorremos ao percurso metodológico de natureza qualitativa, já que para nossa proposta e para o que objetivamos, essa perspectiva considera aspectos que circundam distintos contextos: produções científicas em Educação Ambiental, especificamente teses e/ou dissertações, que discutem a Sustentabilidade atrelada às comunidades tradicionais. E, ao considerarmos a análise qualitativa, contribuímos para a compreensão de elementos extraverbais, bem como àqueles subjetivos expressos nas produções textuais dos pesquisadores e pesquisadoras.

Pesquisas qualitativas permitem realizar essas análises de organização e definição de um campo do conhecimento. Seguir por esse caminho contribui para alcançar possíveis respostas a temas particulares, assim como “os universos de significados”, crenças e valores, intenções e ideologias (MINAYO, 2002, p. 21).

Olhar para as produções científicas pode permitir conhecer, analisar e caracterizar um objeto de pesquisa e, para tanto, temos à disposição vários instrumentos metodológicos. Para orientar este caminho, nos atemos a fatores como a natureza do objeto, o problema a ser pesquisado e a base teórica para discorrer uma linha de pensamento.

Uma busca pelo que se tem produzido neste crescente campo de conhecimento, e que tem sido foco de pautas e discussões mundiais, estudos e aprofundamentos dessas produções podem anunciar caminhos para avançar e planejar o desenvolvimento de novos trabalhos, apresentados pelas lacunas deixadas.

Este trabalho se insere no campo de pesquisas do tipo “Estado da Arte, “Estado do Conhecimento” ou, ainda, “Metapesquisa” que, para Romanowski e Ens (2006), oferece uma importante contribuição para elaboração de um campo teórico em determinada área de conhecimento, sistematizando e apreendendo a amplitude do que se tem produzido, possibilitando delinear as características principais de um campo de estudo. Este método, de pesquisas que analisam outras pesquisas, evidencia qual tem sido a dimensão tomada para apontar caminhos de estudos, bem como, quais concepções vêm sendo abordadas em detrimento de outras, e assim contribuindo para organização e análise na definição de um campo. Então, pesquisas do tipo Estado da Arte

[...] podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da

prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI E ENS, 2006, p. 39)

Nesta pesquisa, a constituição do *corpus* documental teve como fonte o projeto realizado pelo Grupo Interinstitucional de Pesquisa sobre Estado da Arte em Educação Ambiental realizados no Brasil, no período de 1981 a 2016, o “Projeto EArte”. Trata-se de um Banco de Dissertações e Teses constituído por um acervo com 4.520 trabalhos catalogados até a presente data, selecionados a partir do Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES⁴.

O EArte realiza o trabalho inventariante, parte fundamental para pesquisas em “estado da arte”, uma vez que, além de organizar e classificar as pesquisas, realiza a análise detalhando o conteúdo e especificidades das produções, considerado por Rink e Megid Neto (2009) como uma das mais importantes fases. A disponibilização desses dados é feita em uma plataforma virtual⁵ de acesso livre.

Buscando responder aos objetivos desta pesquisa nos propomos aqui, realizar a análise dos trabalhos selecionados, em uma perspectiva teórico-analítica da análise do discurso proposta por Bakhtin nas obras “Marxismo e filosofia da linguagem” (2017) e “Estética da criação verbal” (2011). A partir da “Análise do Discurso” podemos olhar para a linguagem e seus sentidos como interpretação do processo discursivo expresso na escrita, já que a linguagem como material do discurso é construída de sentidos.

1.1 PROJETO EARTE: O CONTEXTO DA PESQUISA

O Projeto EArte, iniciado pelo Prof. Dr. Hilário Fracalanza no período de 2006 a 2008, foi desenvolvido a partir do Projeto de Pesquisa "O que sabemos sobre Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (dissertações e teses)", que iniciou a constituição do acervo.

A primeira etapa do projeto EArte permitiu que se pudesse dimensionar os diferentes recortes da produção realizada nas diversas regiões do país; recuperar parte da produção acadêmica produzida no Brasil, elaborando um catálogo preliminar; organizar parte do acervo das pesquisas em Educação Ambiental de forma impressa e no formato digital; propor alguns descritores da produção acadêmica em Educação Ambiental; identificar alguns dos focos de estudos do tipo "estado da arte" realizados através da produção e da discussão de textos de base.

⁴CAPES: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>> Acesso em 10 mai. 2020.

⁵Projeto EArte: <<http://www.earte.net/?page=projeto-historico>> Acesso em 02 mai. 2020.

Desde então, o Projeto tem sido composto por pesquisadores que se propõem a “alimentar” o banco com novas produções, bem como, criar e definir critérios que possibilitem seu aperfeiçoamento. O Projeto é um importante *lócus* de pesquisas em Educação Ambiental. Sua existência é justificada pela capacidade e possibilidade em constituir um acervo de documentos que descreve as produções acadêmicas sobre Educação Ambiental no Brasil. A essa importância do Projeto, Carvalho (2009, *apud* Carvalho 2012) complementa:

[...] possibilitam o reconhecimento das temáticas exploradas na produção existente, em determinado período, que, se sistematizadas, consistem em riquíssima fonte de pesquisa, permitindo a visão das questões que estão sendo discutidas e priorizadas em determinada área do conhecimento, em contextos espaciais e temporais diversos.

Muitos pesquisadores se comprometem a construir pesquisas que possuam esse caráter analítico do estado da arte. Citamos apenas algumas de muitas produções que visam essa perspectiva:

Dissertações de mestrado: “Educação Ambiental e Educação de Jovens e Adultos: um estudo a partir de artigos, teses e dissertações” (URBANCIC, 2018); “O processo de desterritorialização nos (dos) desastres ambientais: análise das pesquisas acadêmicas no banco de teses do projeto EArte no período de 1981 a 2012” (MATTIOLI, 2017); “Os conceitos de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável na produção teórica em Educação Ambiental no Brasil: um estudo de teses e dissertações” (CAMARGO, 2016) e “A perspectiva crítica nas pesquisas em Educação Ambiental - teses e dissertações” (SILVA, 2015).

Teses de doutorado: “Conflitos socioambientais e processo educativo: análise das dissertações e teses em educação ambiental (1981-2016)” (SANTOS, 2019); “Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental em Áreas Protegidas: um estudo a partir das dissertações e teses (1981-2009)” (DIAS, 2015); “O conceito de ecossistema na produção acadêmica brasileira em educação ambiental: construção de significados e sentidos” (KATO, 2014)

Essas produções de pós-graduação nos permitem traçar distintos aspectos sobre suas origens, como instituições acadêmicas, ano de defesa, contextos educacionais, além de possibilitar a pesquisadores e pesquisadoras do estado da arte, analisar quais focos as pesquisas têm evidenciado, bem como compreender as lacunas e tendências dessas produções, assim como a presente pesquisa.

1.2 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DOCUMENTAL

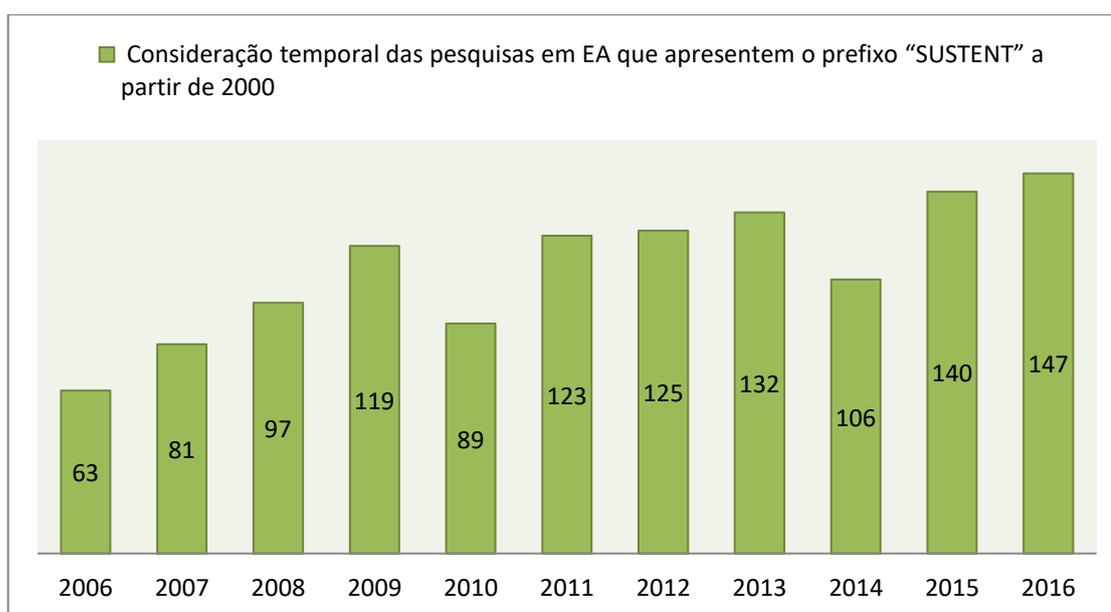
Tendo o Projeto EArte como fonte de constituição do nosso *corpus* documental para análise, buscamos no acervo teses e dissertações que apresentassem em sua centralidade de discussão o conceito de Sustentabilidade atrelado às perspectivas de práticas desenvolvidas por comunidades tradicionais.

O *corpus* documental para análise foi categoricamente selecionado a partir de critérios, abaixo descritos, que possibilitaram sua constituição, dividido em momentos ou etapas, que seguiram os critérios de seleção dos autores Romanowski e Ens (2006): já localizado nossa fonte de dados, o Banco EArte, definimos os termos de busca: sustent, comunidades tradicionais e comunidade tradicional, que foram separadamente utilizados.

A primeira busca foi utilizando o termo sustent, no campo “qualquer campo” do Banco, função que filtra por trabalhos nos quais o termo aparece, podendo ser no título e/ou resumo e/ou palavras-chave. Sem delimitar período de tempo dessas produções a pesquisa contemplou todos os trabalhos datados de 1981 até 2016 dentro dos 4520 trabalhos disponíveis, obtivemos como retorno desta primeira etapa 1554 trabalhos.

Neste universo, ao ordenar por “ano de defesa” das teses e dissertações, é possível perceber um aumento quantitativo considerável, a partir dos anos 2000, com uma concentração maior em meados de 2006 e 2016 (Figura 2).

Figura 1 – Produções de pesquisas a partir de 2006 que apresentam o prefixo “SUSTENT”



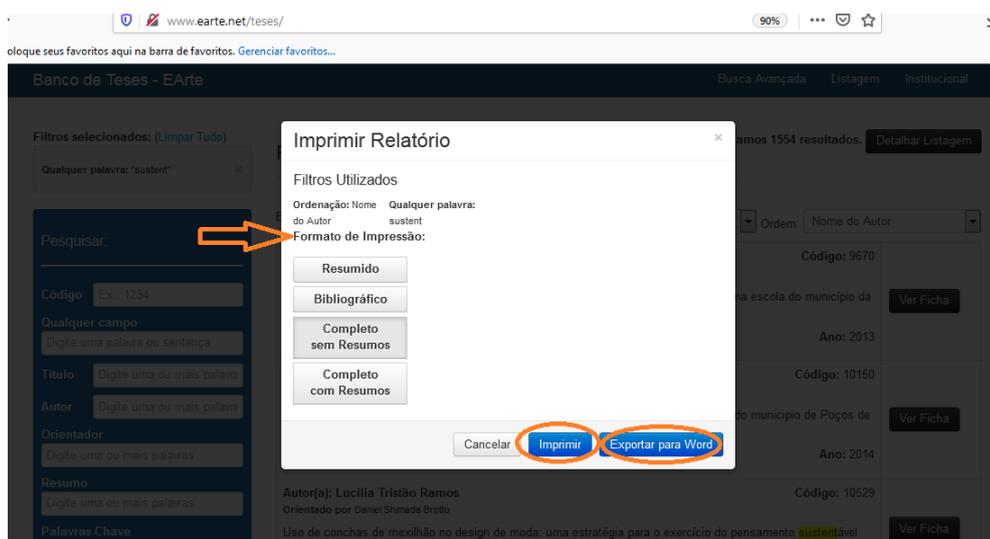
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Essa maior concentração de pesquisas pode ser justificada por se tratar de um período em que muitas políticas de promoção ao ambientalismo e lutas pelos movimentos sociais em prol do meio ambiente ganharam força e solidez. Políticas foram construídas principalmente a partir de 2001, quando se tem a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que elaborou uma declaração alargando a possibilidade de denúncias para além da questão ambiental, definida como categoria de luta “justiça ambiental” (ACSELRAD, 2010). Entre os anos de 2003 e 2007, inicia-se a formação institucional de cargos políticos formados por ativistas para debater temáticas ambientais nas esferas política e civil, colocando em pauta complexa relação entre Estado e sociedade civil (SCHMIDT; BOEIRA, 2019).

Para que pudéssemos ter acesso a informações destes trabalhos, como resumo completo por exemplo, utilizamos a ferramenta disponível no banco “detalhar listagem” pela qual nos é apresentada uma janela “imprimir relatório”, onde podemos escolher de que forma podemos exportar o arquivo ou realizar sua impressão.

A opção “detalhar listagem” (Figura 3), nos dá as seguintes opções de formatos: resumido (título, nome e autor); bibliográfico (listagem bibliográfica); completo sem resumo (título, ano, autor, nome, orientador, instituição e classificações) e, por fim, completo com resumo (título, ano, autor, nome, orientador, instituição e classificações).

Figura 2 – Imagem da página do banco EArte ao clicar na ferramenta “detalhar imagem”.



Fonte: EArte, 2021.

De acordo com nossa necessidade em utilizar os termos de busca para identificar nos trabalhos selecionados aqueles que nos levaria à constituição do nosso *corpus* documental definitivo, optamos pelo formato completo com resumo e imprimir.

O formato “completo com resumo” nos permitiu identificar, nos campos principais das publicações (título e resumo), a centralidade ou a intencionalidade das discussões propostas pelas pesquisas, bem como quais perspectivas e elementos dão suporte teórico às fundamentações propostas.

Ao selecionar a opção “imprimir relatório” no formato “completo com resumos” temos como informações dos trabalhos: o total de trabalhos selecionados a partir dos filtros utilizados, o autor da pesquisa, o título, ano da defesa, instituição e localização, o ID (código atribuído pelo projeto para assim identificar cada trabalho), o orientador e o resumo. Neste formato, as palavras-chave não aparecem; sendo assim, para que sejam visualizadas é necessário que se tenha acesso ao trabalho completo.

Para alguns trabalhos é possível ainda obter mais informações acerca da natureza e proposta da pesquisa. Para além dos itens apresentados anteriormente, temos ainda informações como “Dissertação ou Tese” e a área geral de conhecimento onde a pesquisa foi realizada.

Podemos ainda perceber que, onde o termo “sustent” ocorre, aparece em evidência, por ter sido o descritor utilizado para a primeira busca. Salientamos ainda que, o termo “sustent” só aparece em evidência no resumo, o que ainda mais nos redobrou a atenção já que em algumas pesquisas está presente também no título, porém, por algum motivo desconhecido por nós, não aparece na busca.

Sendo assim, neste formato de arquivo realizamos duas buscas utilizando a ferramenta “CTRL+F”: uma primeira com o termo “comunidades tradicionais” e uma segunda busca com o termo no singular, “comunidade tradicional”.

Tivemos como retorno da busca, para o termo no plural – comunidades tradicionais – 22 itens localizados. Ou seja, 22 vezes em que o termo apareceu nesse universo de publicações, variando entre título e/ou resumo e/ou palavra-chave. Ao identificar a localização desses itens, chegamos a um total de 14 trabalhos publicados.

Para o segundo momento da busca, utilizando “comunidade tradicional”, houve uma ocorrência de aparição de 12 vezes, entre título e resumo e, ao localizarmos os itens, chegamos a um total de seis trabalhos. A partir desses dados, selecionamos todos os trabalhos e suas identificações, dadas pelo Projeto EArte (ID), bem como aquelas pesquisas que trazem em seu título o termo pesquisado em cada uma das buscas.

A seguir, no Quadro1, podemos melhor elucidar os resultados dessa busca:

Quadro 6 – Busca geral no Banco EArte utilizando o prefixo “SUSTENT”

Termo “SUSTENT”: EArte no filtro “Qualquer campo”			
 1554 trabalhos (de 1981 a 2016)			
Ferramenta disponível no banco: “Imprimir relatório” – “Completo com resumo”			
E pela ferramenta “Localizar” busca pelos termos “comunidades tradicionais” e “comunidade tradicional”			
Termo de Busca	Trabalhos encontrados	ID	Trabalhos nos quais termo aparece no título
Comunidades tradicionais	14	3927, 632, 5786, 509, 3986, 3688, 11055, 9583, 8846, 9187, 9949, 10398, 10434, 10653	10434
Comunidade tradicional	06	3986, 9187, 9830, 10544, 10367, 10456	3986, 10456

Fonte: Elabora pela autora, 2021.

Em seguida, para que pudéssemos conseguir abranger o maior número de pesquisas possíveis, que apresentassem em seus campos principais (título e resumo) os termos “comunidade tradicional” e/ou “comunidades tradicionais”, juntamente ao termo “sustent”, realizamos uma nova filtragem das pesquisas.

Sendo assim, realizamos uma busca por um caminho inverso como intuito de relacionar os termos “comunidade tradicional” e/ou “comunidades tradicionais” no filtro “qualquer campo” do banco e assim poder abranger o maior número de pesquisas possível com estes termos em seus campos principais. Sem precisar um período cronológico, obtivemos como retorno da busca 14 trabalhos em que o termo aparecia em seus principais campos (título e/ou resumo). Realizamos o mesmo caminho percorrido, buscando pelo termo “sustent” a partir dessas publicações e obtivemos um total de seis pesquisas onde esses dois termos estão associados.

O resultado da busca pode ser visto na Quadro2, bem como quais são as palavras que acompanham o termo “sustent”:

Quadro 7 – Busca geral no Banco EArte utilizando o termo “Comunidade Tradicional”.

Termo “<u>COMUNIDADE TRADICIONAL</u>”: EArte no filtro “Qualquer campo”			
			
14 trabalhos (de 1981 a 2016)			
Ferramenta disponível no banco EARTE “Imprimir relatório” – “Completo com resumo”			
E pela ferramenta “Localizar” busca pelo termo “SUSTENT”			
Termo de Busca	Trabalhos encontrados	ID	Trabalhos nos quais o termo aparece no título
Sustent	06	3986 desenvolvimento sustentável, sustentabilidade	9187 (culturas sustentáveis)
		9187 culturas sustentáveis, vida sustentável, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável	10434 (desenvolvimento Territorial sustentável)
		9830 sustentável	10456 (educador sustentável)
		10544 sustentável	
		10434 sustentável, sustentabilidade, sustentáveis	
		10456 sustentável, insustentáveis	
*Na pesquisa de 1981 a 2016 só aparecem trabalhos onde o termo “comunidade tradicional” a partir de 1997.			
*O banco retornou na busca 15 trabalhos, no entanto um trabalho se repete com códigos de identificação distintos.			

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Nessa busca (Quadro 2), deixamos em evidência a palavra que aparece quando o termo “sustent” é localizado. Nesse universo de 14 trabalhos, pela leitura dos resumos e título, sete o utilizam de alguma forma, variando entre: desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, culturas sustentáveis, vida sustentável, sustentáveis, insustentáveis, desenvolvimento territorial sustentável e educador sustentável.

Assim, percebemos quais conceitos estão associados ao termo “comunidades tradicionais”. Outra informação observada é a de que, somente a partir de 1997, foram publicadas pesquisas que tratam das comunidades tradicionais, podendo ser justificada essa aparição aos discursos dos documentos oficiais, inclusive tratados neste trabalho, que passam

a “reconhecer” as comunidades tradicionais”. Desses 14 trabalhos, três deles trazem em seu título este termo.

Na busca seguinte, utilizamos os mesmos critérios com o mesmo termo no plural, “comunidades tradicionais”, e obtivemos como retorno 33 publicações, no entanto uma se repete, nos deixando então com um total de 32 pesquisas (Quadro 3).

Quadro 8 – Busca geral no Banco EArte utilizando o termo “Comunidades Tradicionais”.

Termo “ COMUNIDADES TRADICIONAIS ” no EArte no filtro “Qualquer campo”			
			
33 trabalhos (de 1981 a 2016)			
Ferramenta disponível no banco EARTE “Imprimir relatório” – “Completo com resumo”			
E pela ferramenta “Localizar” a busca pelo termo “SUSTENT”			
Termo de Busca	Trabalhos encontrados	ID	Trabalhos nos quais o termo aparece no título
Sustent	14	10434 – sustentável, sustentabilidade, sustentáveis 8846 – sustentabilidade cultural 3688 – manejo sustentável 9949 – sustentabilidades 3927 – sustentabilidade, sustentável 3986 – desenvolvimento sustentável, sustentabilidade 509 – sustentabilidade 632 – sustentabilidade ambiental 10398 – turismo sustentável 5786 – cultura da sustentabilidade, sustentáveis, sustentabilidade planetária 9583 – sustentabilidade 9187 – culturas sustentáveis, vida sustentável, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável 10765 – futuro sustentável 10653 - sustentabilidade	10434 (desenvolvimento territorial sustentável) 509 (sustentabilidade) 9187 (culturas sustentáveis)
Na pesquisa de 1981 a 2016 só aparecem trabalhos onde o termo “comunidades tradicionais” aparece a partir de 2002.			

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Assim como feito na busca anterior para o termo no singular, aqui na busca por “comunidades tradicionais”, ao localizar dentro desse universo o termo “sustent” deixamos também em evidência as palavras que o possui e essas variaram entre: sustentável, sustentabilidade, sustentáveis, sustentabilidade cultural, manejo sustentável, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade ambiental, cultura da sustentabilidade, sustentabilidade planetária, vida sustentável e futuro sustentável.

Dessas 32 publicações, três trazem em seus títulos o prefixo “sustent” associado a: culturas sustentáveis, desenvolvimento territorial sustentável e sustentabilidade. Nesse critério de seleção no banco, as “comunidades tradicionais” são citadas nas publicações a partir de 2002. A aparição deste dado é significativa nas pesquisas pois, quando o termo aparece no singular

pode remeter a um grupo específico abordado em um trabalho, já quando no plural, “comunidades tradicionais”, remete a mais de um grupo tradicional, dando ao campo importância da diversidade.

Com o aumento da redemocratização e luta pelos direitos civis, políticos e sociais dos Estados Nacionais em toda América Latina entre os anos de 1954 e 1990, tem-se um aumento da constituição de movimentos sociais pela luta dos direitos civis que acusava a invisibilidade e desigualdade de grupos da sociedade (movimento de mulheres, movimento LGBTI, movimento negro, quilombola e indígena) (FERRAZ, 2019). De acordo ainda com essa autora, é a partir dos anos 2000 que ocorrem mudanças importantes para o cenário desses movimentos sociais, pois passaram a ser organizadas a partir de pluralidades ideológicas, modificações que se deram graças às relações mais democráticas dos próprios movimentos sociais.

Com essas buscas intentamos realizar todas as combinações de termos selecionados e, assim, esgotar as possibilidades de cruzamentos entre o prefixo “sustent” e “comunidade tradicional” e/ou “comunidades tradicionais” nas pesquisas disponibilizadas pelo Projeto EArte de 1981 a 2016, para que possamos chegar àquelas produções que compuseram nosso *corpus*. Esta metodologia nos possibilita visualizar todas as pesquisas disponíveis no banco que, de alguma maneira, estabeleçam uma relação entre Sustentabilidade e as práticas das comunidades tradicionais.

A leitura exploratória, a fim de conhecer quais perspectivas seriam discutidas nos trabalhos, caracterizou-se como uma fase muito importante, já que possibilitou um primeiro contato com *corpus* selecionado. Para esse momento, o título e o resumo contribuíram para conhecer um pouco melhor as perspectivas discutidas ao longo do trabalho, uma vez que são esses campos os responsáveis por anunciar a centralidade de discussões ao longo da pesquisa, ou pelo menos é o que se espera.

O título de um trabalho pode ser considerado como aquele elemento que anuncia a centralidade daquela obra, geralmente sendo a única parte que temos acesso antes do texto completo. Volpato (2006) sugere em sua obra “Dicas para redação científica” que o título, quando bem elaborado, deve ser o “resumo bem compactado” do que será apresentado naquele trabalho científico e que pode ser o motivo principal para que seja lido. De acordo com Vieira e Maciel (2007), o resumo pode ser definido como “apresentação concisa de pontos relevantes do conteúdo e das conclusões do trabalho”, apresentando os pontos principais a serem discutidos na pesquisa.

Essa intencionalidade em relataras partes mais importantes do trabalho quando divulgado para uma comunidade—título e resumo—, caracterizam um movimento discursivo

enunciativo por meio da escrita. O autor da obra aborda elementos que considera significativos a um grupo de leitores específicos, que buscam por um trabalho que enuncie o que ele propõe. O resumo carrega informações essenciais para que a leitura seja aprofundada, realizada na íntegra do trabalho tendo a dimensão da centralidade das discussões, ou mesmo dispensada caso não seja de interesse do leitor.

Sendo assim, a partir das delimitações estabelecidas e leitura dos resumos dos 17 trabalhos que nos possibilitou realizar uma caracterização dessas pesquisas. Apresentamos na próxima seção, as principais informações referentes a estas pesquisas, informações disponibilizadas pelo banco do Projeto EArte, na área “relatório completo”.

Dentre estes dados, trazemos aqueles relativos à natureza da pesquisa e instituição de realização, objetivo geral e tema de estudo. São informações que consideramos importantes para a caracterização geral dos trabalhos e compreensão, dado o período de realização, bem como o contexto de construção dessas pesquisas. Estes dados e informações podem contribuir para elucidar quais têm sido as perspectivas de abordagens quando são lançadas pesquisas que vinculam a Sustentabilidade e as comunidades tradicionais.

1.3 *CORPUS* DOCUMENTAL DA PESQUISA

Nosso corpus documental representado pelos trabalhos encontrados nas buscas e demarcados nos Quadros 1, 2 e 3 apresentados. Foram selecionados aqueles que apresentaram, em seu título e/ou resumo, os termos de busca “sustent”, “comunidades tradicionais” e/ou “comunidade tradicional”.

Como um de nossos objetivos é traçar um panorama dessas pesquisas, cabe aqui então sintetizar de maneira mais objetiva quais são esses trabalhos que compõe esse universo e mais a frente construímos uma seção para melhor apresentar este panorama e caracterização.

O Quadro 4 traz de forma sucinta esses trabalhos:

Quadro 9 – Corpus Documental

ID EArte	Título	Ano de defesa	Natureza da publicação	Autor	Instituição Cidade
3927	Indicadores de qualidade de vida, instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso da Prainha de Canto Verde, Beberibe - CE.	2002	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente	Henrique Luís de Paula e Silva de Almeida	UFC Fortaleza
632	Contribuição às possibilidades de um ensino de Botânica crítico e contextualizado	2003	Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal)	Lenir Maristela Silva	UFPR Curitiba
5786	Educação Ambiental contínua: a vida como foco da aprendizagem - o caso da escola Maria Elisbânia dos Santos, assentamento Sabiaguaba Amontada CE	2004	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente	Maria Luíza Camargo Pinto Ferraz	UFC Fortaleza.
509	Ecoturismo indígena, território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia	2007	Doutorado em Geografia Física	Ivani Ferreira de Faria	USP São Paulo
3986	Educação, cultura e tradição: tessituras de uma comunidade tradicional no Pantanal de Poconé, Mato Grosso - um estudo de caso	2007	Mestrado em Educação	Ilsa Helena Gomes Procópio da Silva	UFMT
3688	O saber e o fazer da comunidade Vila Berrante, Ribeirão Cascalheira - MT, revelando indicadores educativo	2009	Mestrado em Educação	Gecilane Ferreira	UFMT
9583	Lugar, recursos e saberes dos ribeirinhos do médio rio Cuiabá, Mato Grosso	2010	Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais	Maria Saleti Ferraz Dias Ferreira	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde UFSCar, São Carlos
8846	A comunidade quilombola do Cedro, Mineiros-GO: etnobotânica e educação ambiental	2011	Mestrado em Ciências Ambientais	Fernando Thiago	Unemat Sinop

9187	Círculos de permacultura no contexto comunitário: desenho de um modelo aplicável à emergência de culturas sustentáveis	2012.	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente	Marisol Ginez Albano	UFC Fortaleza
9830	Geografia e Educação Ambiental Dialógica: conceitos e práticas ambientais na reserva extrativista da prainha do Canto Verde-Ceará-Brasil	2013	Mestrado em Geografia	Erica Silva Pontes	UFCE Fortaleza
9949	Transformações socioambientais na comunidade de Dom Manuel Barbacena/PA	2013	Mestrado em Educação	Grace Kelly do Rosário da Silva	UFPA Belém
10367	A política ambiental da indústria mineral: análise dos programas educacionais construídos para os trabalhadores da Vale na Mina Brucutu	2015	Mestrado em Gerenciamento Costeiro	Barbara Luisa Martins Mariano Souza	Furg Rio Grande
10398	Turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí/CE	2015	Mestrado Estudos Sociais Aplicados e Centro de Ciências	Maria Fernanda Sales Nogueira Pereira	Centro de UECE Fortaleza
10434	Comunidades tradicionais em movimento: modos de vida e educação ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em uma unidade de conservação marinho-costeira no litoral de Santa Catarina	2015	Doutorado em Educação Ambiental	Carina Catiana Foppa	Furg Rio Grande
10456	Diálogo entre a escola e o saber-fazer de uma comunidade tradicional: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável	2015	Mestrado em Educação	Jaqueline Maria Alexandre Weiler	Univali Itajaí
10653	As possibilidades da inserção da Educação ambiental em unidades de conservação: o caso da reserva extrativista "Ipaú-Anilzinho" na Amazônia Tocantina	2016	Mestrado em Educação	Roble Carlos Tenório Moraes	UFPA Belém

10765	Educação ambientalmente sensível com base na racionalidade ambiental: estudo de caso do Colégio Sesi-PR	2016	Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento	Melina Luzia Gunha	UFPR Curitiba
-------	---	------	---	--------------------	---------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Esse panorama contribui para construir os contextos destas pesquisas, bem como mostrar os indícios e perspectivas dessas temáticas, dado ano de publicação e região, considerando os contextos extraverbais de onde foram construídas, podendo sugerir a análise e compreensão dos pontos motivadores para o desenvolvimento destes trabalhos.

1.4 CORPUS DOCUMENTAL PARA ANÁLISES

A partir desses elementos fundamentais de apresentação de uma publicação científica selecionamos, para leitura na íntegra, dois trabalhos que trouxeram os termos “comunidades tradicionais” e/ou “comunidade tradicional” no título junto como o prefixo “sustent”, trazendo ainda no resumo estes dois pontos como centralidade da discussão, sendo apresentados também como parte do objetivo das pesquisas propostas.

A primeira foi uma dissertação de mestrado desenvolvida em um Programa de Pós-Graduação em Educação, e a segunda, uma tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, ambas defendidas em 2015 (Quadro 5).

Quadro 10 – Pesquisas selecionadas para leitura na íntegra.

ID (EArte)	Título	Ano de defesa	Natureza da publicação	Autor	Cidade/Instituição
10434	Comunidades tradicionais em movimento: modos de vida e educação ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em uma unidade de conservação marinho-costeira no litoral de Santa Catarina	2015	Programa De Pós-Graduação Em Educação Ambiental – PPGEA Doutorado	Carina Catiana Foppa	Rio Grande - RS Universidade Federal Do Rio Grande - FURG
10456	Diálogo entre a escola e o saber-fazer de uma comunidade tradicional: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável	2015	Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE Mestrado	Jaqueline Maria Alexandre Weiler	Itajaí - SC Universidade Do Vale Do Itajaí

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Para chegar a essa seleção, focamos na busca por pesquisas que apontaram para Educação Ambiental a partir da relação estabelecida entre a natureza e os povos e comunidades tradicionais, com vistas a discutir a Sustentabilidade em algum aspecto.

Intencionamo-nos aqui pautar nossas discussões com base nos trabalhos analisados, a partir de uma relação mais íntima e singular com a natureza, relações não fundamentadas nos modos de produção e aumento de capital. Dessa maneira, pensando fora desse sistema focado no capital, conseguimos transportar para a pauta acadêmica saberes subjulgados. Não em uma benevolência ou simples observação de como fazem, mas na perspectiva de Mignolo (2003, p. 25 e 26) quando diz que:

[...] ao criar o *lócus* de enunciação, onde se misturam diferentes tipos de conhecimentos e expressões individuais [...] não é apenas um novo campo de estudo ou mina de ouro para extração de riquezas, é construir novos *loci* de enunciação e para reflexão de que o “conhecimento e compreensão” acadêmicos devem ser complementados pelo “aprender como terceiro mundo não produz apenas “culturas” para serem estudadas por antropólogos e etno-historiadores, mas também intelectuais que geram teorias e refletem sobre sua própria história e cultura.

Para além das etapas de seleção, apontamos aqui a etapa de análise dos discursos das pesquisas. Esta etapa se concretiza com a análise à luz de Volóchinov (2017), integrante do chamado “Círculo de Bakhtin”, que representa um dos mais importantes estudiosos da linguagem.

Também nos interessa realizar uma análise sobre os posicionamentos discursivos expressos nas pesquisas quando tratam do conceito de Sustentabilidade e a quais discussões estão vinculadas.

Com o texto na íntegra, buscamos por sessões que possuíssem o termo “sustent”; em seguida, realizamos um levantamento daqueles trechos cujos termos “comunidade tradicional” e/ou “comunidades tradicionais” aparecessem.

Assim, criamos algumas identificações, como demarcar em verde quando o conceito de Sustentabilidade estivesse associado às ideias da racionalidade ambiental do Enrique Leff, em azul aqueles excertos onde o conceito de Sustentabilidade estivesse sido tratado como sinônimo de desenvolvimento sustentável, laranja quando trouxessem o termo comunidades tradicionais e Sustentabilidade no mesmo trecho e, por fim, em vermelho aquelas em que a comunidade tradicional estivesse correlacionada com a ideia de desenvolvimento sustentável.

Reforçando esta proposta qualitativa de compreender aspectos sociais, subjetivos de fenômenos sociais, Kato (2014, p. 94) contribui como um caminho ao considerar dois aspectos que permitem conferir à pesquisa esta característica:

O primeiro deles é o fato de as análises considerarem não somente os elementos materiais do texto em questão, mas também os elementos extraverbais, contextuais,

em uma visão dinâmica, processual e dialógica dos relatos de pesquisas, encarados aqui como enunciados concretos. O segundo aspecto visa compreender elementos subjetivos dos pesquisadores e pesquisadoras a partir de suas produções textuais e o diálogo com o contexto histórico da pesquisa em EA, considerando que qualquer ação humana produz e provoca o diálogo e a construção contínua de sentidos.

Essas considerações conferem também a este trabalho o perfil de abordagem histórica, política e formativa para a educação ambiental. Consideramos os sujeitos em seus posicionamentos e construções discursivas ligadas às suas relações sociais, o que aponta Volóchinov (2017), quando infere que o discurso é um evento cotidiano, único e não reiterável, devendo ser entendido em seu processo.

1.5 TEORIA BAKHTINIANA: TEMA E SIGNIFICAÇÃO

Buscando responder aos objetivos desta pesquisa, nos propomos compreender quais significados e sentidos as pesquisas da área da Educação Ambiental atribuem ao conceito de Sustentabilidade, e como vinculam este conceito às práticas desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais.

Para que fosse possibilitada essa compreensão, a leitura dos textos na íntegra foi primordial para que pudéssemos identificar excertos em que, ao longo dos posicionamentos discursivos, o conceito de Sustentabilidade assumisse, ora uma aproximação ao “Bem Viver” das comunidades tradicionais, ora se aproximasse ao sentido de desenvolvimento sustentável, costume não prezado por esses grupos, já que estabelecem uma outra relação com a natureza, de não extrapolação de seu uso, muito menos de acumulação.

As teses e dissertações são produtos de pesquisas do meio acadêmico e, desse modo, produzem movimentos discursivos próprios, seguindo normas de produção, porém, seus enunciados expressos através da escrita (ou oral), são carregados de vozes de outros enunciados (VOLÓCHINOV, 2017). Assim, demonstram sua não neutralidade na materialização da língua na produção de um texto, pois ele está dentro de uma esfera dialógica.

O sujeito/autor de uma pesquisa imprime em seus discursos durante a escrita do texto, sua constituição sócio-histórica pois ele enuncia uma determinada posição e lugar, ou seja, são carregados de sentidos. Todo e qualquer enunciado provém sempre na esfera de uma das ideologias (arte, ciência, religião...) e, portanto, apesar de as palavras se repetirem, os enunciados são acontecimentos únicos, não reiteráveis (VOLÓCHINOV, 2017).

A palavra é constitutiva do sujeito, é um ato social e se caracteriza como signo ideológico por natureza. Ideológico porque condiciona a constituição do sujeito e dos sentidos

conforme sua capacidade interpretativa diante a qualquer objeto simbólico, buscando o sentido das palavras e das coisas. Aquilo que é ideológico possui um significado e condiz com algo situado fora de si mesmo (VOLÓCHINOV, 2017).

Ainda para esse autor, a palavra assume um efeito polissêmico, ou seja, ela exerce um sentido novo, preenchida de conteúdo, sentido de vivência ou ideologia. A Sustentabilidade, dentro do campo das pesquisas em EA, ecoa com sentidos diferentes dentro dos enunciados escritos. A condição de ocorrência do enunciado é chamada enunciação que, segundo Volóchinov (2017, p. 126), é resultado da relação social, “quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições linguísticas de vida de determinada comunidade linguística”.

Pelo efeito polissêmico que assume, a palavra Sustentabilidade pode ser várias vezes repetida. No entanto, o sujeito/autor em sua enunciação, ou seja, na condição de ocorrência do enunciado, passa a existir dentro de relações dialógicas de suas experiências de vida, leituras, contextos, construindo assim um sentido novo. Os sentidos, para Volóchinov (2017), reverberam nas condições em que a palavra está sendo utilizada, no enunciado e em como os sujeitos entendem e atribuem a ela um sentido em um determinado contexto.

Deste modo, as comunidades tradicionais constroem um vínculo em suas relações estabelecidas com o meio natural, não sendo possível desassociar o indivíduo do ambiente, pois este local enquanto território, é onde permite construir seus saberes, conhecimentos e sentidos numa teia tecida a partir dos significados possíveis neste contexto.

A enunciação é individual e não repetível; assim podemos dizer o mesmo quando construímos temas. “O tema⁶ da enunciação é, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 133). Ou seja, cada enunciação é construída dentro de uma unidade completa que vai assegurar sua unicidade, lhe conferindo um significado. Para tanto, este significado global é dito como o “tema” da enunciação.

O tema está diretamente ligado à significação, e a significação por sua vez, ao tema. A uma palavra isolada é impossível atribuir-lhe significação. Para tanto, “a significação da enunciação pode ser analisada em um conjunto de significações ligadas aos elementos linguísticos que a compõem” (VOLOCHINOV, 2017, p. 134).

⁶ “Esse termo é, naturalmente, sujeito a dúvidas. [...] o termo “tema” cobre igualmente sua realização; é por isso que ele não deve ser confundido com o tema de obra de arte. O conceito de “unidade temática” é o que estaria mais próximo (Bakhtin/Volóchinov, 2010, p. 133).

A palavra pura e simples não representa um ato comunicativo, podendo não ser precisa, categórica. No entanto, quando se torna um enunciado, em uma ação discursiva é que se tem a intenção do enunciador. A palavra escrita pode ser um enunciado legítimo, ou seja, quando ela possui sentido, quando provoca em alguém uma atitude, temos uma palavra como enunciado concreto (BAKHTIN, 2003).

O enunciado, aqui de forma escrita, presume uma comunicação social que é a unidade real do discurso, uma vez que o receptor não é um ser passivo, mas sim alguém que, ao ler e compreender o enunciado, assume para si o que ele quer dizer, dando a ele um sentido, uma resposta, um posicionamento. Para Bakhtin (2003), essa complexidade é a característica principal do enunciado. O autor ainda considera que cada discurso será definido de acordo com as perspectivas que o locutor possui do destinatário para elaborar seu enunciado, ou seja, há uma intencionalidade e, nesse sentido, é preciso se ater a pontos como: quem irá acessar esse enunciado, seu conhecimento sobre o assunto, suas convicções (BAKHTIN, 2003).

Essa perspectiva sobre o destinatário contribuirá para determinar o gênero mais adequado para a ação comunicativa. Bakhtin (2003) associa essa determinação do gênero discursivo às finalidades discursivas específicas nas distintas esferas sociais. O autor ainda divide esses gêneros em duas classificações: primárias (carta, o bilhete, o diálogo cotidiano) e as secundárias (teatro, romance, tese científica, palestra, entre outros). Os dois campos discursivos possuem a mesma essência: são construídos por fenômenos de enunciados verbais. O segundo gênero trata de um campo discursivo mediado pela escrita, que é apresentado de maneira mais complexa e elaborada.

Ao trazer uma ideia central que converge para as ideias periféricas, organizadas e desenvolvidas uniformemente dentro de um critério lógico, ela possuirá “três qualidades necessárias para a construção de um parágrafo: unidade, coerência e consistência” (FIGUEIREDO, 1998, p. 14), conferindo-lhe assim uma estrutura escrita que possibilita ao leitor perceber um início, meio e fim de uma ideia. Neste mesmo sentido, o autor ainda considera:

Em relação à obra escrita, os parágrafos representam parcelas ou blocos relacionados, progressivamente, uns com os outros, isto é, eles são dinâmicos e avançam. Logicamente numa determinada direção, desde o parágrafo introdutório até o último parágrafo, cada um dependendo do outro. Não se tratam, pois, de divisões estáticas, mas progressivas, onde o parágrafo seguinte mantém determinada relação com o parágrafo anterior, cada um com a ideia central ao redor da qual giram outras ideias secundárias. (FIGUEIREDO, 1998, p. 13).

Dentro da perspectiva da análise do discurso, o tema e enunciação, ao se inter-relacionarem, trazem uma ideia central podendo ser analisados a partir de elementos

significativos dessa enunciação. Essa “significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor” (VOLOCHINOV, 2017, p. 137). Uma vez que esse sujeito/autor é social e individual, essa interação dialógica é constituída por várias vozes (sociais em suas diferentes relações). O sentido dado a essa condição interacional se faz entre locutor e receptor, o que lhe irá conferir a construção de uma resposta (contra palavra) do que foi enunciado.

Existe uma relação de complementaridade e de diálogo entre o tema a significação, pois a ideia de “tema” se assenta sobre a estabilidade da significação; sem ela, a palavra perderia seu sentido, em uma livre escolha significativa. A significação realiza-se no todo, no qual está inserido e faz parte. Volóchinov (2017) considera ainda que, sem essa relação com o todo, que é a própria enunciação em sua plenitude, perderíamos a significação.

Dessa forma, após a leitura completa dos trabalhos, selecionamos os parágrafos em que os termos escolhidos para busca estivessem ali inseridos, fazendo parte daquele contexto. Nestes excertos temos enunciações preenchidas de significados. Esses enunciados ecoam condições e finalidades específicas das relações humanas (BAKHTIN, 2003) e determinam gêneros do discurso⁷, variando segundo seu conteúdo temático, estilo e construção. O elemento do conteúdo temático, visto o discurso na enunciação, desencadeia múltiplos sentidos a outros enunciados que surgem no evento comunicativo, colaborando ao integrar elementos que subsidie a compreensão dos interlocutores.

Esse elemento dá uma abordagem valorativa ao ser referido discursivamente em uma ação comunicativa concreta, e concede a produção de sentidos diversos. Ou seja, é potencialidade do dizer em determinada esfera social, em um determinado período e espaço de tempo, o que pode tornar-se dizível pelo gênero demandado na interação verbal. Assim, os enunciados apreendem sentidos, tornando imprescindível olhar para as palavras escritas, já que representam também enunciados. Para Volóchinov (2017, p. 42) “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” e que, inclusive, revelam interesses de grupos distintos.

Assim, a expressividade dos posicionamentos nas pesquisas pode traduzir as relações sociais de grupos sociais, bem como um determinado contexto de uma determinada época.

⁷O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua— recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 1992a, p. 280)

Podemos, por meio desses gêneros do discurso e do conceito de tema, buscar os sentidos produzidos nos discursos impressos nas pesquisas e seus movimentos discursivos na materialização desse discurso impresso nas pesquisas em EA para a Sustentabilidade. No exercício que propomos na próxima seção, mas anterior as análises, buscamos contextualizar as pesquisas selecionadas como nosso *corpus* documental definitivo. As produções científicas apresentam elementos discursivos que dão a elas características e especificidades, que é possível localizar e compreender seu contexto de enunciação.

2. CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS* DOCUMENTAL: CONTEXTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS (DISSERTAÇÕES E TESES) SOBRE SUSTENTABILIDADE VINCULADA ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Esta seção foi elaborada com base nos dados construídos a partir da análise geral e descritiva do nosso *corpus* documental. Após a leitura dos resumos das pesquisas selecionadas e informações disponíveis no Banco EArte, buscamos descrever seus contextos de produção no intento de compreender como têm sido construídas, focando na natureza de sua produção (programas de pós-graduação de mestrados e/ou doutorados), áreas de conhecimento, recorte temporal de sua elaboração e regiões do país onde foram realizadas.

Buscamos a partir desses dados e panorama analítico, compreender o que tem orientado as tendências e perspectivas dos trabalhos quando discutem a sustentabilidade atrelada às práticas desenvolvidas por sujeitos das comunidades tradicionais.

2.1 NATUREZA DAS PRODUÇÕES

Realizada a seleção dos trabalhos (4.520 catalogados até a data deste levantamento) no Banco do EArte, ao final dos critérios de seleção nosso *corpus* documental foi composto por 17 produções, quatro teses de doutorado e 13 dissertações de mestrado.

Esse grande número de produções oriundas de programas de mestrado, em detrimento às produções realizadas em programas de doutorados, se destaca nessas pesquisas. Carvalho (et al, 2016), aponta que essa situação está relacionada a investimentos financeiros que contribuem para o desenvolvimento de pesquisas:

[...] os valores para a produção de uma tese de doutoramento em relação ao de uma dissertação de mestrado é mais alto, seja em termos de tempo investido como de recursos financeiros. A tendência, no entanto, ao observarmos os dados ao longo do tempo, é de agilizar a formação em nível de pós-graduação para atender a uma demanda do mercado de trabalho (CARVALHO *et al*, 2016, p. 36).

Além das pesquisas estarem concentradas em programas de mestrados, elas representam uma porcentagem muito alta dentro das instituições públicas. A maioria destas foi desenvolvida em programas de pós-graduação sejam elas estaduais ou federais, de diversas regiões do Brasil.

Dos 17 trabalhos, apenas um foi desenvolvido em um programa de pós-graduação de mestrado em Educação em uma instituição particular, UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, intitulada “Diálogo entre a escola e o saber-fazer de uma comunidade tradicional: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável” defendido por WEILER (2015).

Quadro 6 - Pesquisa de Mestrado desenvolvida em programa de pós-graduação da Univali – universidade privada.

Instituição	Título	Autora	Natureza da produção
UNIVALI Universidade do Vale do Itajaí	Diálogo entre a escola e o saber-fazer de uma comunidade tradicional: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável	Jaqueline Maria Alexandre Weiler	Mestrado em Educação

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

E dentre os demais, três trabalhos de doutorado foram realizados em universidades federais: UFPR – Universidade Federal do Paraná, UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos, FURG – Universidade Federal do Rio Grande.

Quadro 7 - Pesquisas de Doutorado desenvolvidas em programa de pós-graduação em instituições federais.

Instituição	Título	Autora	Natureza da produção
UFPR Universidade Federal do Paraná	Contribuição às possibilidades de um ensino de Botânica crítico e contextualizado	Lenir Maristela Silva	Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal)
UFSCar Universidade Federal de São Carlos	Lugar, recursos e saberes dos ribeirinhos do médio rio Cuiabá, Mato Grosso	Maria Saleti Ferraz Dias Ferreira	Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais
FURG Universidade Federal do Rio Grande	Comunidades tradicionais em movimento: modos de vida e educação ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em uma unidade de conservação marinho-costeira no litoral de Santa Catarina	Carina Catiana Foppa	Doutorado em Educação Ambiental

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

E uma tese de doutorado realizada na USP – Universidade de São Paulo, instituição estadual.

Quadro 8 - Pesquisa de Doutorado desenvolvida em programa de pós-graduação em instituição estadual.

Instituição	Título	Autora	Natureza da produção
USP Universidade de São Paulo	Ecoturismo indígena, território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia	Ivani Ferreira de Faria	Doutorado em Geografia Física

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Das dissertações de mestrado, 10 foram desenvolvidas em universidades federais: quatro pela UFC - Universidade Federal do Ceará, duas pela UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, uma pela UFPR – Universidade Federal do Paraná, duas pela UFPA – Universidade Federal do Pará e uma pela FURG – Universidade Federal do Rio Grande.

Quadro 9 - Pesquisas de Mestrado desenvolvidas em programas de pós-graduação em instituições federais.

Instituição	Título	Autora	Natureza da produção
UFC Universidade Federal do Ceará	Indicadores de qualidade de vida, instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso da Prainha de Canto Verde, Beberibe - CE	Henrique Luís de Paula e Silva de Almeida	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
	Educação Ambiental contínua: a vida como foco da aprendizagem - o caso da escola Maria Elisbânia dos Santos, assentamento Sabiaguaba Amontada CE	Maria Luíza Camargo Pinto Ferraz	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
	Círculos de permacultura no contexto comunitário: desenho de um modelo aplicável à emergência de culturas sustentáveis	Marisol Ginez Albano	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
	Geografia e Educação Ambiental Dialógica: conceitos e práticas ambientais na reserva extrativista da prainha do Canto Verde-Ceará-Brasil	Erica Silva Pontes	Mestrado em Geografia
UFMT Universidade Federal de Mato Grosso	Educação, cultura e tradição: tessituras de uma comunidade tradicional no Pantanal de Poconé, Mato Grosso - um estudo de caso	Ilsa Helena Gomes Procópio da Silva	Mestrado em Educação
	O saber e o fazer da comunidade Vila Berrante, Ribeirão Cascalheira - MT, revelando indicadores educativo	Gecilane Ferreira	Mestrado em Educação

UFPR Universidade Federal do Paraná	Educação ambientalmente sensível com base na racionalidade ambiental: estudo de caso do Colégio Sesi-PR	Melina Luzia Gunha	Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
UFPA Universidade Federal do Pará	As possibilidades da inserção da Educação ambiental em unidades de conservação: o caso da reserva extrativista "Ipaú-Anilzinho" na Amazônia Tocantina	Roble Carlos Tenório Moraes	Mestrado em Educação
	Transformações socioambientais na comunidade de Dom Manuel Barbacena/PA	Grace Kelly do Rosário da Silva	Mestrado em Educação
FURG Universidade Federal do Rio Grande.	A política ambiental da indústria mineral: análise dos programas educacionais construídos para os trabalhadores da Vale na Mina Brucutu	Barbara Luisa Martins Mariano Souza	Mestrado em Gerenciamento Costeiro

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Em instituições estaduais foram duas dissertações realizadas: UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, UECE – Universidade Estadual do Ceará.

Quadro 10 - Pesquisas de Mestrado desenvolvidas em programas de pós-graduação em instituições estaduais.

Instituição	Título	Autora	Natureza da produção
UNEMAT Universidade do Estado de Mato Grosso	A comunidade quilombola do Cedro, Mineiros-GO: etnobotânica e educação ambiental	Fernando Thiago	Mestrado em Ciências Ambientais
UECE Universidade Estadual do Ceará	Turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí/CE	Maria Fernanda Sales Nogueira Pereira	Mestrado em Estudos Sociais Aplicados e Centro de Ciências

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A respeito da dependência administrativa das pesquisas, fica evidente pelos números de produções apresentadas acima, o quanto há uma predominância das universidades públicas sobre esses trabalhos. Essa origem institucional de pesquisas advindas de instituições públicas também é evidenciada em outras metapesquisas do âmbito da EA em Instituições de Ensino Superior, como nos trabalhos de Carvalho (2012), Rink (2014) e Santos (2019).

Cruz (2020) publicou na Revista Interesse Nacional um trabalho em que mapeou as dependências administrativas das pesquisas no Brasil de 2011 a 2015 em EA. E de acordo com seus achados considerou que a “[...] maior parte da produção científica do Brasil vem das

universidades públicas. Oito universidades respondem por aproximadamente 2/3 dos artigos científicos do País publicados em periódicos internacionais (online.)”⁸, o que atribui às universidades públicas papel importante para realização de pesquisas e divulgação científica também no campo internacional.

E à baixa produção científica das instituições particulares Santos (2019) discute que desde 1960 essas são demarcadas pela dedicação, praticamente ao ensino. E ainda completa:

A Reforma Universitária de 1968 flexibilizou o padrão tradicional de educação superior assentado no tripé ensino-pesquisa-extensão (CORBUCCI *et al.*, 2016). Martins (2009) ressalta que após essa reforma surge um ensino superior privado, de perfil empresarial, que visa por lucro econômico e o atendimento de demandas do mercado educacional. Ainda segundo esse autor, as IES privadas [...] estão voltadas para uma estrita formação profissional e empregam professores horistas com pequeno volume de titulação acadêmica, que se dedicam em sua maior parte às atividades de ensino. Predomina em seu interior uma ausência de estruturas consolidadas de pesquisa e de pós-graduação *stricto sensu* (MARTINS, 2009, p.29). (SANTOS, p. 95).

Focando na formação profissional com titulação acadêmica, as instituições privadas não possuem então uma consolidação de produção de pesquisas, o que demanda às instituições públicas esse papel de investimento.

2.2 ÁREAS DE CONHECIMENTO

Nessas dependências administrativas elencadas acima, privadas e públicas, também há uma grande diversidade de áreas de conhecimento. E ao olharmos para estes trabalhos conseguimos notar o quanto tem sido diversa essas áreas nos programas de pós-graduação. Abaixo estão listadas essas distintas áreas de concentração dos trabalhos citados anteriormente e que fazem parte do nosso corpus documental:

Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente;
Mestrado em Educação;
Mestrado em Ciências Ambientais;
Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos;
Mestrado em Geografia;
Mestrado em Gerenciamento Costeiro;
Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal);

⁸ Revista Interesse Nacional. <http://interessenacional.com.br/2010/07/01/ciencia-tecnologia-e-inovacao-no-brasil-desafios-para-o-periodo-2011-a-2015/>. Acesso em 20/07/2021.

Doutorado em Geografia (Geografia Física);
Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais;
Doutorado em Educação Ambiental.

Reflete nessa diversidade de campo do conhecimento o aumento das discussões de pesquisas, sobre EA focando na Sustentabilidade e a busca por articulações da temática com diferentes áreas, numa proposta interdisciplinar. E apesar de assumir uma ampla dimensão, alcançando muitas das áreas do currículo, a discussão nos trabalhos aqui tratados, se mantém numa esfera do universo da educação ambiental.

Sobre esse aumento de pesquisas em EA dentro de distintas áreas do conhecimento Gomes, Brasileiro e Caeiro (2020) apontaram em sua pesquisa intitulada “Educação ambiental e educação superior: uma revisão sistemática da literatura” que ocorreu um processo de Ambientalização Curricular, a partir da iniciativa da formação da Rede de Ambientalização Curricular no Ensino Superior (ACES), a partir de 2002, em que se havia uma busca pela incorporação em

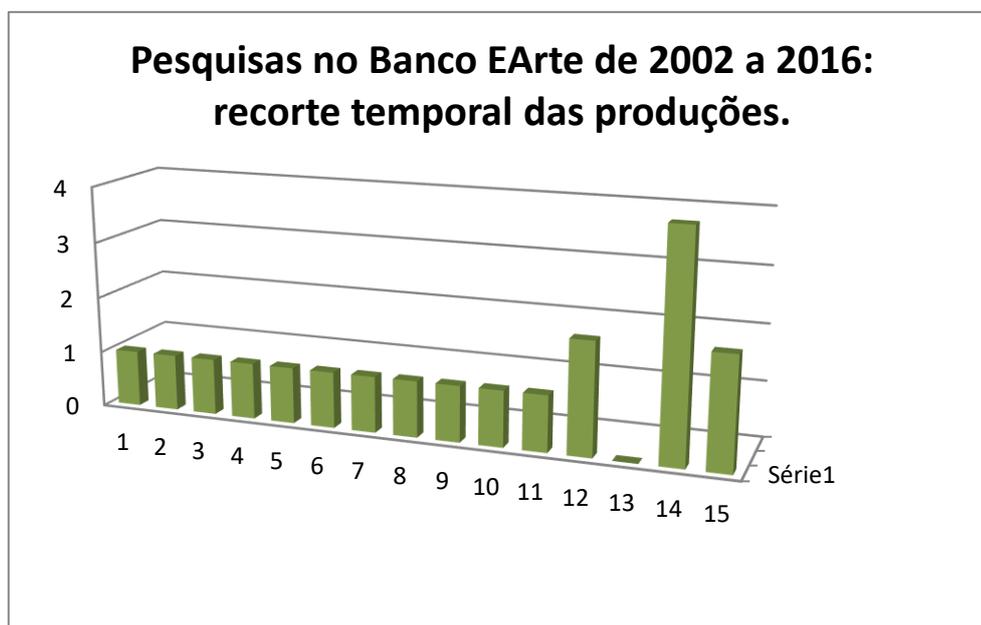
[...] currículos/programas de graduação/cursos de conhecimento/conhecimento ambiental [...] focada na compreensão das realidades socioambientais e para orientar ações em um projeto de sustentabilidade da vida em sua diversidade. Processo que promove o diálogo com outras formas de conhecimento (religioso, científico, cultural, tradicional etc...) que compõem as diferentes visões de mundo. (GOMES; BRASILEIRO e CAEIRO, 2020, p. 75582)

E nessa busca pelo diálogo com distintos campos de conhecimento, ao realizar a revisão da literatura os autores constataram que, quando a discussão sobre “racionalidade ambiental” foi incluída nos programas e currículos de graduação, segundo esses autores “aprimorou o processo de ambientalização universitária e foi possível visualizar que as racionalidades instrumentais e teóricas dominam o campo do saber no processo de ambientalização” (GOMES; BRASILEIRO e CAEIRO, 2020, p. 75582).

2.3 RECORTE TEMPORAL

A figura 4 abaixo representa as publicações das pesquisas selecionadas no Banco EArte distribuídas ao longo dos anos de suas produções:

Figura 3– Pesquisas no Banco EArte entre os anos 2002 e 2016.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

De acordo com estes dados, entre os anos de 2002 até 2012 foi defendida uma pesquisa por ano. Aumentando para duas em 2013, seguida de queda em 2014 em que não houve nenhum trabalho apresentado. No entanto, 2015 salta para quatro produções de pesquisa e 2016 retorna para duas. Este recorte temporal nos permitiu traçar hipóteses sobre a concentração destes trabalhos, principalmente nos anos 2015 e 2016.

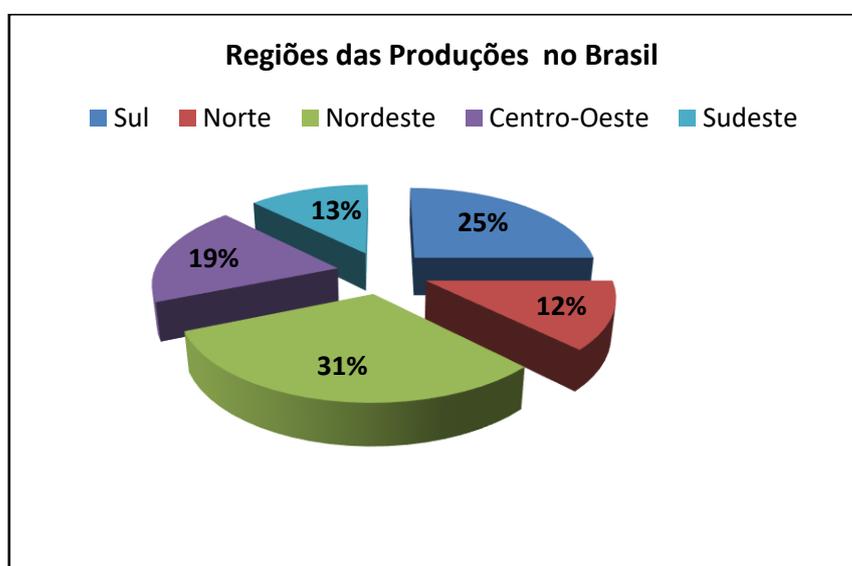
Quando olhamos para essas produções científicas e seus períodos de publicação, percebemos que nossa caracterização das pesquisas aponta para uma datação, até 2016, período anterior ao “golpe” e do governo neoliberal autoritário que emerge em 2018, conduzindo a um processo de (des)ambientalização do Estado, como dito por Acselrad (2010). Ou seja, os significados e sentidos construídos nesse trabalho são até 2016, em que se havia uma visão distinta sobre o meio ambiente e os movimentos sociais como possíveis parcerias na construção de conhecimentos e valorização da cultura.

Com reconhecimento internacional das publicações realizadas no país e seus impactos à sociedade devido aos mais distintos campos, coaduna assim com a notável importância de investimento às pesquisas desenvolvidas por universidades públicas. E ainda é possível identificar que pesquisas de mestrado ainda são muito maiores do que aquelas realizadas em nível de doutorado.

2.4 REGIÕES DAS PRODUÇÕES

Ao analisarmos a distribuição das produções acadêmicas por estados, observamos que Rio de Janeiro (9), São Paulo (9), Rio Grande do Sul (6) e o Distrito Federal (4) registram, juntos, cerca de 65% das pesquisas em EA sobre a relação processo educativo e conflitos socioambientais que foram produzidas no Brasil. Ilustrando melhor a origem das produções que compõem nosso *corpus* documental, elas provêm de diversas regiões do Brasil, como apresentado na figura 5 abaixo:

Figura 4– Produções do Banco EArte que compõem nosso corpus documental conforme as regiões brasileiras.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Percebemos que a região Nordeste e Sul são aquelas que mais têm tido produções dentro deste universo de pesquisas, responsáveis por 31% e 25% respectivamente, dado nossos critérios de busca, focando nas produções que versam acerca da Sustentabilidade pautada nas comunidades tradicionais e suas práticas de manutenção dos recursos naturais. Em contrapartida, a região Centro-Oeste compreende 18% das pesquisas realizadas, seguida das regiões Sudeste e Norte, com 12% e 13%, respectivamente, dos trabalhos desenvolvidos.

Os trabalhos em EA tem tido uma concentração grande em regiões do país como o Sul, assim como em nosso *corpus*, em que essa região está em segundo lugar de distribuição de geográfica das pesquisas. Santos (2019), ao realizar um panorama de pesquisas em EA também se depara com este dado. tem como segunda que mais produziu e realizou trabalhos

Como discutido por Carvalho (2012) anteriormente sobre o campo das pesquisas, existem questões que tem influenciado discussões que retratam contextos sociais, espaciais e temporais. Não ao acaso, grande parte destas publicações estão concentradas nas regiões Sul e Nordeste. De acordo com a pesquisa de Júnior e Souza (2009, p. 131), acerca da região Sul, podemos traçar um breve histórico que possibilita compreender e

[...] antever que as pressões sobre os povos e comunidades tradicionais ainda são intensas, sobretudo, desde a década de 1960, a partir de 3 origens. A primeira é o avanço da “agricultura moderna”. Notadamente reconhecido como “Celeiro agrícola do País”, o Paraná, desde a década de 1970, sustenta sucessivamente a evolução nos recordes de produção e exportação de commodities agrícolas e florestais, tais como, soja, gado, pinus, eucaliptos e recentemente, cana-de-açúcar. Somente a soja em 15 anos (1990 a 2005) teve ampliada sua área plantada em 70,8%. Já, o complexo madeira, perde neste período apenas para o complexo soja. Sendo considerado o maior produtor nacional de papel fibra longa, o Paraná ocupa 2,8% do seu território ou 560 mil hectares, com a meta de ocupar até 5% da área do Estado até 2010.

Nesse sentido, o contexto da região Sul favorece aos grandes produtores a exploração das regiões, que não ao acaso, são territórios de povos e comunidades tradicionais. A partir de 2003 a região do Paraná tem proposto, de acordo com ainda com Junior e Souza (2009, p. 133),

[...] iniciativas que visam a identificação desses grupos, tal como o Mapa da presença Indígena e o Mapeamento dos Quilombolas no Paraná (ITCG, 2007). Em 2005, inicia-se, em articulação com os movimentos sociais, o Projeto Nova Cartografia Social, vinculado ao PPGSCA – Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura - da Universidade Federal do Amazonas – UFAM com apoio do Centro Missionário de Apoio ao Campesinato - CEMPO e Instituto Equipe de Educadores Populares - IEEP, na produção da Auto-cartografia Social desses povos e comunidades tradicionais.

A região Nordeste é onde se concentra distintos povos de comunidades tradicionais e onde:

[...] são alvos do avanço da espoliação do capital financeiro e produtivo sobre os recursos naturais e isso torna esses territórios palco de diversos conflitos socioambientais. Para Little (2001, p. 107) conflitos socioambientais dizem respeito às “[...] disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (ARAÚJO *et al.*, 2019, p. 366)

Ainda de acordo com esses autores e dados extraídos do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil⁹ de 2021 existe, na região Nordeste, uma grande disputa pela terra associada a 166 atividades geradoras de conflitos em 2014. Quando esses conflitos são relacionados a categorias como terra/água e terra/minério, esse percentual correspondia a 70,88% dos recursos naturais em disputa. A partir dos anos 60 com o grande investimento na industrialização no Brasil, a região Nordeste teve a maior parte da sua história econômica voltada para a agroexportação, assumindo um papel relevante para produção de bens primários – commodities para exportação – associados à flexibilização de leis e impostos como parte “das

⁹Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 20 mai. 2021.

movimentações do Estado neoliberal que estimula a apropriação dos recursos, facilitando a entrada desses capitais nos países que ainda possuem recursos naturais em abundância” (ARAÚJO *et al.*, 2019, p. 368).

A esse respeito entendemos que, ao adentrar no campo de disputa por terras, os conflitos margeiam para além deste espaço geográfico, grupos sociais que reivindicam esse território como moradia e vivência. Contexto do Nordeste Brasileiro, onde os conflitos socioambientais em “consonância com as entidades governamentais, para dar andamento ao crescimento econômico e controle dos bens naturais presentes em localidades habitadas por pequenos agricultores, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, que têm sua subsistência e identidade marcada pela utilização dos recursos do meio natural”, tendo como fator desencadeador justamente a existência de territórios tradicionais em áreas de disputa pelos grandes latifundiários (ARAÚJO *et al.*, 2019, p. 369).

3 O CAMPO DA PESQUISA EM EA: SUSTENTABILIDADE E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O aumento significativo das pesquisas em EA evidencia como o tema tem sido considerado importante nos últimos anos e em distintos contextos além da área ambiental. No Brasil, as pesquisas são realizadas em cursos de Pós-Graduação em diferentes programas e áreas do conhecimento, como Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia (especialmente Ecologia), Ciências Sociais, Direito, Economia e Administração, Educação, Engenharias, Geologia ou Geociências, Geografia, História, Medicina e Saúde Pública, Veterinária (FRACALANZA, 2004).

Já que abrange diversos contextos, podemos então vincular a EA às questões sociais, econômicas, de saúde, cultura, no entanto, sem localizá-la dentro de um par dicotomizado pelo pensamento moderno, numa relação ser humano/natureza. É importante também ressaltar que não deva se restringir ao campo metodológico e de conteúdos da EA científica, mas considerando também as práticas desenvolvidas por comunidades e povos tradicionais.

3.1 O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E SEUS CONTEXTOS

Esta seção se propõe a contextualizar o conceito de Sustentabilidade, bem como sua origem e como surge no plano político e discursivo das políticas públicas. A partir daí

sistematizar à luz de Volóchinov (2017), os sentidos e significados construídos nos contextos em que o discurso da Sustentabilidade prevalece.

O conceito de Sustentabilidade tem origem recente, nos anos 1970, quando a ONU inicia reuniões e conscientiza sobre os limites do crescimento do modelo vigente de globalização. No entanto, a história do conceito se inicia há mais de 400 anos (BOFF, 2012).

No conceito dicionarizado, de acordo com Boff (2012), Novo Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010) e o Dicionário de Verbos e Regimes de (FERNANDES, 1942), Sustentabilidade e “sustentar”, tem origem na palavra latina *sustentare*, com o mesmo sentido em português. Um passivo definindo “sustentar” a equilibrar-se, manter-se, conservar-se sempre a mesma altura, conservar-se sempre bem.

Seu sentido ativo enfatiza uma ação externa exclusivamente humana para conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, subsistir, viver. Dentro da ecologia, a Sustentabilidade diz respeito aos procedimentos tomados pelos humanos para que a Terra e seus biomas sofram menos impactos e se mantenham vivos, protegidos, bem alimentados de nutrientes a ponto de estarem sempre bem conservados (BOFF, 2012).

A pré-história do conceito de Sustentabilidade, segundo Boff (2012), vem da silvicultura (manejo de florestas). Até o fim da idade moderna, a madeira era a principal matéria-prima utilizada para construção de casas e móveis, combustível para cozinhar e aquecer as casas. Seu uso foi tão intensivo que, principalmente na Espanha e Portugal, as florestas começaram a ficar escassas. No entanto, somente em 1560 na Alemanha, irrompe pela primeira vez a preocupação pelo uso racional das florestas. Diante desse contexto, passa a ser utilizada a palavra alemã *Nachhaltigkeit*, que significa Sustentabilidade.

Muito antecedente a este evento internacional, George Perkins Marsh em 1864 escreve o livro *Man and Nature, or, Physical Geography as Modified by Human Action*, e passa a ser considerado por alguns autores como o primeiro ambientalista moderno e precursor do conservacionismo (HOLZER, 2002).

Boff (2012) ainda aponta que, somente em 1970, o conceito de Sustentabilidade de fato se fez ouvir. O Clube de Roma, criado para debater política, economia e principalmente meio ambiente, escreve seu primeiro relatório versando sobre “os limites do crescimento”, que promoveu o desencadeamento de discussões nos meios científicos, empresas e sociedade.

Dois anos após esse encontro, em 1972, a Conferência das Nações Unidas (ONU, 1972), reunindo 113 países em Estocolmo, inicia discussões acerca dos problemas ambientais. Teve como desdobramento desse encontro a elaboração da Declaração de Estocolmo, contendo 26

princípios e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Como principais objetivos se destacam no PNUMA (CONFERÊNCIA..., 2021):

[...] manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das gerações futuras.

Além deste monitoramento e alerta, apesar de conter uma base desenvolvimentista, outra questão pontuada na conferência foi a poluição atmosférica, poluição da água e solo, alta utilização de recursos naturais devido ao processo industrial e o crescimento demográfico (RIBEIRO, 2001).

A teoria do conservacionismo propõe no seu escopo um guia de comportamentos que tem por objetivo a conservação da natureza (SAUVÉ, 2005). Para além dessa teoria conservacionista, Enrique Leff (2010), na obra “Discursos Sustentáveis”, complementa-a sugerindo a construção da economia para além de flexibilizar, limitar, regulamentar e controlar os excessos da racionalidade econômica: “é preciso refundar a economia sobre suas bases ecológicas e culturais” (p.29). Ou seja, uma relação de cuidado com a natureza, considerando sua produtividade ecológica baseada em práticas culturais, sem exploração e extrapolação da utilização das bases de recursos naturais.

Nesse sentido Leff (2009) ainda considera:

As novas lutas sociais no campo –que podem ser definidas como ambientalistas, no sentido em que articulam demandas tradicionais com um processo emergente de legitimação de seus direitos à autogestão dos recursos produtivos e à transformação do sistema político e econômico dominante (a luta pela transição para uma democracia na produção) – afastam-se do conservacionismo ecologista e dos projetos individuais de automarginalização da ordem social dominante (as comunas ecológicas).

Acordando com a teoria de Leff, podemos pensar que grupos sociais que estão à margem, como aqueles capazes de promover um ordenamento político com autogestão, são capazes de promover o ambientalismo e que práticas desenvolvidas muito anteriormente por comunidades tradicionais já desempenhavam um papel na conservação do meio ambiente e dos recursos naturais, numa relação distinta a esta imposta pelo mercado.

A Sustentabilidade, como parte de um processo inverso ao hegemônico, é posta muitas vezes de forma dissimulada quanto à sua origem. É utilizada para posicionamentos econômicos e políticos numa tentativa de amenizar condições ambientais que a “ciência econômica¹⁰”, que

¹⁰Para Leff (2010) essa é uma ciência distinta das outras ciências, que elaboram suas hipóteses teóricas que são verificadas ou refutadas com os dados da realidade. A teoria econômica constitui-se num paradigma ideológico-teórico-político. Gerando um mundo que transborda sobre suas externalidades: alteração dos equilíbrios ecológicos do plante, destruição dos ecossistemas, esgotamento dos recursos naturais, desigualdade social, entre outras.

molda nossas vidas, não consegue de forma integral considerar que se trata de uma externalidade que deve ser interiorizada.

Esse “campo das externalidades” ambientais ou ecológicas não pode ser pensado sob o ponto de vista da economia que se construiu e se institucionalizou negando a contribuição dos processos ecológicos para a produção, a dimensão cultural do desenvolvimento humano, os mundos de vida e os sentidos existenciais das pessoas, ou seja, a esfera moral, da ética, dos valores e da cultura; de uma economia que instaurou no mundo fingindo ignorar, em última instância, as condições de sustentabilidade da vida... e da economia (LEFF, 2010, p. 21).

Essa internalização provém de um princípio que caberia a economia ser classificada como um subsistema sujeito às condições impostas pelo sistema ecológico. Ao longo de muitos anos a natureza sempre foi o “reino da abundância” e, hoje, temos percebido e vivido os reais impactos desse posicionamento e que, em prol do desenvolvimento, as relações ambientais estão longe de serem internalizadas.

Há muito tempo se discute a perspectiva sustentável do meio ambiente, bem como os conceitos por detrás do termo Sustentabilidade. Podemos, então, refletir acerca dos distintos posicionamentos diante deste termo, pensando: de que maneira debates internacionais discutem acerca dos múltiplos significados e sentidos da palavra? Como se faz a disputa por diferentes atores sociais e seus interesses?

Os sujeitos atores dos cenários políticos, econômicos, sociais, culturais, educativos concebem, a partir de sentidos e significações de seus processos de desenvolvimento, de qualidade de vida, de subsistência, de sua cultura, de sua relação com meio natural, construções dentro de saberes nessas relações. Assim como as propostas governamentais, práticas de comunidades tradicionais são também construídas dentro de uma lógica de vida, de condição e relações ambientais, dentro de sentidos e significados, cunhadas por relações distintas àquelas que são estabelecidas pelos documentos oficiais governamentais.

Os sentidos atribuídos ao termo Sustentabilidade são visados a partir de relações, variando em torno da comunidade enunciativa, ou seja, sentidos não são fixos. A Sustentabilidade pode ter seu sentido construído a partir de um universo maior a ser considerado, como a própria Terra, os ecossistemas e comunidades inteiras, ou ainda, em questões políticas, sociais, culturais, entre outras.

Leff (2010) complementa acerca dessa construção que a:

[...] sustentabilidade é construída no encontro, desencontro e confrontação de sentidos do ambiente e da sustentabilidade; na dissonância entre racionalidade econômica e a racionalidade ambiental; nas diferenças sentidos que não serão resolvidos por um projeto interdisciplinar nem amenizadas por intermédio de uma racionalidade comunicativa. É a desconstrução do insustentável e a construção de uma sustentabilidade gerada por um diálogo de saberes que dão lugar, inclusive, ao encontro de outridades irreconciliáveis que terão de conviver em suas diferenças (p.234).

Significados e sentidos, construídos a partir da relação intrínseca do ambiente com quem faz parte dele e que estabelece uma relação ser humano e os outros elementos da natureza, via *Buen Vivir*¹¹, que se distancia do modelo hegemônico de desenvolvimento, em uma forma de resistência e/ou alternativa, fundando-se numa relação de cosmovisão (diferentes visões de mundo) (SILVA; GUEDES, 2017).

Assim como o meio natural possui um sentido para as comunidades e povos tradicionais, há também impacto no campo político ecoado em documentos oficiais para EA. Porém, a relação construída por uma perspectiva de um processo civilizatório, ocorre um afastamento das subjetividades e os vínculos intrínsecos com o meio onde esses grupos estão. Leff (2010) caracteriza esse movimento como “coisificação e objetivação do mundo”.

Coisificação que leva à

[...] crise da insustentabilidade, regida por eixos de racionalização da vida; pelo eixo da racionalidade teórica, da racionalidade tecnológica, da própria ideia de racionalidade como uma condução das ações sociais de algum modo determinadas e conduzidas para fins já definidos. [...] dessa crise de racionalidade emerge o pensamento ambiental e sua energia descolonizadora, dizia Fernando Huanacuni de uma maneira como só podem falar os indígenas que não foram assimilados por nossos discursos acadêmicos e filosóficos (LEFF, 2010, p. 86).

Nesse processo de racionalização que supervaloriza e hierarquiza o campo da ciência, ao mesmo tempo menospreza distintas maneiras de pensar e sentir, subjugando saberes culturais e pessoais, esgotando outras possibilidades de pensamento. O campo da discursividade para a Sustentabilidade cria estratégias que miram interesses econômicos, como o discurso do desenvolvimento sustentável.

Assumimos aqui, o campo discursivo como importante ferramenta durante o processo de compreensão das relações e interações pois, além de ser atravessado por várias ideologias, o papel da língua nas relações sociais, onde os sujeitos são construídos, para (BAKTHIN, 1999), é um sistema interno de valores. A língua¹² é parte dessa interação que perpassa as construções discursivas e os sentidos e significados que aparecem na concretude de seu exercício (BAKTHIN, 1999).

O pensamento dicotômico sociedade/natureza, que se situa no interior de uma lógica do discurso dominante, dentro de um contexto sócio-histórico-cultural, coloca a Sustentabilidade numa relação onde os sentidos e significados são construídos numa divisão que dimensiona e categoriza, legitimando uma fragmentação e distanciamento do ser humano/natureza. Giannella

¹¹Conceito de Ibañez e Ledezma (2015) que discutiremos mais adiante.

¹²A linguagem aborda duas esferas inseparáveis: a atividade humana e o uso da língua que acontece como enunciados orais e escritos; é a descrição da linguagem que torna todos os enunciados, por definição, dialógicos; como termo para um tipo específico de enunciado, oposto a outros enunciados, monológicos; e como uma visão do mundo e da verdade (seu conceito global) (VOLÓCHINOV, p. 506).

(2007) considera alguns critérios e dimensões da Sustentabilidade para apontar a real proposta em torno do conceito a partir dessa fragmentação. As dimensões apontadas são: (i) planetária: diz respeito a problemas que extrapolam as fronteiras dos Estados, sendo necessário promover a reversão de processos globais de degradação ecológica e ambiental; (ii) ecológica: contempla a base física do processo de crescimento na conservação e uso racional de recursos naturais inseridos nas atividades produtivas; (iii) sustentabilidade ambiental: relacionada à capacidade e suporte da natureza que mostra necessário promover cenários ou tendências econômicas que coadunem com o crescimento populacional, composição étnica e outras variáveis demográficas, como migração e distribuição espacial; (iv) cultural: reconhece que a base do desenvolvimento reside na manutenção da diversidade das culturas; (v) social: objetiva melhoria na qualidade de vida das distintas populações; (vi) política: vincula-se estreitamente ao processo de construção da cidadania e busca garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento (GIANELLA, 2007, p.8).

A dicotomia sociedade/natureza, tratada dentro de uma ampla rede de significados e sentidos da Sustentabilidade, nos faz resvalar em continuar a afirmação de que os enunciados geram sentidos e que, ao tratarmos das produções científicas, eles acontecem no processo de escrita. Desse modo, esse campo discursivo que a Sustentabilidade adentra ressoa de distintas maneiras.

3.2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção, traçamos um panorama das pesquisas que tratam da Sustentabilidade e comunidades tradicionais, com o intuito de evidenciar o *lôcus* enunciativo desses trabalhos e, ao discutirem o viés sustentável, identificar como têm sido construídas as pesquisas, e como atrelam a construção de uma sociedade sustentável às práticas das comunidades e povos tradicionais e contra hegemônicas de pensamento ambiental, dado pela modernidade e globalização.

Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico ou revisão de literatura, definida por Vosgerau e Romanowski (2014) como a organização das produções científicas em um campo determinado do conhecimento, possibilitando mapear e relacionar temáticas de acordo com o contexto histórico, identificando tendências e lacunas nas pesquisas sobre um determinado tema.

Foi feito um levantamento dos trabalhos realizados entre 2009 e 2019 para avaliar, nos últimos 10 anos, como tem se delineado e caminhado os processos e abordagens das pesquisas

em sobre Sustentabilidade e comunidades tradicionais, que tenham como perspectiva apontar práticas sustentáveis que não partam da economia, mas sim das bases ecológicas e culturais. Selecionamos, para essa busca, duas bases de dados: a BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e SciELO (Scientific Electronic Library Online). A primeira foi escolhida por abranger o objeto de pesquisa a que esse trabalho se propõe – discursos em teses e dissertações sobre EA – e a segunda, por contar com acervo de periódicos brasileiros.

Apesar de ser um dos nossos critérios a seleção de publicações que fossem teses e/ou dissertações, os periódicos em revistas também podem representar desdobramentos de pesquisas de mestrados e doutorados. Dessa maneira, conseguimos apreender um panorama da divulgação que se tem dado a essa vertente da educação ambiental.

Na biblioteca virtual SciELO foram feitas buscas a partir dos termos Sustentabilidade, comunidades tradicionais e comunidade tradicional sem delimitar um recorte temporal específico, por ora. Foram encontrados 14 trabalhos, com publicações nos anos 2007 a 2014 e 2016, 2017 e 2019. Percebemos que, ao não determinar um período, há poucas produções disponíveis que vinculam o conceito de Sustentabilidade às práticas das comunidades tradicionais. As áreas temáticas destas publicações foram “Ciências da Saúde” e “Multidisciplinar” (quatro produções cada), seguidas de “Ciências Sociais Aplicadas” e “Ciências Humanas” (três publicações em cada temática), “Ciências Exatas e da Terra” (duas publicações) e as áreas “Ciências Agrárias” e “Ciências Biológicas” (uma publicação cada).

A partir dos mesmos termos de busca, realizamos um levantamento também na BDTD utilizando a ferramenta de “busca avançada”, onde demarcamos que os termos Sustentabilidade e comunidade tradicional e foram retornados 288 trabalhos, dos quais, 60% discutem várias perspectivas (de ações de Unidades de Conservação (UC’s) a exportação de móveis artesanais) e não trazem as comunidades como atores e práticas possíveis para a Sustentabilidade.

Muitas vezes as comunidades e povos tradicionais são reduzidos a grupos vulneráveis, não produtores e construtores de conhecimentos. Contudo, na perspectiva científica são apontados nos campos educativos, financeiros ou mesmo como exemplos a serem seguidos, porém não evidenciam esses sujeitos como atores de possíveis práticas fundamentais para a Sustentabilidade.

De maneira geral, após a leitura dos resumos, foi possível observar que essas publicações versam sobre distintas vertentes acerca da educação ambiental.

Os temas que aparecem, divergentes a nossa proposta, são:

a) Mapeamento de indicadores de Sustentabilidade dentro de comunidades, buscando apoio técnico para que essa prática ocorra;

- b) propostas de consolidação de objetivos para a unidade de conservação, bem como o conhecimento acerca da etnobotânica pelos moradores;
- c) promoção de discussões sobre conceitos, comunidades tradicionais e turismo em prol do turismo local;
- d) análise do processo de governança para aplicação ao território onde vivem povos indígenas, quilombolas e caiçaras, apresentando assim, a partir da aplicação de uma matriz de análise, estratégias de práticas de desenvolvimento sustentável;
- e) análise da importância das características jurídicas das relações socioambientais de uma comunidade tradicional estudada;
- f) análise para criação de uma área marinha protegida (AMP) na região nordeste a partir da percepção ambiental de pescadores artesanais;
- g) análise da adequação das abordagens ecossistêmicas e comunicativa do planejamento estratégico para a implantação de agendas territorializadas integradoras dos princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Promoção da Saúde;
- h) discussão sobre o uso de animais como recurso medicinal na Bahia, trazendo a necessidade em se desenvolver mais estudos etnozoológicos, tanto para compreender a importância real da zooterapia para as comunidades tradicionais, quanto para desenvolver estratégias de manejo e uso sustentáveis das espécies animais, especialmente daquelas em risco de extinção;
- i) avaliação do estado de conservação das populações de palmito-juçara e estudo das relações que a comunidade caiçara possui com o ambiente natural, bem como o desejo das populações tradicionais em manejar sustentavelmente os recursos naturais;
- j) análise das diferentes formas de apropriação e de manejo dos recursos naturais através dos SAFs, nos subsistemas roça, sítio e lagos, como componente para a Sustentabilidade dos agricultores familiares em uma região do Amazonas;
- k) proposta de renda para os moradores de uma reserva utilizando as helicônias, plantas herbáceas das florestas tropicais, utilização ainda desconhecida pelo grupo;
- l) descrição da trajetória das políticas governamentais de turismo no Brasil e, particularmente, na Amazônia, dentro de uma perspectiva teórica do turismo sustentável;
- m) comparação dos meios de vida das populações tradicionais da área estudada a partir dos capitais humano, social, natural, físico e financeiro e proposição de indicadores de avaliação e monitoramento para áreas protegidas da Amazônia.

Os assuntos abordados nos estudos no campo da Sustentabilidade têm liderado abarcando 41 destas pesquisas, seguido do campo “Comunidades Tradicionais”, com 14

produções vinculadas e “Agroecologia” com 13 produções, seguidas dos assuntos “Cultura”, “Agricultura familiar”, “Pesca Artesanal”. As áreas de conhecimento onde estas pesquisas se situam, em primeiro lugar em “Ciências Agrárias”, segundo “Ciências Humanas”, seguido por “Ciências Biológicas: Ecologia” e em quarto lugar “Educação”.

Conforme a alta frequência de alguns termos, ou mesmo caracterização da pesquisa, agrupamos os trabalhos de acordo com suas perspectivas quando enunciavam o termo Sustentabilidade. Pudemos perceber que ainda é uma minoria de trabalhos que fazem relação direta entre Sustentabilidade e Comunidades Tradicionais, e indo mais além, que constroem discursos que não se findam nos conceitos ditados pela academia e pelos conceitos científicos.

Quando classificamos os trabalhos como tendo “Distintos apontamentos acerca da Sustentabilidade”, nos referimos a trabalhos que discutem várias perspectivas, porém, não trazem as comunidades como atores e as práticas como possibilidades para a Sustentabilidade. Perfazem a maioria dos trabalhos (91%) e trazem temas como:

- a) ecovilase o multiculturalismo para ensino interdisciplinar;
- b) ações de Unidades de Conservação (UCs) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) como local e modelo de preservação ambiental;
- c) a presença do turismo nas comunidades e como esse fato pode afetar a comunidade;
- d) investigações e análises sobre o contexto (principalmente de grupos quilombolas) – cultura, religiosidade, alimentação, apenas como “objeto” e não modelo a ser perpetuado e ou considerado;
- e) discussões sobre como poderiam esses grupos promover avanços sociais e econômicos;
- f) a gestão feminina dentro desses grupos e como tem sido visto e analisado;
- g) a proposta do *design* sustentável para agregar valor às produções da comunidade;
- h) construção de modelos matemáticos para análise de dispersão de poluentes próxima às comunidades, porém não evidenciando praticas lá desenvolvidas;
- i) pesquisas que buscam sempre uma forma de “contribuição” tendo as comunidades como sempre grupos vulneráveis, não conhecedores e não produtores de conhecimentos;
- j) sistemas agroflorestais envolvidos em uma lógica mercadológica que promove maior valor financeiro;
- k) análise dos conhecimentos em consonância à capacidade produtiva local;
- l) titulação jurídica da biodiversidade;
- m) orientação para produção na agricultura familiar;
- n) agroecologia no empreendedorismo para um desenvolvimento rural sustentável;

- o) comparação entre comunidades no quesito sistemas de alta governança;
- p) exportação de móveis artesanais de fibra numa comparação entre Brasil e Itália;
- q) como tem se moldado a cadeia produtiva de soja nas comunidades;
- r) considerações de políticas da conservação de biodiversidade dependente de uma gestão das áreas de preservação, tendo em vista as políticas determinadas para tal.

A Sustentabilidade é considerada nessas pesquisas como caminho para repensar formas de amenizar os impactos causados pelos modos de produção vigentes. Porém, as discussões partem sempre do cunho econômico, apontando para o que Leff (2010) considera como um grande desafio, que se trata do não agregar valor econômico à vida e à natureza. Onde,

[...] a construção de uma nova economia envolve a reconstrução do objeto de conhecimento pela conjugação de diferentes disciplinas, a incorporação dos saberes desconhecidos e subjugados, dos processos ignorados das externalidades econômicas que se converteram nas condições de sustentabilidade do processo econômico [...] (LEFF, 2010, p. 29).

Ou seja, são trabalhos que atribuem valor econômico ao meio natural, ou se pautam em políticas governamentais para discutir questões de governança, apontando os processos agroflorestais como base para o empreendedorismo, analisando o conhecimento das comunidades para alavancar a economia.

Uma proposta intercultural nas pesquisas, principalmente em educação ambiental, requer pensar o papel formativo como maneira de compreender a diversidade cultural no ambiente acadêmico/educacional.

A estimulação e ocupação desses espaços ocorrem por meio de uma política de universalização escolar, visando valorizar e socializar manifestações culturais (CANDAU, 2008). Neste sentido, as inter-relações culturais são trazidas para contribuir e demarcar estes espaços através dos lugares enunciativos de ocupação social e cultural e que não podem, assim como nas pesquisas, serem homogeneizadas e nem deixadas de lado.

Nesse universo de pesquisas, sob esta perspectiva, um dos trabalhos aponta as comunidades tradicionais como possível cenário para educação intercultural. Ferreira (2010) defende a potencialidade e a demanda cultural, mesmo sem abordar o conceito de “interculturalidade”, ficando evidente neste trecho:

As populações tradicionais lidam com a biodiversidade não como “recurso natural”, mas sim como um conjunto de seres vivos que têm um valor de uso e um valor simbólico integrados numa complexa cosmologia. Assim, essas populações, não só convivem com a biodiversidade, mas as nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes (JARDIM *et al.*, 2006; FERREIRA, 2010, p. 17).

Assim, nesta passagem, bem como ao longo de seu trabalho, Ferreira (2010) constrói e evidencia elementos que localizam as comunidades tradicionais como produtoras de

conhecimentos a partir de uma relação muito próxima com a natureza, pensando um trabalho conjunto na edificação de propostas de ensino, que partam de reflexões sobre o papel do professor no enfrentamento da homogeneização do conhecimento a partir da vivência na comunidade ribeirinha. Assim sendo, a autora traz como resultado observado:

O exercício realizado, além de representar a percepção do grupo sobre a biodiversidade relacionada ao rio Cuiabá, a percepção sobre as formas de uso que a sociedade faz do rio e impactos que esses usos causam, foi também uma sugestão para que professores e professoras possam exercitar com seus alunos. Foi também necessário a desconstrução do conceito de impactos a partir do mapa construído como forma de ressignificar o trabalho desenvolvido (FERREIRA, 2010, p. 140).

Este trabalho demarca uma mesma busca de discussão no campo acadêmico pelo mesmo viés discutido aqui por nós. Nesse sentido, percebemos lacunas nas pesquisas que envolvem a Sustentabilidade em construções científicas considerando aspectos culturais, sociais e que para além, grupos com práticas culturais milenares consideradas como produtoras de conhecimentos.

A educação decolonial, que é abordada nos âmbitos de pós-graduação, pode encontrar caminhos que desconstrua a maneira como tem sido vista e que estrutura a construção de conhecimentos. É evidente, portanto, a necessidade de se desenvolver pesquisas que avancem no entendimento sobre contextos e cultura com base em valores atribuídos à natureza e que dá sentido às sociedades tradicionais.

A busca pelo que se tem pesquisado nessa área de conhecimento nos revelou muitos indícios de que os grupos de comunidades tradicionais não têm sido considerados como produtores ou construtores de conhecimentos: são vistos como fontes de dados para fins geralmente lucrativistas, são reduzidos a grupos vulneráveis, tem seus conhecimentos subjugados em meio ao âmbito educacional, ou, nem mesmo considerados como potencialidades para propor uma nova estrutura de ensino que não se baseie apenas no conhecimento estruturado pela ciência moderna, o que reforça a colonialidade de poder (QUIJANO, 2012).

4. UMA DISCUSSÃO DECOLONIAL PARA REPENSAR OS MODOS DE RELAÇÃO COM O MEIO NATURAL

Este capítulo vem abordar aspectos do "Bem Viver" e as relações das comunidades tradicionais os outros elementos da natureza, e como seu desdobramento se deu por uma perspectiva que não almeja a acumulação de capital ou mesmo extrapolação dos recursos naturais. Saindo assim, do modelo capitalista que coloniza os modos de vida, em uma proposta decolonial.

4.1 O PENSAMENTO NEOLIBERAL: NORTE E SUL

A globalização, com uma economia pautada em uma proposta neoliberal¹³, além de criar divisões desiguais de poder, acarreta a subordinação das economias locais às economias globais, resultando em uma organização da sociedade que se superestima por sua capacidade de “dominar” a natureza, perdendo a essência com o meio natural numa relação hostil e destrutiva.

Caracterizada por Santos (2006, p. 395), a globalização:

[...] é um conjunto de trocas desiguais pelo qual uma determinada condição, entidade ou identidade de um local estende a sua influência para além das suas fronteiras e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como própria em outro local sua condição, entidade ou identidade.

A globalização como movimento construído e pautado em uma ideologia de perspectiva política, produz desigualdades e cria um contraponto no continente americano entre Norte e Sul. Neste cenário, parte-se da premissa de que países do hemisfério Norte se mostram mais desenvolvidos em relação aos países ao Sul. O que se deseja, de acordo com Santos (2006), não é a troca de processo que se constrói por uma lógica verticalizada de cima para baixo, por um processo que funciona de baixo para cima, mas sim um objetivo de criação de relações não hierárquicas entre saberes (científicos, leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, indígenas, entre muitos outros).

Essas condições globais, refletidas localmente, é o que Santos (2006) considera como “localismo globalizado”, por exemplo quando um artefato cultural de uma sociedade tradicional

¹³ O neoliberalismo, de acordo com Santos (2006), é um conjunto de medidas com a meta de liberalizar os fluxos de capitais e de investimentos externos, incentivar as privatizações para reduzir a influência do Estado na economia. Com as privatizações das empresas estatais, os Estados assumem o papel de reguladores do mercado e, sobretudo, permitem a entrada das corporações transnacionais em setores, antes protegidos, dos mercados domésticos.

se torna um fenômeno global, mundial, pode ser percebido na música, no idioma, nos hábitos, na culinária pelo globo. Porém, o “globalismo localizado”, ou seja, quando uma cultura local é influenciada, atravessada por elementos estrangeiros causa efeitos locais, se materializando e impactando nos modos de vida local, na forma de se relacionar com o meio natural, produção, cultura.

É importante perceber que o processo de globalização, ao produzir efeitos sobre determinados contextos, tem sido uma forma de configuração entre grupos dominantes e aqueles que são dominados, bem na perspectiva de norte e sul, pensamento ocidental e oriental, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, por uma retórica de localização e diferenciações de grupos sociais, criando classes e impondo lugares sociais.

Desvelando essas facetas, Walsh (2005) contribui, neste sentido, quando aponta que o processo de distribuição da sociedade e classificação em ranques, lugares e papéis sociais, se traduz em uma configuração do capitalismo, da cultura e produção do conhecimento, por um viés imposto pela hegemonia ocidental, caracterizado como eurocentrismo.

Coadunando com esta ideia, Quijano (2000, p.549) considera que essa “perspectiva de conhecimento que se fez globalmente hegemônico, coloniza e domina outras formações conceituais e seus conhecimentos concretos respectivos”. Ou seja, o processo de globalização pactua em uma depreciação de culturas no qual os sujeitos das comunidades, ao se ligarem localmente ao seu território para o próprio desenvolvimento, baseados em seus conhecimentos e sabedorias tradicionalmente construídas e pautadas em uma dimensão subjetiva, são ditos como arcaicos, atrasados, primitivos.

O neoliberalismo vem sendo imposto como um pensamento hegemônico em prol da globalização, se comprometendo a estabelecer uma universalidade de conhecimento afetando a sociedade. Lander (2005, p. 8) ainda acrescenta:

Essa forma hegemônica do pensamento neoliberal, sua capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como conhecimento objetivo, científico e universal e sua visão da sociedade moderna como a forma mais avançada - e, no entanto, a mais normal - da experiência humana, está apoiada em condições histórico-culturais específicas. O neoliberalismo é um excepcional extrato purificado e, portanto, despojado de tensões e contradições, de tendências e opções civilizatórias que tem uma longa história na sociedade ocidental. Isso lhe dá a capacidade de constituir-se no senso comum da sociedade moderna. A eficácia hegemônica atual desta síntese sustenta-se nas tectônicas transformações nas relações de poder ocorridas no mundo nas últimas décadas.

A relação de poder estabelecida e sustentada por essa hegemonia do pensamento ocidental nos permite identificar duas dimensões (LANDER, 2005) constitutivas do saber dito moderno, de origens históricas distintas: uma refere-se às sucessivas separações do mundo real, dadas historicamente na sociedade ocidental e nas formas como foram sendo construídos os

conhecimentos sobre essas bases de separações. E outra que se dimensiona na forma de articulação dos saberes modernos com a organização do poder, principalmente quando tratadas as relações coloniais de poder constitutivas do mundo moderno.

Essa organização eurocêntrica e excludente se pauta nessa separação/distinção da construção e detenção do conhecimento, por uma perspectiva dicotômica de civilizados/não civilizados, selvagens/não-selvagens, são estabelecidos e naturalizados. O pensamento de nações civilizadas em detrimento de outros grupos inferioriza suas formas de conhecimento bem como seus modos de vida.

A partir de uma crítica a esse modelo de desenvolvimento, que preza por um pensamento ocidental e hegemônico que se impõe em uma escala global, é perceptível que os problemas centrais possuam raízes epistemológicas (Quijano, 2012). De acordo com Lander (2005), é necessário conciliar

[...] forças opostas, como natureza e economia capitalista, e universalizar conceitos e significados de natureza e de capitalismo, dicotomizar pobres e ricos com base em métricas de pobreza e riqueza material. Consequentemente, os descontentes com o modelo hegemônico são rotulados de insurgentes, e a polarização do discurso passa a ser informada pelas noções de bem e mal em paralelo à cooptação dos saberes tradicionais. Segundo essa visão crítica, é o modelo de pensamento que está em crise, portanto devemos desacreditar a inevitabilidade do modelo dominante.

Pensar outro modelo que esteja pautado em uma relação que não seja dicotômica já tem sido uma perspectiva observada nas pesquisas do tipo Estado da Arte em EA. Podemos citar os trabalhos publicados na Revista *Práxis e Saber*, pelos pesquisadores Corbetta e Sessano (2021), que buscam por uma discussão sobre os conflitos cada vez mais crescentes pela disputa pelos bens comuns. Santos e Carvalho (2021) discutem os significados e sentidos construídos sobre a relação entre processo educativo e conflitos socioambientais, apontando como perspectiva repensar os modelos modernos, coloniais de conhecimento, produção e consumo. Kato e Pedraza-Jiménez (2021) problematizam as relações no campo da EA e articulam as questões da cultura, dos territórios e conflitos socioambientais, apontando para caminhos em uma perspectiva decolonial.

O ponto central é problematizar a produção de conhecimentos sobre EA para a Sustentabilidade, a partir de um viés decolonial que se pautar no diálogo com distintos grupos socioculturais, desafiando o discurso cientificista hegemônico e universalizante que hierarquiza saberes. A aposta é que o discurso das pesquisas em EA expressos em teses e dissertações são atravessados por diferentes ideologias, ora a partir da perspectiva cientificistas, ora pensando os povos e conhecimentos tradicionais como produtores de conhecimentos e de outras lógicas

de ser e estar no mundo, questionando o metabolismo social que é imposto pelo sistema econômico desenvolvimentista vigente.

4.2 BUEN VIVIR, VIVIR BIEN: DA/PARA RESISTÊNCIA

Apesar do cenário excludente vivido por muitos anos, pautado por uma única lógica de conhecimento eurocêntrico, exploração e dominação, subalternizando grupos ditos inferiores, muitos povos subverteram essa condição de colonizados e conseguiram ascender, inclusive na construção de novos projetos de modelos alternativos frente ao dominante. Esse processo promoveu a abertura e espaço para que pudessem se posicionar e servir de inspiração no modo de ser e estar no mundo.

Nesse contexto de subversão dos povos colonizados, Walsh (2005) enfatiza a necessidade de decolonizar¹⁴, não simplesmente deixando de ser um colonizado, mas promovendo uma transformação, construção ou criação que busque uma transição, superação e emancipação. É perceber esse pensamento decolonial como forma de resistência, teórico, epistêmico, cultural, prático e político. Apoiando-nos nessa perspectiva, Almeida e Silva (2015, p. 43) contribuem:

É teórico e epistemológico porque ao estudar as heranças/feridas coloniais da América Latina em diálogo com a teoria do sistema-mundo-moderno de Wallerstein (apud CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 10) denuncia e questiona a geopolítica do conhecimento e a Colonialidade do Poder oferecendo às ciências humanas e sociais uma inteligibilidade outra ao Projeto Moderno, desvelando sua outra face que é a Colonialidade (apud QUIJANO, 2005, 2010). É prático e político porque a Rede Modernidade/Colonialidade “não se especializa somente na produção de livros para especialistas, mas também participa de diversos projetos político-acadêmicos. Alguns de seus membros estão vinculados ao movimento indígena na Bolívia e no Equador, e outros organizam atividades no âmbito do Fórum Social Mundial” (apud CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 12).

É nessa posição de luta e resistência que alguns países andinos construíram novos rumos e condições de vida que nos faz questionar nossas práticas e nossa visão de ser humano, natureza, poder, política, religião, entre outros.

Trata-se de novos pressupostos com bases ancestrais, apresentados por duas variações: “*El Buen Vivir*” e “*El Vivir Bien*”, o primeiro de tradução equatoriana e o segundo boliviana, conceitos inclusive incorporados no Estado de Direito nas Constituições do Equador e Bolívia

¹⁴Os conceitos descolonialidade-descolonial para decolonialidade-decolonial foram cunhados por Catherine Walsh, para marcar uma diferenciação do significado em castelhano do “des”, pois pode ser entendido como um simples desarmar, desfazer o reverter do colonial. No sentido linguístico Walsh evidencia a não existência de um estado nulo da colonialidade, senão posturas, posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, insurgir, crer e incidir. O termo decolonial diz respeito a um caminho de luta contínuo no qual se pode identificar visibilizar e encorajar “lugares” de exterioridade e construções alternativas (Walsh, 2012, p. 25).

(SILVA; GUEDES, 2017). São postulados com origens distintas, mas que se cruzam por terem em comum a busca pelas lutas de resistência frente às imposições ocidentais pelos povos originários, e que Ibáñez e Ledezma (2013, p. 11, tradução nossa) coadunam dizendo:

[...] a busca que tem unido as lutas de resistência de nossos povos originários por dar lugar a sua geografia e território é algo que representa na Abya Yala a unidade do mundo desde sua cosmogonia e a maneira como organizam a vida regida por esta maneira de entender e construir o nó das relações sociais e um mundo integral.

Essa maneira de compreender e construir o nó das relações sociais é parte da construção de um novo projeto de sociedade trazendo, assim, a ascensão desses movimentos sociais que vão se expressar na ecologia, educação, saúde e igualdade social. Ainda segundo Santos (2006, p. 397), “[...] é a resistência transnacional organizada contra as trocas desiguais produzidas ou intensificadas por localismos globalizados e globalismos localizados”. E é justamente na relação estabelecida com o mundo por uma cosmogonia¹⁵ que esses grupos sociais se mantêm em uma distinta relação com o mundo, inclusive se referindo com termos cunhados por povos originários que fogem das terminologias tratadas nos conceitos acadêmicos do padrão hegemônico.

A *Abya Yala*, para o povo *Kuna* originários do norte da Colômbia, significa Terra madura, Terra viva ou Terra em florescimento e é também o sinônimo de América. Ela tem sido utilizada como uma oposição a América, sendo substituída para que indique não somente outro nome, mas sim construir um sentimento de unidade e pertencimento e a presença de outro sujeito enunciador de discurso, que até agora era subalternizado: os povos originários (PORTO-GONÇALVES, 2009).

A visão de mundo, nessa perspectiva, o reconhece e o organiza a partir do princípio da complementaridade, ou seja, construindo uma unidade a partir da diferença, singularidade e do pertencimento. Nesse sentido, esta reflexão baseada no pertencimento vem acompanhada, de acordo com Ibáñez e Ledezma (2013), do repensar a relação que tem sido a base da episteme ocidental em torno da visão de mundo, da compreensão da ciência, o lugar do Estado e como se dá a presença dos habitantes em seus territórios. É o que Santos e Meneses (2009) consideram como outras epistemologias, denominando-as de “Epistemologias do Sul”.

¹⁵ A cosmogonia é um termo que se originou de duas palavras gregas: **cosmos**, que significa universo, e **gignomai**, se referindo a nascimento. É uma forma de se explicar a criação e a ordem do mundo concomitante ao surgimento dos seres humanos. Essas cosmogonias expressam a cultura e o momento histórico. Não no sentido de resolver questões existenciais, mas sim estabelecer ordens de poder e códigos de conduta que são parte da identidade e da coesão social de um grupo.

Considerando que toda construção e reprodução de conhecimentos são baseadas na experiência social e nessa ação, ao fazê-la, se pressupõe uma ou várias epistemologias. Ou seja, é construir conhecimento com base nas relações sociais se diferenciando em cada contexto de relação que ocorre. A esse respeito, Santos e Meneses (2009, p. 9) bem a define e nos elucida:

A epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. As diferenças podem ser mínimas e, mesmo se grandes, podem não ser objeto de discussão, mas, em qualquer caso, estão muitas vezes na origem das tensões ou contradições presentes nas experiências sociais, sobretudo quando, é normalmente o caso, estas são constituídas por diferentes tipos de relações sociais. No sentido mais amplo, as relações sociais são sempre culturais (intraculturais ou interculturais) e políticas (que representam distribuições desiguais de poder). Assim sendo qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política, as experiências sociais são constituídas por vários conhecimentos, cada um com os seus critérios de validade, ou seja, são constituídas por conhecimentos rivais.

O Sul Global representa, para Santos e Meneses (2009), uma metáfora acerca de um campo de desafios epistêmicos que procura reverter os impactos causados historicamente pelo capitalismo que promove um colonialismo na sua relação com o mundo. Além disso, essa concepção de Sul se sobrepõe com a região geográfica que compreende o grupo de países colonizados pela Europa, com exceção Nova Zelândia e Austrália, que não atingiram os níveis de desenvolvimento econômico equivalente àqueles alcançados pela Europa e América do Norte – Norte Global. Uma sobreposição parcial: por um lado as “pequenas Europas”, localizadas no interior do hemisfério Sul e representadas pelas elites locais que se beneficiaram do colonialismo e dominação capitalista. E por outro lado, no interior do Norte, estão classes e grupos sociais diversos, representados pelos trabalhadores, mulheres, indígenas, afrodescendentes e muçulmanos, sujeitos representantes da dominação capitalista e colonial.

Além da dominação já historicamente conhecida, foi também uma dominação epistemológica, desencadeando assim uma extrema desigualdade de saber-poder que conduziu a eliminação de muitas formas de saber próprios dos povos e/ou nações colonizados. Pensar então em Epistemologias do Sul, remete a uma denúncia a essa extinção, com uma valorização pelos saberes que resistiram com êxito a esse movimento e investiga as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos (SANTOS; MENESES, 2009).

Santos e Meneses (2009) se apoia na perspectiva de que, apesar da ciência ter dominado o campo da epistemologia circundada pela modernidade instaurada pela Revolução Científica no século XVI, é preciso refletir e alçar uma revisão deste posicionamento, com uma busca por alternativas que as “Epistemologias do Sul” se propõem, respondendo aos questionamentos:

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias? (SANTOS; MENESES, 2009, p. 7).

Esses questionamentos nos levam à reflexão sobre como se dão as relações culturais e sociais diante de um contexto de produção de conhecimento, e como seria a construção da política que nos acompanha. Reconhecer, bem como compreender a existência de outros saberes, permite que se construa uma sociedade inclusive menos desigual. Dentro da epistemologia do *Buen Vivir* e *Vivir Bien*, o que predomina é uma concepção que não se baseia no desenvolvimento, não se pauta em um processo linear de vida, de riqueza determinado pela acumulação de bens materiais, mas sim, regido pelos princípios como: equilíbrio, harmonia, serenidade, coexistência, solidariedade, reciprocidade, alteridade, verdade e honestidade, constância, visão coletiva, sentido de unidade e participação (IBÁÑEZ E LEDEZMA, 2013, p. 26, tradução nossa).

Santos e Meneses (2009) em “Epistemologias do Sul”, propõe olhar para outras formas de se construir conhecimentos, ao passo que autores como Dussel (2005) tratam do nascimento deste termo, que tem o conhecimento ocidental moderno como base para epistemologia, enfatizando a colonialidade do conhecimento. Mignolo (2003) aponta para a “gnose liminar”, ou seja, novos lugares de enunciação que não estejam presos aos conhecimentos da ciência moderna. São novos lugares que vão para “outro pensamento”, um pensamento liminar ou gnose que refletem de maneira crítica sobre a produção de conhecimento, redistribuindo e desestabilizando formas únicas de conhecimento.

Tratando-se, a gnose liminar, de uma concepção que preconiza o princípio da complementaridade e não de uma ideia fixa que coloniza outras, adentra uma visão e declarações que desafiam, inclusive as formas ocidentais, dos povos americanos como outro modo de organizar a vida (IBÁÑEZ; LEDEZMA, 2013). Os autores ainda consideram que, ao se pensar nesse viés, estamos diante de uma avaliação das questões centrais de poder por outra perspectiva que pode se resumir em (IBÁÑEZ; LEDEZMA, 2013, p. 12-13, tradução nossa):

A natureza, entendida como um sujeito, ou seja, como um ser vivo. Por isso, se fala de direitos da *pacha mama*, em um mundo que é cíclico (“tudo é vida”).

A relação humano-natureza (H-H-N) é uma unidade que faz parte da sociedade entre seres vivos (“tudo é um e um é tudo”).

As construções de saber e conhecimento, manifestação explícita em todas as culturas, neste caso são abordadas a partir de outros lugares, integrando conhecimento, ética, espiritualidade, produção, em uma perspectiva integradora, dando forma a um processo indivisível destes assuntos.

Um profundo sentido de estética, dada a capacidade de construir em harmonia com a natureza e outros humanos, para o qual surge a bela vida (“somos a unidade”).

A enunciação dessa nova utopia como proposta alternativa ao modelo vigente de crescimento e desenvolvimento, as maneiras de relações estabelecidas com a natureza são, provavelmente, o maior ensinamento que os povos originários também podem oferecer. Têm sua visão de mundo a partir de uma cosmovisão que permite uma relação horizontal e harmônica, uma cultura que integraliza e considera impossível a separação ser humano e natureza (IBÁÑEZ; LEDEZMA, 2013). Buscam por uma vida plena, vivendo em harmonia consigo mesmo, com sua comunidade e com a natureza, mantendo respeito à diversidade da vida que é biológica, cultural e linguística. Esse comportamento evidencia o que Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 15) definem como “axioma biocultural, que pressupõe que a diversidade biológica e cultural são construções mutuamente dependentes, enraizadas em contextos geográficos definidos”.

A agricultura camponesa é a principal força social que molda dialeticamente essas construções bioculturais. Sempre que operando com margens de liberdade suficientes para reproduzir seus modos de produção e de vida, o camponês estabelece metabolismos socioecológicos de elevada Sustentabilidade e resiliência, uma vez que seus arranjos técnico-institucionais se baseiam em um conjunto de princípios comuns ao funcionamento da natureza: a diversidade; a natureza cíclica dos processos; a flexibilidade adaptativa; a interdependência; e os vínculos associativos e de cooperação (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 15).

Sob a égide não eurocêntrica-ocidental, os povos andinos e as comunidades tradicionais questionam, por meio de seus conhecimentos tradicionais, por uma coletividade onde se preze pela igualdade e justiça, dentro de uma pluralidade de culturas. Vínculo ancestral forte com o território é uma característica muito particular dos povos e comunidades tradicionais já que, além de estabelecerem uma relação muito singular com o meio natural, é onde constroem relações sociais, suas culturas, sua identidade. Assim, é demarcado que os povos tradicionais não são objeto, mas produtores de conhecimento, possuidores de uma ideia que não adere à Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, já que não estão na mesma “lógica” existencial. E assim, a partir dessa construção teórica pode-se propor estratégias balizadoras na construção de conhecimentos pautados sob a égide colonial em que a decolonialidade busca por uma inversão.

4.3 COMUNIDADES TRADICIONAIS: VIVER BEM

A partir da relação com seus territórios, os povos originários e comunidades tradicionais constroem conhecimentos e formas de se viver, numa relação muito singular com a natureza, numa luta de resistência contra o modelo tecnocrático¹⁶ (MURAD, 2018). Assemelhando-se às

¹⁶paradigma tecnocrático, considerando-a a raiz humana da crise ecológica (LS 101-136). Tal opção de Francisco

práticas dos povos andinos, o “*Buen Vivir e Vivir Bien*” podem ser percebidos também nos modos de vida de povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Este conceito é recente, surgiu há menos de uma década, e tem sido referido como: filosofia de vida (ACOSTA, 2010), cosmologia (WALSH, 2010), atitude de vida (CORTEZ, 2011), ontologia (THOMSON, 2011) e alternativa ao desenvolvimento (GUDYNAS, 2011).

O “Bem Viver” vai na contramão dos modelos desenvolvimentistas que vêem os ecossistemas como insumos e a agricultura tradicional desempenhando grande importância para a sobrevivência da espécie humana, fornecendo grandes volumes de alimentos, matérias primas, água e outros bens e serviços para o resto do mundo, dados apresentados e discutidos por Chambers (1997). Dois terços dos agricultores do Terceiro Mundo (representando de 50 a 60% da população de diversos países) baseiam suas produções agrícolas em seus próprios recursos genéticos locais e no uso de energias renováveis (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Neste sentido, as comunidades tradicionais, dentro de sua capacidade de promover um sistema tradicional que produz teorias e conhecimentos, experienciado por diversos grupos, inspira o repensar valores e práticas da cultura contemporânea, não só nas práticas agrícolas, mas em diversos campos como geografia, física, astrologia. Para esses grupos não se permite uma dissociação de natureza e ser humano, nem mesmo os fenômenos que ali permeiam sua relação, de maneira que:

[...] a natureza é concebida e representada sob seus domínios visíveis e invisíveis. As sabedorias tradicionais têm como base as experiências que o indivíduo tem do mundo, dos fatos, dos significados e dos valores, de acordo com o contexto cultural e social onde se desenvolvem. Os saberes, então, parte ou fração essencial da sabedoria local (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 138).

Um “Bem Viver” é baseado nessa relação muito intrínseca com seu território, na construção de sua cultura e relação social, a qual se baseia numa complexa inter-relação entre crenças, conhecimentos e as práticas. Não há dissociação entre a natureza e o homem, nem o separando da cultura, desvelando para esses grupos o estabelecimento do equilíbrio entre essas cosmovisões e o mundo real (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Muitos pesquisadores apontam o “Bem Viver” capaz de ser compreendido por suas raízes ancestrais, considerando suas origens e os sentidos atribuídos a este conceito, o que se

demonstra uma visão sistêmica e crítica, que sai do lugar comum de simplesmente apresentar os sintomas da degradação ambiental e social no planeta. Ele oferece elementos para pensar o ecológico para além da “conservação do verde”. Denuncia a instrumentalização do ser humano: “hoje o paradigma tecnocrático tornou-se tão dominante que é muito difícil prescindir dos seus recursos, e mais difícil ainda é utilizar os seus recursos sem ser dominados pela sua lógica” (LS 108). Ele defende que a superação da *tecnocracia* (LS 189, 194) é fundamental para garantir o cuidado com a Casa Comum, no horizonte da Ecologia integral.

aproxima muito dos conhecimentos de povos e comunidades tradicionais do Brasil, no desempenho de suas práticas baseadas na ancestralidade. Ancestralidade acessada pela oralidade e memória, capaz de revelar as relações que a humanidade tem estabelecido com a natureza, sua base de sustentação e referencial de sua existência ao longo da história.

É uma natureza polissêmica que se baseia nas diferentes concepções de como viver, bem estar, qualidade de vida, respeito à pluralidade e sem hierarquias dominantes. É constituída por uma premissa e oportunidade de pensar outra realidade na

[...] qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico com a natureza e com os outros seres humanos, com alteridade (DE LA CUADRA, 2015). Ao mesmo tempo, é um paradigma para orientar as políticas e ações dos Estados Nacionais, que devem regular as relações sociais com o fim de diminuir as desigualdades na sociedade e melhorar as condições de vida dos economicamente vulneráveis. Nesses termos, o diálogo em torno do “Bem Viver” sugere repensar a própria definição de desenvolvimento, relativizando-o, a partir do entendimento de interculturalidade (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017, p. 237).

Dentro deste potencial que representa o “Bem Viver” para estabelecer um diálogo com outros discursos modernos, desvelamos então a possível complementaridade entre as ciências naturais por uma perspectiva transdisciplinar entre as ciências naturais, ocupando-se dos aspectos tangíveis do desenvolvimento e os aspectos intangíveis e imateriais para, cada vez mais, poder falar de processos de desenvolvimento a partir o conhecimento das comunidades tradicionais práticas (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017).

Leff (2010) contribui apontando que a complexidade ambiental necessita de uma reestruturação na forma como os valores humanos têm influenciado no conhecimento do mundo, apontando para a necessidade de equilíbrio dos aspectos racional e moral. De acordo com o pensamento da complexidade apontado por Leff (2010), se torna importante e necessário transgredir a condição existencial individualista, almejando o significado das identidades coletivas pautadas na diversidade e diferença cultural.

5. TEMAS E SIGNIFICADOS DOS ENUNCIADOS DAS PESQUISAS

Após a discussão teórica que encaminhou nossas reflexões e análises, essa sessão foi elaborada a partir dos dados construídos após a leitura na íntegra das duas pesquisas selecionadas.

Consideramos importante antes das análises, trazer alguns elementos mais gerais dos cenários de produção dessas pesquisas, bem como uma síntese sobre como foram construídas e perspectivas. Contribuindo assim para melhor compreensão das análises realizadas, já que aqui não trazemos esses trabalhos de forma integral.

Pesquisa 1 (P1): Dissertação de Mestrado

Título: Diálogo entre a escola e o saber fazer de uma comunidade tradicional: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável.

Autora: Jaqueline Maria Alexandre Weiler.

Ano de Defesa: 2015.

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), área de concentração: Educação, da Linha de Pesquisa: Práticas Docentes e Formação Profissional.

Id EArte 10456.

Este trabalho é um desdobramento do projeto governamental intitulado “Escola como Espaço Educador Sustentável e Promotor de Saúde”, sob a Coordenação da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, juntamente com a Diretoria de Políticas e Planejamento e apoio da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, abrange 1092 unidades Escolares da Rede Pública Estadual (PAGANI *et al*, 2016).

A oportunidade da construção do trabalho surgiu não só da trajetória acadêmica e profissional, mas também, e principalmente, da relação com o lugar, uma vez que a pesquisadora nasceu e foi criada na Praia de Taquaras. Esta comunidade guarda muitas manifestações culturais, como aquelas relacionadas à produção de farinha de mandioca, às práticas de benzimento, ao Terno de Reis, às brincadeiras de Boi-de-mamão e à pesca artesanal da tainha. O objetivo principal deste trabalho é viabilizar práticas e condições de aprendizagem no âmbito educacional que integra propostas de práticas sustentáveis.

A comunidade onde a escolas se insere é essencialmente formada por pescadores artesanais e por pequenos agricultores que, no fim da década de 1990, foram impactados pelas

mudanças bruscas na realidade local, os obrigando a transformar seus modos de vida, de agir e até pensar.

Partindo de uma perspectiva metodológica de observação participante junto à comunidade, foi realizado um mapeamento dos saberes e fazeres a partir das narrativas dos moradores. A pesquisa traz entrevistas semiestruturadas com a equipe administrativo-pedagógica do Centro Educacional Municipal Taquaras (CEM), de ensino fundamental de 1ª a 8ª série, com o intuito de sanar questões que não ficaram claras durante o período de observação participante, principalmente as relacionadas às ações do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) -Escolas Sustentáveis.

Como parte dos resultados da pesquisa, foi indicado que os saberes e fazeres ativos na comunidade, ainda que não estejam formalizados no currículo escolar, circulam pelo espaço do Centro Educacional levados pelos alunos, trazendo como afirmativa possível que, quando se refere à instituição

[...] não há como negar que a escola pesquisada conhece os saberes e fazeres presentes na comunidade e reconhece que os educandos “carregam” essas manifestações para escola, mas demonstra dificuldades de várias ordens para inseri-los efetivamente no currículo (Weiler, 2015, p.124).

Pesquisa 2 (P2): Tese de Doutorado

Título: Comunidades tradicionais em movimento: modos de vida e educação ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em uma unidade de conservação marinho-costeira no litoral de Santa Catarina.

Autora: Carina Catiana Foppa

Ano de Defesa: 2015

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental Área de Concentração: Educação Ambiental não formal.

Id EArte10434.

Este trabalho é um estudo de caso em uma comunidade de território marinho-costeira, tradicionalmente ocupado, e que foi afetado pela criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral - o Parque Estadual do Acaraí (PEA). A criação desta UC decorreu do licenciamento ambiental da Empresa Vega do Sul (Arcelor Mittal) que direcionou como compensação ambiental a criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral como resposta às medidas conservacionistas.

Com o objetivo de:

[...] avaliar as perspectivas para a construção de uma abordagem de educação ambiental para a gestão de unidades de conservação marinhocosteiras que incidem em territórios ocupados tradicionalmente, sob a perspectiva da noção de modos de vida sustentável e desenvolvimento territorial sustentável. (FOPPA, 2012, p.12).

A aposta para “o caminhar” do projeto está na aliança ao território, nas práticas sustentáveis desenvolvidas pela comunidade, bem como na compreensão pelos professores da rede em apreender a importância dessa abordagem que evidencia a identidade e conhecimentos por muitas vezes subjugados, porém tomados a partir de agora como de suma importância.

O contexto da realização da pesquisa é formado por comunidades que se vinculam direta e indiretamente a esse território, é uma área de conflitos com intervenção judiciária, possuem importantes ecossistemas costeiros e valor paisagístico que são explorados pelo turismo e atividades industriais. Como parte dos resultados e discussões, é apontada a maneira como a esta UC se diverge da dinâmica local, com sentido preservacionista de exclusão da presença de

[...] diversidade étnica, de grupos e de relações com os recursos naturais (material e imaterial) traduzem as territorialidades, exigindo uma compreensão cuidadosa, a fim de que a tradução das políticas públicas inclua a diversidade e possam conciliar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento dos grupos associados (FOPPA, 2012, p.9).

Apesar desta breve apresentação e caracterização geral das dissertações selecionadas, não é nosso intuito analisar os dados encontrados e analisados pelos pesquisadores, mas sim adentrar às questões que permeiam a própria materialidade discursiva verbal e extraverbal nos enunciados discursivos expressos na pesquisa. Além disso, apesar de nossa seleção findar em uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado, não se torna aqui de nosso interesse apontar as diferenças dentro desses dois gêneros discursivos, que são distintos. A intenção é indicar as aproximações e distanciamentos para traçar o contexto de produção dos enunciados acerca das comunidades tradicionais e Sustentabilidade.

Dessa forma, consideramos dado verbal e os sentidos atrelados às ideias do extraverbal dos trabalhos que aqui são compreendidos como enunciados concretos e que, portanto, possuem significados estabelecidos no contexto acadêmico e compartilhados entre os que produzem e orientam estas pesquisas.

Analisando a conjuntura geral da pesquisa em EA e, a partir deste cenário descrito, caracterizando brevemente essas duas pesquisas, pudemos construir temas a partir do encontro da Sustentabilidade e das comunidades, e como estes enunciados produzem efeitos de sentidos que indicam potencialidades e limitações, revelando a ordem discursiva do lugar oficial ocupado no discurso de projetos educacionais.

A partir da leitura na íntegra das pesquisas P1 e P2, agrupamos os enunciados em seções temáticas. E assim notamos que são expressos posicionamentos que, ora convergem para a perspectiva de uma proposta de Sustentabilidade e “Bem Viver”, ora o discurso permeia o campo do desenvolvimento sustentável.

Esses enunciados se repetiram ao longo das pesquisas com certa frequência, muito representativos do que buscamos discutir no âmbito da Sustentabilidade e, sendo assim, intentamos a construção de sentidos desses enunciados que nos levou a construção de temas. Porém, esses temas só foram possíveis de serem entendidos dado seu contexto nos excertos pois, segundo Volóchinov (2017, p.134), a “[...]significação é diferente a cada vez, de acordo com a situação. Dessa maneira, o tema absorve, dissolve a significação”.

Construímos então, a partir dessa teoria Bakhtiniana, temas com os agrupamentos das unidades de enunciação (os excertos das pesquisas) para que pudesse subsidiar nossas análises. Sendo assim, os temas criados foram: “Comunidade Tradicional e Território”, “Comunidade Tradicional e manejo da biodiversidade” e “Comunidades tradicionais e desenvolvimento sustentável”.

A partir dessas demarcações, criamos as sessões de análises para discutir como têm sido construídos os discursos nas pesquisas quando abordam e associam o prefixo “sustent” às comunidades tradicionais quando enunciam o território e o meio natural. Ao compreendermos que a ligação com o território transborda a ideia de um espaço geográfico, ele passa a ser parte identitária, de manifestação cultural, de lugar de vida, bem como sua relação com o meio natural de maneira a promover a manutenção dos ecossistemas, podendo ser nessas relações o estabelecimento das formas sustentáveis de vida.

Esses são elementos que nos dá suporte para que consigamos compreender e olhar de outra maneira para a Sustentabilidade. De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2015, p.12):

Os saberes tradicionais – ou dos povos indígenas, originários, camponeses, ou seja, não ocidentais – trazem conhecimentos de formas de se viver nesse mundo, a partir da relação com seus territórios e com todas as formas de vida, que foram construídos ao longo da história do ser humano na Terra. Eles podem servir de guia não só para aqueles que se reconhecem enquanto parte dessas culturas, mas para superarmos a crise planetária – social, ambiental, política, econômica, cultural – que enfrentamos enquanto humanidade.

Conhecimentos que destacam as comunidades tradicionais como grupos sociais que “foram capazes de manter uma tradição por meio da contínua agregação de novos elementos e, com isso, conseguiram permanecer em um só lugar por longos períodos de tempo (centenas e até milhares de anos)” (TOLEDO E BARRERA-BASSOLS, 2015), que se deu pela relação de complementaridade com seu território e meio natural. Ao atrelarmos o conceito de

Sustentabilidade às práticas desenvolvidas pelas comunidades, esse elo se constrói principalmente por elementos muito intrínsecos a esses grupos: o território e o manejo do meio natural.

Por fim, já que aqui tratamos da Sustentabilidade como próxima às atividades desempenhadas pelos sujeitos das comunidades tradicionais, selecionamos trechos da Introdução, Discussões Teóricas e Considerações Finais que apresentem o termo “sustent”. E quando encontrados excertos que não estivessem nesse critério, mas com discussões emblemáticas sobre o tema também os trouxemos para análise. A seção de Introdução apresenta o tema e encaminha as discussões que serão desenvolvidas ao longo da pesquisa. As Seções de Discussões Teóricas trazem os aportes teóricos que pautaram os encaminhamentos do trabalho e por fim as Considerações Finais que trazem de maneira emblemática uma síntese reflexiva acerca do percurso e discussões do trabalho.

Porém, muitos discursos atravessados pelo capitalismo consideram o território como local de extração de recursos naturais, utilizando o desenvolvimento sustentável como sinônimo de Sustentabilidade. A partir dos significados mais estáveis sobre essa temática do referencial teórico que nos pauta, conseguimos elucidar quais sentidos emergem nos contextos das pesquisas analisadas.

5.1 COMUNIDADE TRADICIONAL E TERRITÓRIO

Os povos das comunidades tradicionais podem ser considerados como agentes sociais que interagem com os mais ricos acervos da diversidade biológica do planeta. São eles que manejam e conservam a diversidade agrícola e que são responsáveis pelo desenvolvimento de mais de 6 mil idiomas, representando a maior parte da diversidade cultural da espécie (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Os conhecimentos construídos por esses povos acontecem de forma muito singular, pois se baseiam na maneira de se viver a partir da relação com seus territórios e formas de vida ali existentes. Esses grupos podem ser reconhecidos, não só enquanto mais uma cultura, mas como produtores de conhecimentos e como grupos que podem encaminhar um novo olhar com as relações ambientais, principalmente quando nos referimos à manutenção dos ecossistemas.

Toda essa capacidade de criação e manejo de múltiplas paisagens para garantir suas subsistências acontece por meio de vastas atividades de produção agrícola e manejo do meio natural, reduzindo o efeito devastador da extrapolção de uso dos elementos naturais, gerando pouco impacto sobre os ciclos e habitats naturais.

Ao identificarmos nos trabalhos esses aspectos, percebemos que é intenção das pesquisas pensarem a Sustentabilidade pelo viés interacional do meio natural e as comunidades tradicionais. A relação estabelecida pelo ser humano com o meio natural fomenta discussões relativas ao contexto ambiental, abarcando aspectos sociais, políticos culturais e econômicos. Pelos vários contextos que a temática ambiental alcança, gera distintas discussões, inclusive sobre a Sustentabilidade. Este discurso, que se embasa nos desafios de mudança das formas de se viver, para muitas camadas sociais, pode ser considerado uma realidade muito distante.

As teses e dissertações, enquanto discursos acadêmicos oficiais, que figuram uma produção de conhecimento no campo, podem influenciar políticas e formas de lidar com essas comunidades. No entanto, o que tem sido visto nestas produções é que, ao anunciar esses grupos há uma contradição que, ora aproxima com o discurso da Sustentabilidade pelo viés “Bem Viver”, ora pelo discurso do desenvolvimento.

O trabalho P1 constrói seu percurso discursivo ao longo dos capítulos, de forma que demarca elementos intrínsecos às comunidades tradicionais. Assim, a pesquisa traz seus referenciais teóricos, Boaventura de Sousa Santos, Enrique Leff e Paulo Freire, para construir elementos que subsidiarão sua proposta e conceitos a serem discutidos sobre comunidades e saberes tradicionais.

O Excerto 1 a seguir, foi extraído da seção de Introdução da pesquisa onde já traz elementos que conduzirão as discussões. Na introdução de um trabalho acadêmico existe uma ligação direta com o que será discutido, tendo como compromisso de acordo com o gênero discursivo Bakhtiniano de apresentar um problema. Em P1, a autora já se posiciona, na introdução, frente ao porque utilizar o termo comunidades tradicionais e suas relações com os territórios, por meio de Foppa (2003, 2009) e do documento oficial Decreto nº 6.040, ela enuncia:

P1 (Excerto 1):

Apesar de o termo “tradicional” transitar por uma série de discussões e ser foco de discordância no campo das definições, manteve-se a decisão de usar “comunidade tradicional” para identificar a comunidade pesquisada. Tal decisão deu-se, principalmente, pelas pesquisas pioneiras na região, realizadas por Foppa (2003, 2009), nas quais a autora utilizou, pela primeira vez, o termo em questão para realizar a caracterização da área de estudo; e, também, pela nomenclatura utilizada na redação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007). (p.17 e 18)

Neste Excerto 1, para a pesquisadora, ainda que utilizar o termo “tradicional” possa causar discordâncias enquanto uma definição, ela se pauta e mantém a utilização do termo com base nas pesquisas realizadas por Foppa e também em uma redação oficial governamental. Mais adiante dentro das discussões teóricas que embasam a pesquisa, ela reforça essa posição e decisão ao construir a seção “4.2 Comunidade Tradicional, Que Espaço é Esse?”, em que este termo é retomado tendo como referência o Decreto nº 6.040, ao passo que, o mesmo Decreto é utilizado por P2 em sua Introdução também para se pautar nesta definição sobre as comunidades tradicionais:

P1 (Excerto 2):**4.2 COMUNIDADE TRADICIONAL, QUE ESPAÇO É ESSE?**

Adotar o termo “Comunidade Tradicional” pode ser considerado um risco quando se compreende o quanto ele possibilita interpretações. Entretanto, toma-se como referência nesta pesquisa o conceito explicitado no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Tal documento, em seu Artigo 3, compreende os povos e as comunidades tradicionais como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 316).

Mais do que se “enquadrar” em características que definem se uma comunidade é ou não tradicional, o texto do Decreto faz menção à dimensão do reconhecer-se como culturalmente diferenciado. (p.55)

P2 (Excerto 1):**1. INTRODUÇÃO**

No Brasil, os contornos legais associados aos direitos tradicionais foram também acomodados pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), cujas comunidades tradicionais são definidas como:

Art. 3o, I: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007). (p. 6 e 7)

Os Excertos de P1 e P2 se baseiam na redação oficial do decreto para que tratem dos contornos legais que alocam as comunidades em um campo oficial de discussões de direitos. De acordo com o Excerto 2 de P1, a adoção do termo “Comunidades Tradicionais” pela autora, além de enunciar na introdução, traz uma maior discussão sobre esses grupos ao demarcar o risco de seu uso devido às várias significações que possa ter, trazendo elementos que atribui a esses grupos uma compreensão de que os próprios sujeitos das comunidades se reconhecem como tais, tendo o território como parte de suas reproduções culturais, sociais, religiosas, econômicas.

Ao fazerem (P1 e P2) referência à política nacional de desenvolvimento sustentável para povos tradicionais (BRASIL, 2007) como forma de validar o uso da palavra “povos tradicionais”, ela se dá à medida que assumem que foram os próprios povos que se apropriaram do termo para manter a luta pela garantia de direitos. Ao chamar o documento oficial para o texto, assume-se seu hibridismo composto de diferentes vozes, de diferentes grupos, que se autodenominam tradicionais.

Nesta mesma seção de discussão teórica da pesquisa P1 em que este Excerto 2 foi retirado, a autora pauta-se também em Diegues *et al.* (2000) “Sociedades tradicionais”, para apontar sobre como se dá essa organização social e sua composição para também justificar o uso do termo em seu trabalho, Excerto 3 abaixo:

P1 (Excerto 3):

Diegues et al. (2000) falam em “Sociedades tradicionais” e apontam que se trata de um tipo de organização social composta por:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados à nichos ecológicos específicos. Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. (DIEGUES et al.,2000, p. 22).

Como é possível perceber, as comunidades tradicionais apresentam particularidades de existência, que de alguma maneira as diferenciam de outras formas de organização. Considerando o Decreto de Lei e os apontamentos de Diegues et al. (2000), pode-se dizer que as comunidades tradicionais apresentam uma série de características que as definem e que podem ser evidenciadas na figura 10 a seguir. (p.55)

O autor escolhido pela pesquisadora em P1 traz elementos particulares como relação com a natureza, relações comunitárias, de território, entre outras que as caracterizam enquanto tradicionais. Reforçando e/ou sendo complementar ao que é descrito na redação oficial governamental no Excerto 2.

O documento oficial em seu histórico traz a participação desses grupos em governos que convocaram representações de diversos povos que assumiram o nome tradicional, ainda que houvesse dúvidas desse termo. Sendo assim a autora evoca a peça jurídica para justificar seu posicionamento ao longo do texto e isso faz com que seja possível considerar a relação das comunidades tradicionais com a sustentabilidade.

Os discursos oficiais expressos nos documentos reguladores de políticas públicas, enquanto símbolos de atos do governo, são discursos que criam leis, instituem, as aplicam e fiscalizam, validando normas e discursos que transitam por distintos contextos, permeando discussões sociais e culturais. Sendo assim, são discursos que vão sendo utilizados para validar posicionamentos que determinam e definem o que são “Comunidades Tradicionais”. Para esses grupos, não necessitam ser definidos para ocuparem espaços, ou construírem suas culturas, costumes e seu vínculo com o território, no entanto são por esses caminhos que estes sujeitos vão adentrando aos espaços políticos, por exemplo.

Seguida da definição sobre as comunidades tradicionais, P2 traz, em sua Introdução, uma discussão acerca da dimensão territorial para demarcar uma “nova roupagem” institucional, em que a Unidade de Conservação assume este “novo” e que a partir dele pode-se compreender o território em suas esferas naturais, culturais, sociais e simbólicas, e assim perceber os efeitos da gestão desta UC nos modos de vidas tradicionais. E assim, no Excerto 2 abaixo as UCs são consideradas uma problemática em territórios habitados por essas comunidades:

P2 (Excerto 2)

*Essa problemática, que se apresenta como necessariamente integrada e sistêmica para compreender a realidade das Unidades de Conservação em territórios ocupados tradicionalmente, mobiliza, portanto, duas abordagens com eles comuns: **desenvolvimento territorial sustentável e os modos de vida sustentáveis**, no intuito de pensar os elementos chave da educação orientada para gestão e desenvolvimento. (p.8)*

No Excerto, é anunciada a problemática sobre essa integração entre UC e as comunidades tradicionais que tradicionalmente ocupam este território. E que, ao compreender essa esfera, mobiliza abordagens que tratam do *desenvolvimento territorial sustentável* e dos *modos de vida sustentáveis*, encaminhando para se pensar a gestão desta UC com base nessas duas perspectivas a partir da educação.

Quando se discute então elementos do território e as comunidades, percebe-se que há uma dúvida que por um lado leva em consideração o desenvolvimento e pelo outro, modos

de vida sustentáveis. Esses “*elos comuns*” transitam muitas vezes pelo conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade quando colocados como sinônimos. No entanto, ao inculcarem o termo “*territorial*” tem-se aí um possível considerar de elementos ligados ao território e às práticas das comunidades tradicionais, amenizando assim a base no desenvolvimento.

Estes Excertos 1, 2 e 3 de P1, 1 e 2 de P2 contribuem para a ideia dos sentidos que irão ser construídos acerca das comunidades tradicionais e território como elementos importantes ao se discutir a sustentabilidade, assim como saber de que maneira a pesquisa assume a ideia de comunidades tradicionais e de território.

O território, muitas vezes, assume condições distintas, localização geográfica, lugar de vida, de desenvolvimento. Os discursos em P1, circunda numa esfera de aproximação entre o território das comunidades e suas práticas. É possível compreender que pode ser pela diferença cultural (BHABHA, 2007) uma maneira possível de considerar uma outra forma de relação sociedade-natureza e a construção de conhecimentos a partir do território. Assim, P1 também em sua Introdução, subitem “1.1 A Tentativa de Compreender o Contexto: Um Relato Marcado Pelo Pertencimento e Pela Memória”, em que discute o contexto da comunidade, apresenta de onde se pauta para discutir o território:

P1 (Excerto 4):

Torna-se importante mencionar, também, que, no contexto das comunidades tradicionais, o território configura-se para além de uma extensão de terra. A inserção no campo da pesquisa, a entrada no cotidiano dos sujeitos leva a compreender que é fácil construir prisões sob a forma de um referencial teórico preconcebido. Por isso, ao identificar in loco que o conceito de território não expressava o que de fato ele representava para a comunidade pesquisada, fez-me voltar para a literatura e adotar o princípio de território como lugar de vida (QUADROS, 2013), dada a importância conferida a esse espaço de reprodução cultural, econômica e socioambiental.

Demarcado como um elemento importante, P1 (Excerto 4) elucidava o contexto das comunidades tradicionais e qual configuração o território tem para esses grupos. E ao adentrar o dia a dia na comunidade, ela compreende que a teorização projetada pode aprisionar com facilidade estruturas, vendo que o conceito de território para os sujeitos ali inseridos se vinculava à reprodução cultural, econômica e socioambiental, lugar de vida.

E nesse sentido dado ao território a pesquisadora de P1 traz outros elementos, que dão a este, características que o coloca como dinâmico, onde ocorrem vários acontecimentos, vivências e relações que se estabelecem, como um lugar de vida:

P1 (Excerto 5):

Esse lugar de vida que a autora menciona pode ser compreendido como o que melhor caracteriza o conceito de território para as comunidades tradicionais, uma vez que a importância desse espaço ultrapassa um mero conceito de extensão territorial. É efetivamente nesse espaço que se dão as atividades econômicas, sociais e culturais, e que contam basicamente com a participação comunitária (familiares parentes, amigos). Somam-se às atividades econômicas, as características de serem basicamente de subsistência, reduzida acumulação de capital, dominação de todas as etapas do processo de trabalho, entre outras particularidades que determinam a atividade. (p.57 e 58)

P1 (Excerto 6):

A relação que as comunidades tradicionais possuem com o seu território é o que também pode caracterizar o seu amplo conhecimento a respeito do mundo. Essas populações que durante gerações habitam o mesmo território criam uma relação tão estreita que permite aprender, conhecer, envolver-se e, posteriormente, passar adiante seus saberes. (p.60)

Nos Excertos de P1 (5 e 6), estão evidenciadas características próprias das comunidades tradicionais. Quando é enunciado “*É efetivamente nesse espaço que se dão as atividades econômicas, sociais e culturais, e que contam basicamente com a participação comunitária (familiares parentes, amigos)*”, as relações que se estabelecem entre os sujeitos são construídas pautadas na coletividade e, a partir dessa relação comunitária estabelecem suas atividades econômicas, culturais e sócias. O território representa um local de vida, onde acontece a dinâmica das vivências desses grupos, que se constrói por meio de um vínculo com seus os habitantes.

Na expressão “*populações que durante gerações habitam o mesmo território criam uma relação tão estreita que permite aprender, conhecer, envolver-se e, posteriormente, passar adiante seus saberes*” a pesquisadora evoca elementos que dão a esses grupos uma singularidade. Ao se conectarem aos outros elementos da natureza neste território, tem-se uma íntima e direta relação que permite a construção de conhecimentos, passados de geração em geração.

Para a sociedade ali inserida, o território se configura como complementar já que se estabeleceram simultaneamente e que se consolidaram enquanto lugar de vida, expressões culturais, de religiosidade e construção da identidade de um povo, e também, para as sociedades capitalistas como lugar de alto potencial econômico. O território assume assim vários “papéis” para as comunidades tradicionais, P1(Excerto 7) abaixo, traz um capítulo que apresenta a

contextualização do Município de Balneário Camboriú e suas singularidades, a Praia de Taquaras e suas manifestações culturais, os problemas socioambientais e as modificações causadas pela construção de uma avenida, no final dos anos de 1990 e início do ano 2000.

PI (Excerto 7):

Toda a região que constitui a APA Costa Brava é rica em diversidade natural, cultural e histórica. Contudo, a Praia de Taquaras, contexto que interessa sobremaneira a esta pesquisa, constitui-se como um território ainda mais fértil para discussões que podem levar a modelos de desenvolvimento econômico e socioambientais mais sustentáveis. Nessa localidade, é notória a presença de fortes elementos culturais ligados ao Terno de Reis, à fabricação de farinha de mandioca com a cooperação comunitária (em engenho que está na região a décadas), às brincadeiras com o Boi-de-mamão, à Pesca artesanal da Tainha e às práticas de benzimento. Aspectos de uma cultura que têm entrado no campo da invisibilidade e que precisa ser fomentada e refletida em todas as esferas, incluindo a educação. (p.42)

A princípio o Excerto, enuncia a região APA Costa Brava enquanto uma riqueza da diversidade, tanto natural quanto cultural e histórica. E ainda mobiliza a discussão sobre seu interesse neste território por se tratar de um campo fértil para se debater caminhos para modelos desenvolvimentistas mais sustentáveis. Trazendo o sentido deste território enquanto uma base cultural, reafirmando este para além de um espaço geográfico delimitado. Apontando como os elementos culturais estão ligados aos grupos ali presentes constituindo este território, tendo a religiosidade, fabricação de farinha, brincadeiras, pesca de tainha e benzimento como parte de elementos que os estabelece e os constitui.

O território é então enunciado como um bem imaterial, essa perspectiva se dá a partir de representações que lhes são atribuídas como notória a “presença de fortes elementos culturais ligados ao Terno de Reis”, “*fabricação de farinha de mandioca com a cooperação comunitária*”, “*brincadeiras com o Boi-de-mamão*”, “*pesca artesanal da Tainha e às práticas de benzimento*”, assumindo não apenas um fenômeno linguístico, mas também social. O que lhe confere, ao ser socialmente construído enquanto discurso um conjunto de valores e cosmovisões que se fortalecem a partir de suas inter-relações, sendo pensado como signo e expressão ideológica. Ou seja, o valor agregado ao que se constrói nestes contextos não são aqueles de mercado, mas valores que os tornam capazes de lidarem com os outros elementos da natureza de maneira complementar.

O território, enquanto enunciado de um determinado contexto, por um determinado sujeito e uma determinada condição, será um ato único e não repetível preenchido de sentidos (VOLOCHINOV, 2017). Permeado por campos de lutas, disputas, enfrentamentos e negação,

se desdobrando, o território, em distintos discursos, caminha por vieses que, ora está centrado na perspectiva da luta e proteção, ora centrado nos discursos pela retirada da autonomia construída por grupos sociais, sendo visto como simples demarcação de terras e instrumento de poder.

É por meio da palavra enquanto enunciado que o ser humano se constitui. Volóchinov (2017) acentua que essa relação de constituição “é o modo mais puro e sensível de relação social” em que, como já anunciado, a palavra possui significado que será construído nas relações de diálogos em sociedade. Ou seja, o discurso enquanto campo de disputa territorial (significados e sentidos das palavras).

Ao longo de sua construção discursiva, P2 (Excerto 3) traz enunciados em sua introdução, ao contextualizar e localizar a situação problema de pesquisa, a apresentação das atividades desenvolvidas no território, bem como apresentá-las enquanto ações de complementaridade com o meio natural, a zona costeira. Neste excerto da introdução o autor apresenta seu objeto de pesquisa, já se anunciando sobre a existência da contradição de um modelo de gestão que preza pelo viés da conservação, porém um modelo que muitas vezes invade modos de vidas de grupos sociais muito anteriores à criação da UC, as comunidades tradicionais.

P2 (Excerto 3):

As Unidades de Conservação, no entanto, têm sido interpretadas, por um lado, como potencial para repensar a gestão dos recursos naturais, com a participação dos usuários, e por outro, como geradora de conflitos, uma vez que afetam os modos de vida tradicionais de comunidades e grupos sociais que precederam a sua criação. Todavia, importa reconhecer no contexto da zona costeira a presença de comunidades tradicionais como parte integrante desses espaços naturais, configurando territórios que expressam modos de vida e saberes tradicionais. Esses grupos salvaguardam atributos naturais importantes, com o estabelecimento de arranjos institucionais de gestão, que permitiram o uso prolongado dos recursos naturais locais, bem como a subsistência de gerações (DIEGUES, 1999; ALMUDI; KALIKOSKI, 2010) (p. 2)

Segundo o Excerto tem-se aí duas visões sobre como tem sido definidas essas UCs, apontando assim um movimento discursivo contraditório quando apontam a interpretação existente na delimitação de áreas de preservação. Por um lado, criando possibilidades de gestão dos recursos naturais, e por outro, os impactos causados aos modos de vidas das sociedades ali inseridas. Sociedades que são anunciadas como responsáveis pelo manejo da natureza de

maneira sustentável e que contribuem ao resguardar o meio natural, bem como sua subsistência a partir dele, seu território.

Para a cultura ocidental moderna, a questão do território se vincula e se fixa no domínio de espaços, enquanto delimitação geográfica e do benefício financeiro que possa acarretar. A modernidade desvincula todo e qualquer sentido que possa ser construído a partir da ligação, vivência, e atribuição a este território como lugar de vida. Escobar (2005, p. 70) argumenta que, ao retirar a “construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais” e regionais de configuração do mundo. Tal fato levou e leva a este território consequências de cunho meramente exploratório, destruindo culturas e suas sociedades, e ainda nas palavras de Escobar, “o desaparecimento do lugar está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas”.

Essa proteção é construída pelo vínculo, pelo tempo e gerações que se estabelecem em uma mesma região, tendo como base as relações culturais, as formas de relação de se construir esses conhecimentos atrelando-se à memória. Esta síntese é composta por três vertentes, segundo Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 94): (i) pela experiência historicamente acumulada e transmitida através de gerações por uma cultura rural determinada; (ii) pela experiência socialmente compartilhada pelos membros de uma mesma geração (ou mesmo tempo geracional); e (iii) pela experiência pessoal e particular do próprio agricultor e de sua família adquirida pela repetição do ciclo produtivo anual, e gradativamente enriquecida por variações de eventos imprevistos e surpresas diversas.

A aproximação entre as comunidades tradicionais com seu território traz aspectos que se interconectam por meio das relações sociais, configurando-se em um elemento simbólico, sentidos e vivenciados de forma íntima. Relações que, ao serem profundamente permeadas pela natureza e o espaço em si, reverberam para esses grupos, juntamente com natureza e cultura, como algo mútuo que se influenciam (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Assim como P1, P2 também traz na Introdução da pesquisa a perspectiva por onde será encaminhada sua discussão, trazendo pontos que, ora caminham por uma ideia de complementaridade, ora pela ideia do desenvolvimento como base para se discutir a Sustentabilidade. Apesar de P2 partir do mesmo decreto de P1 para definir as comunidades tradicionais e tratar da relação desses grupos.

P2 (Excerto 4):

A proposição de complexificar o espaço-lugar de desenvolvimento, substituindo-o pela ideia de espaço-território, possibilita identificar novas potencialidades de desenvolvimento (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006; VIEIRA; CAZELLA; CERDAN, 2006), bem como entender e mobilizar os atores que integram um dado espaço geográfico. Nesse sentido, a participação dos atores locais é condição e pilar fundamental quando se pensa no processo de desenvolvimento territorial sustentável (CAZELLA, 2006), demonstrando outra aproximação à abordagem dos modos de vida, especialmente pela compreensão das similaridades entre os sistemas socioecológicos e do território como unidade de análise. (p.19)

Neste Excerto 4 de P2, se discute uma hipótese de mudança em que “*espaço-lugar de desenvolvimento*” ao ser modificado para “*espaço-território*”, se tornaria mais complexo e possibilitaria a capacidade de identificar potencialidades de desenvolvimento, bem como apreender e estimular a participação dos sujeitos da comunidade que ocupam aquela área. Sendo essa participação, fundamental para que se haja um “*desenvolvimento territorial sustentável*”, já que esses povos mantêm uma relação muito próxima com os demais elementos da natureza e sistemas ecológicos.

Os sentidos neste excerto se constroem na ideia de que o território é assumido enquanto uma teoria que ao se modificar o termo “lugar” para “território” alcançaria assim a complexidade que o acompanha quando se remete a sua ligação com as comunidades tradicionais. Outro sentido é o território enquanto delimitação geográfica, quando é enunciado “*entender e mobilizar os atores que integram um dado espaço geográfico*” dá-se a ideia de que o território está delimitado em um espaço, e não a complexidade de que já anunciaram, de que este se dá, para as comunidades tradicionais, para além de uma delimitação geográfica.

Apesar deste cunho mais teórico tratado acima acerca do território, mais adiante em suas discussões teóricas no Capítulo 2 – O Desenho do Modelo Analítico, a pesquisa P2 traz, em suas discussões teóricas, algumas definições sobre o território, que varia desde delimitação de espaço geográfico até a multiplicidade de expressões, e opta por se pautar da na perspectiva, enunciada no Excerto 6 e reforçada pelo Excerto7:

P2 (Excerto 5):

Embora as dinâmicas territoriais tratem da expressão de diversos atores e setores, o destaque do modelo no arcabouço desta tese reside em compreender as dimensões envolvidas no fenômeno de desenvolvimento, a partir do que os comunitários percebem como importantes. Trata-se de incorporar as proposições de Cazella et al. (2009), considerando os modos de vida das famílias na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos, trazendo à tona fenômenos estéticos, relações de poder, formas de resistência e adaptação, ou mesmo de inovação. (p.24)

P2 (Excerto 6):

No escopo desta tese, optou-se em atribuir um maior significado ao território ocupado tradicionalmente, sob a hipótese de reconhecer os fatores importantes que estimulem a autodeterminação dos grupos tradicionais, trazendo critérios sobre o uso sustentável dos recursos e ao mesmo tempo, renda, bem estar, ou outros resultados pretendidos para alcançar os modos de vida sustentáveis. (p. 28)

Anterior ao Excerto 5, a pesquisa P2 discute sobre uma Trajetória de Desenvolvimento que possibilita abordar múltiplas dinâmicas territoriais que estão atreladas ao contexto estudado para a pesquisa. E por esse caminho aponta a abordagem de questões ambientais, socioculturais e políticas, além das econômicas, alocando-o como qualificado para um desenvolvimento diferenciado da proposta apenas pelo crescimento. E neste Excerto 5 ele o aponta como destaque enquanto um modelo para que se possa compreender as dimensões que o envolvem, considerando o que “os comunitários percebem como importantes”.

No Excerto 6, ela reforça essa ideia última acima e acrescenta elementos como “o uso sustentável dos recursos e ao mesmo tempo, renda, bem estar, ou outros resultados pretendidos para alcançar os modos de vida sustentáveis” para apontar a complexidade associada aos modos de vidas tradicionais sustentáveis.

Ao selecionarmos os Excertos anteriormente, foi nossa intenção evidenciar elementos que caminham, desde a introdução até os aportes teóricos escolhidos nos enunciados das pesquisas, para encaminhar e trilhar uma discussão. E são nesses momentos que transbordam

as contradições discursivas que assumem uma posição de se apoiarem e se referenciarem, e ao mesmo tempo refutarem as ideias.

Esses excertos e palavras, evidenciados acima em P1e P2, trazem ideias que ecoam discursivamente sobre como o território abarca elementos singulares, permitindo que as ações e os comportamentos dos sujeitos ligados intrinsecamente na construção deste, se dão a partir de processos sócio-históricos, construindo assim uma territorialidade discursiva embasada em elementos que os caracteriza e subsidiam nas mais distintas esferas de relações possíveis: religiosa, social, valores, moradia e subsistência, cultural, econômica, aprendizado, conhecimento, identitária, dentre outras.

O campo discursivo é indissociável da produção do espaço. Assim, ao assumir o território como um espaço geográfico, delimitado politicamente, e detentor de recursos a serem explorados, há um significado que reverbera em ações e políticas espaciais (no caso da UC) de forma a considerar os povos tradicionais como elementos externos ao meio. Contudo, quando considera território para além da questão espacial, trazendo elementos identitários, culturais, e formas de relações sincrônicas com os ecossistemas, há significados que se desdobram em concepções e ações de gestão, que consideram os povos tradicionais como parte do território e, portanto, vozes a serem ouvidas na condição dos planos e modelos de gestão das UC's.

O “território”, enquanto enunciado, terá sentidos e significados que foram construídos a partir de suas leituras, vivências, carregando consigo elementos de contextos, vozes, que existem dentro de relações dialógicas que é o discurso, preenchido por outros enunciados.

A mudança dada por arranjo institucional por meio de uma normativa, pode ser ainda mais distante da aproximação entre Sustentabilidade e território, já que o falar de território é mostrar onde se dão as dinâmicas vividas pelas comunidades, que é para além de algo observável e passível de reprodução, ou mesmo institucionalizado por discursos oficiais. A ação coletiva desenvolvida pelas comunidades se dá de maneira complementar ao meio, as necessidades e construções culturais. Podendo esta pertencer a uma esfera que só pode ser alcançada se for sentida, vivida, experienciada, que não se pauta no capitalismo que presa pelo desenvolvimento.

Ao anunciar a expressão “*Desenvolvimento Territorial Sustentável*”, percebemos traços de uma influência dos modos capitalistas pulverizados no discurso uma vez que, para esses grupos sociais, o “Bem Viver” é a forma de ser e estar no mundo, não tendo como base um perfil acumulativo. É compreender que existem, nesta dinâmica, inter-relações, ou seja, onde o território é a base para as conexões, e a comunidade é parte dessas conexões, não podendo ser deslocada para um único ponto isolado ou que não se conecte aos outros.

Como fechamento deste tema, conseguimos depreender como o território assume, nos enunciados, “papéis” que variam de acordo com a proximidade do enunciador com elementos que podem ligá-los de maneira singular, com proximidade que terá um sentido de complementaridade. Ou seja, quando a discussão está mais próxima das UC’s, que é um modelo de Desenvolvimento Territorial Sustentável, os posicionamentos enunciativos se aproximam dessas ideologias. E quando o foco está no contexto das comunidades tradicionais, parece o posicionamento enunciativo se aproximar da perspectiva do “Bem Viver” com a Sustentabilidade pela cultura.

5.2 COMUNIDADE TRADICIONAL E MANEJO DA BIODIVERSIDADE

Toledo e Barrera-Bassols (2015) constroem a ideia de que podemos compreender os grupos tradicionais como herdeiros de uma longa linhagem cultural, localizados em regiões específicas muito antigas, porém igualmente válidas, de conhecer e manejar a biodiversidade, tanto silvestre como domesticada, sendo considerados os sistemas de manutenção desses grupos como os melhores indicadores de restauração do equilíbrio ecológico nos sistemas de produção.

As pesquisas P1 e P2, trazem, em aspectos gerais, o conhecimento construído por um longo período de tempo pelas comunidades tradicionais numa relação próxima com natureza, e que empiricamente se faz, carregando estratégias de uso do meio natural, que podem apontar para caminhos outros de ser e estar no mundo. Numa relação mútua em que ambos são beneficiados levando às práticas e manejo da natureza por meio da vivência, permitindo uma observação sistemática dos ciclos naturais.

E em suas discussões teóricas as pesquisas frisam exatamente o manejo do meio natural enquanto uma forma de relação existente e diferenciada que se estabelece entre os sujeitos das comunidades tradicionais e o os outros elementos da natureza:

Na pesquisa P1, dentro da subseção 4.2 - Comunidade tradicional, que espaço é esse? discute aspectos que dão as comunidades tradicionais suas características tão singulares que as difere dos demais grupos sociais. E nesse momento traz a relação estabelecida com a natureza enquanto algo muito próprio e singular construído tradicionalmente por esses sujeitos:

Segundo o Excerto 8 de P1, apoiando em seu referencial teórico, além de elucidar quem são esses grupos de “*Sociedades tradicionais*”, com uma construção cultural diferenciada, graças à sua forma de vida e relação específica com a natureza, aponta como um de seus atributos a capacidade de “*manejo sustentado do meio ambiente*”. São atribuídas essa capacidade de se desenvolver com base nos nichos ecológicos, os povos indígenas, caiçaras, sitiantes, roceiros tradicionais, quilombolas, *comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais e os grupos extrativistas*.

P1 (Excerto 8):

*Diegues et al. (2000) falam em “Sociedades tradicionais” e apontam que se trata de um tipo de organização social composta por: [...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e **formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente**. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados à nichos ecológicos específicos. Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. (DIEGUES et al., 2000, p. 22) (p.55).*

O sentido construído nesse Excerto se liga aquele discutido por autores que buscam por uma forma alternativa de se relacionar com o meio natural, Ibañez e Ledezma (2015), por exemplo, trazem perspectivas que ao olhar para essa sociedade dão a possibilidade do repensar as formas de se lidar com os demais elementos da natureza. Forma alternativa por sair da discussão tendo o desenvolvimento como base. E nesse contexto existe uma relação mútua e de respeito aos ciclos ecológicos da natureza desempenhando atividades que demarcam uma de suas formas específicas de lidar com a natureza, somente sendo possibilitada pelo contato e vivência direta com ela.

Essa maneira de lidar com o meio natural resulta em uma construção de conhecimentos, que atribui a esses sujeitos, não somente a condição de objetos de pesquisa, mas como construtores de ideias e estratégias. No excerto 5 de P1, essa ideia é enunciada:

P1 (Excerto 9):

A relação de conhecimento que é estabelecida com a natureza faz com que as estratégias de manejo dos serviços ambientais ou ecossistêmicos sejam elaboradas, tendo como consequência o uso mais racional e sustentável desses bens e serviços. A esse respeito, pode-se dizer também que outra característica marcante é a transmissão desses conhecimentos de geração em geração, por meio da oralidade. Todo o conhecimento acumulado em anos, guardados na memória, são passados adiante na tentativa de imortalizar alguns saberes tradicionalmente construídos. “[...] é possível afirmar que a transmissão oral dos conhecimentos dessas populações remete diretamente ao modo como se perpetuam as demais características [...]” (PEREIRA; DIEGUES, 2010, p. 40) (p. 57).

Dado no Excerto, o estabelecimento da relação de conhecimento com a natureza faz com que sejam elaboradas estratégias que vão resultar em maneiras sustentáveis e racionais de uso desses elementos naturais. E esse conhecimento construído é transmitido, por meio da oralidade, de geração para geração, como tentativa de “*imortalizar alguns saberes construídos*”.

Na continuação do enunciado a contradição no uso de termos explicita pontos que distanciam do meio natural as comunidades quando reduz os ciclos ecológicos em “*manejo dos serviços ambientais ou ecossistêmicos*”. Desse modo, o caminho que vinha sendo construído pelo enunciado, de que a relação com a natureza se dava pelo âmbito cultural e não via “serviços”, é contradito ao colocar o meio natural como agente externo e prestador de serviços aos sujeitos ali localizados, sendo que as diversidades cultural e biológica são construídas simultaneamente e representam uma característica singular desses grupos “culturalmente diferenciados”.

Os enunciados de P1 em sua seção 6 - Considerações sobre o percurso da pesquisa, nesse momento do trabalho são emblemáticos na medida em que ao longo do percurso do trabalho, são tecidos posicionamentos discursivos que dão a essa parte o momento de reflexão sobre o que foi discutido.

P1 (Excerto 10):

*Diante de um planeta em situação de risco e vulnerabilidade socioambiental, as comunidades tradicionais constituem-se resistências ao modelo desenvolvimentista de consumo, predatório e massificador. **Na contracorrente desse modelo, os saberes e fazeres gerados e geridos no âmbito da comunidade tradicional, foco desta investigação, são tomados como possibilidades de contribuir com a escola no processo de transição para um Espaço Educador Sustentável, desafio apresentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (DCNEA) e incorporadas às políticas e aos programas de governo como o Programa Nacional Escolas Sustentáveis e PDDE Escola Sustentável.** (p.119)*

P1 (Excerto 11):

*Ora! De fato, não há como negar que a escola pesquisada conhece os saberes e fazeres presentes na comunidade, reconhece que os educandos “carregam” essas manifestações para escola, mas demonstra dificuldades de várias ordens para inseri-los efetivamente no currículo. Foi observado que, no momento atual, **a incorporação no currículo de tais saberes, fazeres e questões ambientais locais são muito mais relevantes no processo de transição da escola para um Espaço Educador Sustentável do que as ações pontuais e superficiais elencadas pela escola no PDDE-Escolas Sustentáveis com vistas a essa transição.** (p. 124)*

P1 (Excerto 12):

*Também cabe mencionar que essa pesquisa possibilitou repensar a ideia de Espaço Educador Sustentável quando ficou evidente que **a comunidade pesquisada possui saberes e fazeres capazes de contribuir com o enfrentamento das problemáticas socioambientais.** Para além disso, a comunidade pode favorecer o processo de transição da escola para um espaço ainda mais legítimo do que o preconizado na ideia de Espaço Educador Sustentável. (p. 124)*

E nesse sentido, P1 traz enunciados que reforçam um pensar as práticas das comunidades, o saber fazer, a partir de sua relação com a natureza e ciclos ecológicos, como caminho para discutir a sustentabilidade no processo de transição do modelo escolar.

Os Excertos de P1 demarcam que as práticas desenvolvidas pela comunidade, o saber fazer, como uma forma que resiste aos moldes do modelo capitalista de extrapolação do uso dos outros elementos da natureza, que degrada em prol do lucro e pelo qual seria um caminho possível de mudança: “*Na contracorrente desse modelo, os saberes e fazeres gerados e geridos no âmbito da comunidade tradicional, foco desta investigação, são tomados como possibilidades*”; Esses saberes e fazeres podem contribuir para a transição de um espaço educativo que considere que: “*a incorporação no currículo de tais saberes, fazeres e questões ambientais locais são muito mais relevantes no processo de transição da escola para um*

Espaço Educador Sustentável”, pode existir, nesse considerar, o olhar para a construção de conhecimentos desses grupos. E que a própria prática da pesquisa possibilitou um repensar sobre o projeto Espaço Educador Sustentável quando se observa que as atividades da comunidade são eficazes enquanto uma luta pela solução para as problemáticas socioambientais: “*a comunidade pesquisada possui saberes e fazeres capazes de contribuir com o enfrentamento das problemáticas socioambientais*”.

Ao tratar dessa relação entre as comunidades e os outros elementos da natureza, a pesquisa P2, em sua subseção de discussão teórica 2.2 As perspectivas normativas do Desenvolvimento Territorial Sustentável, enuncia:

P2 (Excerto 7):

Sobre a Trajetória de Desenvolvimento proposta, ela possibilita abordar as múltiplas dinâmicas territoriais associadas ao desenvolvimento de uma região estudada, incorporando questões ambientais, socioculturais e políticas, além das econômicas, qualificando o desenvolvimento e o diferenciando da perspectiva restrita de crescimento. A compreensão da trajetória de desenvolvimento auxilia também na construção de novos contornos para o planejamento e gestão sustentável de uma região, visto o destaque da recriação criativa que os grupos sociais, nesse caso, as comunidades litorâneas, empreendem para manter seus modos de vida, suas atividades produtivas e, conseqüentemente, sua reprodução sociocultural e econômica (VIEIRA; CAZELLA, 2004; ANDION, 2007, FLORES, 2007; FOPPA, 2009). (p.23)

O Excerto aborda a Trajetória do Desenvolvimento associada aos diversos processos territoriais que estão ligados ao desenvolvimento de uma região, em que “*questões ambientais, socioculturais e políticas, além das econômicas*” fazem com que não seja uma proposta de desenvolvimento com base apenas no crescimento. Compreender essa trajetória contribui na concepção de possibilidades para a gestão sustentável de uma região, sendo nesse caso específico as comunidades litorâneas aquelas que “*empreendem para manter seus modos de vida, suas atividades produtivas e, conseqüentemente, sua reprodução sociocultural e econômica*”.

Sendo assim, a pesquisa enuncia essas comunidades como aquelas capazes de se desenvolver com atividades de produção que podem contribuir para compreender o processo construído do desenvolvimento, tendo em vista a melhora de planejamentos e de gestão de UCs. E essas atividades se ligam aos modos de suas relações com o meio natural. Ao passo que essas relações apontam para um considerar a construção de conhecimentos tendo em vista os modos

desses grupos. Falar de gestão sustentável de uma região se liga diretamente a práticas e modos de lidar com o meio natural e sua manutenção.

No entanto, ao conduzir a discussão sobre as “formas de gestão” das UCs, o enunciado aponta para discussões do discurso de preservação/conservação e não consideram os grupos culturais que compõem o território. Ao associar comunidades do entorno como parte do território e o estabelecimento de relações com a biodiversidade, assume que os modelos devem considerar essas vozes na composição dos planos de gestão que visem um uso prolongado dos “recursos naturais locais”.

Apesar da responsabilidade sobre o manejo sustentável, trazem o destacar do papel das comunidades tradicionais na manutenção dos ecossistemas por meio de suas práticas. Porém, existe uma contradição ao dizerem que esses sujeitos convergem com o objetivo tratado pelas unidades de conservação, e não que as unidades reconhecem suas práticas como possibilidade para se repensar a proteção e manejo desses espaços.

O sentido aqui construído caminha para um considerar as comunidades e suas práticas, mas primeiramente vem de uma perspectiva do desenvolvimento, do compreender a trajetória deste. Uma vez que a “*recriação criativa*” traz uma ideia de que eles, os sujeitos da comunidade litorânea, se reconstroem frente as possibilidades dadas em seus territórios.

Mais adiante, ao trazer a subseção 2.3 A abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis, P2 discute:

P2 (Excerto 8):

No paradigma sistêmico adotado para abordar a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento, a lógica de separação entre natureza e pessoas impostas pelo Estado, são reconciliadas para trazer à tona o potencial das práticas de uso sustentável dos bens e serviços ambientais utilizadas por atores e grupos sociais (ALLISON; BADJECK, 2004). (p. 29)

No Excerto, o paradigma sistêmico que é utilizado para tratar da gestão de recursos naturais e desenvolvimento, bem como o distanciamento entre sociedade e natureza, são apaziguadas para devolver o potencial de práticas pelo uso sustentável dos bens e serviços ambientais utilizados pelos sujeitos das comunidades tradicionais.

Apesar de encaminhar como um potencial as práticas das comunidades tradicionais para um modo sustentável, a pesquisa enuncia que o meio natural se aloca enquanto um bem e a natureza prestadora de serviços ao ser humano, mesmo anunciando que existe uma dicotomia ser humano/natureza que os separam e os isola, a reconciliação não poderia ser possível se ainda

encaminhada pela ideia de se ver a natureza como fonte de elementos para o desenvolvimento humano.

Nas discussões construídas no capítulo 5. Imagens e movimentos do território no cenário atual, 5.2.2.1 A extração de samambaia, P2 traz como acontece a comercialização de samambaias na região. Essa atividade é descrita e enunciada como ação importante para o sustento das famílias da região.

P2 (Excerto 9):

Para atender esse circuito de comercialização, regras de manejo sustentável são adotadas pelos grupos, com ausência de tecnologias avançadas. O processo de manejo e produção envolve, basicamente: i) escolher a área ii) retirar (extrair); iii) enfardar; e iv) armazenar. Embora durante o período do estudo não tenha sido realizada o monitoramento das atividades extrativistas, foi possível identificar durante o acompanhamento das atividades, que estas são realizadas por meio de manejo sustentável, visto as técnicas utilizadas para escolha das áreas e forma de extração. As técnicas são muito similares a encontradas em outras a fundamentar as regras de manejo adotadas pelos grupos (p.146).

O enunciado acima discorre que para se entender a comercialização das samambaias são adotadas regras de manejo, realizadas pelas comunidades tradicionais, sem a utilização de tecnologias avançadas. Descrevendo como se dão os processos da produção, que basicamente envolvem “i) escolher a área ii) retirar (extrair); iii) enfardar; e iv) armazenar”. A pesquisadora ainda esclarece que apesar de não participar dessas atividades, foi possível a identificação do manejo de maneira sustentável graças as técnicas utilizadas na escolha na área de extração bem como a forma como se deu. E ainda acrescenta a similaridade desta prática em relação a outros grupos de comunidades.

Temos aqui a ideia de que os sujeitos da comunidade fundamentam suas práticas em modos de não extrapolação de uso dos recursos. Essa sociedade tradicional é reconhecida, nesse discurso, como aqueles que possuem “regras” para a comercialização da samambaia, com base no ciclo reprodutivo biológico das plantas e não a esgotando pela sua retirada em demasia.

Apesar de sabermos que estes grupos estão também submetidos a um *status* mercadológico, necessitam criar estratégias para se manterem e, segundo o enunciado, essa estratégia se dá via modo sustentável com base em regras. Ao passo que na lógica do “Bem Viver” os outros elementos da natureza não são postos como “recursos”, mas são parte de si próprios.

Apesar de evidenciar as práticas sustentáveis de manejo, o locutor – pesquisador – localiza essa população em um nicho arcaico, dando o sentido de “apesar” de serem capazes desse manejo sustentável, não possuem “tecnologias avançadas”, como se essa condição fosse

primordial para essa lida com o meio natural, e eles conseguem realizar essa tecnologia do “mundo moderno”. Ao enunciar a “ausência de tecnologias avançadas” vemos que este é um discurso muito próprio do capitalismo que atribui a capacidade de desenvolvimento de uma sociedade à utilização de maquinários e equipamentos novos, atribuindo a capacidade de desenvolvimento da agricultura à modernização agrícola, que se centra no lucro e na produção em larga escala, ditado pela necessidade mercadológica.

Os conhecimentos construídos pelas comunidades ao longo de anos – fundados por uma dinâmica coevolutiva e mútua com a natureza – tem como resultado técnicas desenvolvidas para o extrativismo, nesse caso das samambaias, que se baseiam no “funcionamento da natureza: a diversidade; a natureza cíclica dos processos; a flexibilidade adaptativa; a interdependência; e os vínculos associativos de cooperação” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 15). Utilizamos aqui o discurso de outrem para reafirmar nossa ideia sobre qual base a construção de uma sociedade sustentável pode se fundar/refundar.

O excerto P2 a seguir, da mesma subseção, 5.2.2.1 A extração de samambaia, reforça o modo como se relação com o cultivo e extração das samambaias em áreas remanescentes. Ela introduz a ideia de uma atividade pensada e realizada de maneira a respeitar os ciclos naturais de crescimento das plantas:

P2 (Excerto 10):

Em áreas de remanescentes florestais nativos (diferente das áreas cultivadas por espécies exóticas), o tempo de crescimento é menor, podendo estas serem utilizadas num período de tempo mais próximo. Associado ao manejo utilizado, como a i) escolha das frondes maduras (as mais verdes) e ii) a proteção dos brotos, a rotatividade dessas áreas podem garantir a sustentabilidade econômica e ecológica da atividade. Uma das tendências mais marcantes, e de grande relevância para o manejo da espécie, é a rápida regeneração das frondes após os cortes (BALDAUF, 2007, p.53) (p.149).

De acordo com o Excerto, as áreas florestais de plantas nativas crescem em menor tempo, contribuindo para sua utilização em curto período de tempo. E quando associado a forma de manejo realizado pelas comunidades, como escolha daquelas maduras e proteção dos brotos, podendo contribuir para a rotatividade das áreas, bem como a sustentabilidade econômica e ecológica desta atividade. Tendo a regeneração dos frondes como tendência marcante.

Ao realizarem a “i) escolha das frondes maduras (as mais verdes) e ii) a proteção dos brotos” tem –se aí um cuidado para retirada de plantas que somente estão aptas a serem colhidas. Ao selecionarem e promoverem a rotatividade das áreas plantadas cuidando para que

haja um manejo adequado das espécies esses sujeitos lidam com uma cultura ecológica, que compreende os ciclos ecológicos e produtivos.

A essas práticas específicas de manejo Leff (2010, p. 331) denomina “cultura ecológica”, demarcando como o “ordenamento ecológico de processos produtivos operou através da complementaridade de espaços territoriais e ciclos ecológicos para o manejo sustentável e produtivo de recursos naturais”. Ordenamento permitido por estratégias de diversificação e complementaridade de funções ecológicas, de práticas sociais e produtivas intimamente associadas a valores culturais de apropriação da natureza e transformação do meio ambiente.

Em suas considerações finais acerca do trabalho desenvolvido, P2 no capítulo 7. Considerações finais, traz alguns enunciados que circundam a ideia de que as práticas das comunidades estão ligadas e pode representar uma forma sustentável de manejo dos outros elementos da natureza.

P2 (Excerto 11):

ix) As famílias que constituem a comunidade mostram íntima relação com os recursos naturais, cuja sustentabilidade esteve enraizada nas práticas e modos de vida. O SNUC abre possibilidades para outras categorias de unidades de conservação, permitindo a manutenção desses grupos. Uma possível transição, para além da capacidade de organização e articulação política das comunidades, depende de uma nova visão de governança no Estado, ainda centrada em priorizar as dimensões econômicas, em detrimento dos direitos multiculturais. (p.225)

P2 (Excerto 12):

x) A diversificação compõe o repertório das estratégias dos modos de vida. As atividades não tradicionais foram incorporadas, em maior e menor grau, ao longo da trajetória de desenvolvimento e também constituem o cenário atual. O contexto da Unidade de Conservação tem grande potencial para erodir os modos de vida, uma vez que consolida as dicotomias e não se insere para observar a inter-relação dos ativos que garantiram a sustentabilidade do território por gerações. Sectariza os ativos, ou seja, reconhece os ativos naturais, mas omite sua relação com os ativos humanos e sociais como condição sine qua non da sustentabilidade. A diversificação ampliou as opções das pessoas, configurando novas habilidades e experiências ao longo da trajetória de desenvolvimento. No entanto, elas precisam ser compreendidas no tensionamento desenhado pelo cenário atual, na qual a migração para outras atividades não tradicionais pode passar a ser permanente, em vez de aleatória. Esse padrão exige o acompanhamento, considerando os ativos e o contexto de vulnerabilidade identificados. As relações socioecológicas dinâmicas envolvem complexos ciclos de mudança e resiliência aos conflitos e novas dificuldades que se apresentam; (p.226)

P2 (Excerto 13):

Por fim, as transformações sociais e ecológicas da zona costeira, bem como o modelo de desenvolvimento instituído afetam a sustentabilidade dos recursos naturais e a manutenção dos modos de vida das comunidades tradicionais, tendo em vista o comprometimento dos recursos naturais e a desvalorização dos componentes histórico culturais. A diversificação dos modos de vida, historicamente utilizados nos territórios tradicionalmente ocupados, constituem-se como importantes fatores para garantir a sustentabilidade, mas têm sido desconsiderados e, sobretudo, alterados com transformações significativas nos elementos que o constituem. (p.227)

Nesses Excertos de P2 são construídos enunciados muito representativos no que tange ao considerar das práticas das comunidades e suas formas de se relacionar com o meio natural como fechamento de uma pesquisa realizada, se torna simbólico.

Ao considerar que “As famílias que constituem a comunidade mostram íntima relação com os recursos naturais, cuja sustentabilidade esteve enraizada nas práticas e modos de vida” e “Uma possível transição, para além da capacidade de organização e articulação política das

comunidades, depende de uma nova visão de governança no Estado, ainda centrada em priorizar as dimensões econômicas, em detrimento dos direitos multiculturais” nos traz a ideia de que há sim um reconhecimento sobre a relação construída pelos sujeitos das comunidades com o meio natural, ao passo que também realiza uma crítica em relação a concentração de prioridades dada pelo Estado, a critérios de dimensão econômica quando se dá a instauração de uma unidade de conservação.

Segundo o enunciado *“O contexto da Unidade de Conservação tem grande potencial para erodir os modos de vida, uma vez que consolida as dicotomias e não se insere para observar a inter-relação dos ativos que garantiram a sustentabilidade do território por gerações”*. Essas unidades de conservação são apontadas como potenciais meios de erosão nos modos de vida das comunidades, promovendo a manutenção de dicotomias que distancia e não promove inter-relações que possam garantir a sustentabilidade.

Outra demanda muito latente das comunidades tradicionais está nas suas capacidades de *“[...] diversificação dos modos de vida, historicamente utilizados nos territórios tradicionalmente ocupados, constituem-se como importantes fatores para garantir a sustentabilidade, mas têm sido desconsiderados e, sobretudo, alterados com transformações significativas nos elementos que o constituem”*. Capacidade de diversificarem suas atividades em um mesmo território, representando como importantes para a sustentabilidade, porém, tem sofrido mudanças em suas constituições devido as transformações sofridas pelo modelo de desenvolvimento presente.

Tanto os Excertos de P1 quanto de P2 argumenta-se ideias que tendem a uma inclinação em compreender que a crise da insustentabilidade possui raízes antrópicas e que não basta apenas a busca pelo que causa degradação e extrapolação dos elementos naturais, mas compreender sistemas que desenvolvidos por sociedades não pautadas na economia para repensar a dicotomia ser humano/natureza. No entanto, ainda percebemos alguns traços de cunho econômico nos enunciados, principalmente em P2, como por exemplo, pelo uso de termos como *“qualificando o desenvolvimento”*, *“uso sustentável dos bens e serviços ambientais”*, onde se dão atravessamentos que distanciam o ser humano da natureza.

5.3 COMUNIDADES TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao nos remetermos aos postulados da Educação Ambiental e suas dimensões para a Sustentabilidade, somos colocados frente ao desafio de compreender as complexas relações que permeiam o meio ambiente, e ainda, pensar alternativas “ao” desenvolvimento e não “de”

desenvolvimento, em uma dimensão capitalista. Pensando no antagonismo do desenvolvimento em detrimento da Sustentabilidade nos mais distintos contextos, principalmente naquele que promove o consumismo, grandes produtores que se beneficiam do movimento “verde”. Discurso esse que foi sendo incorporado por distintos setores do mercado para “maquiar” as ações degradantes à natureza, não condizentes com a preocupação social, cultural, ecológica.

Discursos “maquiados” que se deparam com uma “lei-limite da natureza” (LEFF, 2010), pautados por uma ideologia de progresso que promove o conhecimento “objetivando o real, justificando a realidade, dominando a natureza, impulsionando o avanço da ciência e da tecnologia, abriu comportas de um processo de crescimento econômico que se punha infinito” (LEFF, 2010, p.23). E é nesse constructo de sociedade que naturaliza e incute essa objetificação da natureza, que a tradição filosófica e científica coisifica e objetiva o mundo “colocando à margem do ser, o ser do humano, o ser significador da vida e das coisas, do real e da natureza” (LEFF, 2010, p.25).

Nesse sentido selecionamos Excertos das pesquisas P1 e P2 em que ficam demarcados momentos onde as práticas das comunidades tradicionais ainda estão associadas às perspectivas do desenvolvimento. Ao passo que, apesar de enunciarem esses grupos sociais enquanto possíveis responsáveis para o se pensar modelos de gestão de UCs e base para implantação de um projeto escolar que anuncia o Educador Sustentável, em dados momentos há alguns atravessamentos nos discursos que inclinam para ideias pautadas em práticas e modelos produtivistas.

Além disso, tivemos o cuidado de selecionar excertos em há um posicionamento positivo em relação a alguma proposta desenvolvimentista. Tendendo a uma concordância com tal modelo ou mesmo quando este se apresenta anterior as demais relações que são construídas pelos modos de vida das comunidades tradicionais.

Os Excertos a seguir se tratam de seleções de P2, e percebemos o quão está arraigado na pesquisa o discurso do desenvolvimento. Vejamos:

P2 (Excerto 14):**1. INTRODUÇÃO**

*Apesar da presença de critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (pelo SNUC), a efetivação de tal política tem sido um grande desafio. Os conflitos são muitos e a crise existente nos processos, da criação à implantação de Unidades de Conservação, têm sido alvo de muitas reflexões, forçando um olhar para a configuração de novos arranjos institucionais (PRATES, 2007; MACEDO, 2008; ALMUDI; KALIKOSKI, 2009) e **para avaliação de seus efeitos, no que tange o desenvolvimento das comunidades e sustentabilidade dos territórios protegidos.** (p.3)*

P2 (Excerto 15):**1. INTRODUÇÃO****1.1 Situação-Problema**

*No arcabouço dinâmico e de transformação inerente aos territórios tradicionais, a **abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis** (Sustainable Livelihoods Approach) **contribui para tratar do desenvolvimento sustentável** e se lança como transdisciplinar, sendo produzida, divulgada e aplicada na fronteira entre pesquisa, política e prática (KNUTSSON, 2006). (p.6)*

P2 (Excerto 16):**1.3 Questões Norteadoras**

3. Como a dinâmica dos modos de vida pode orientar a construção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira estudada?
5. Qual a configuração e que elementos devem existir na construção de opções alternativas para implementação de sistemas de gestão integrada e que promovam estratégias de desenvolvimento territorial sustentável? (p.13)

P2 (Excerto 17):**Capítulo 2 - O Desenho do Modelo Analítico**

*Tendo a inerente relação com o debate sobre o desenvolvimento, **adotou-se como aporte de diálogo as contribuições do conceito em construção do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS)**, que pode ser visto como uma síntese atualizada do conceito de ecodesenvolvimento (SACHS, 1986). O DTS parte numa primeira dimensão do conceito de desenvolvimento territorial (DT), destacando o processo de criação coletiva e institucional associada a um novo estilo de desenvolvimento, nesse caso, ancorado na dimensão que complementa o conceito: o da sustentabilidade (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). (p.18)*

P2 (Excerto 18):**Considerações finais**

*A compreensão da trajetória de desenvolvimento emoldura-se como importante estratégia para aproximar pesquisadores e gestores dos elementos que constituem o território (memórias, saberes, estratégias adaptativas) e, conseqüentemente, dos elementos em potencial e limitadores **para constituir estratégias de desenvolvimento territorial e gestão para o território.** (p.227)*

A “*Abordagem dos Modos de Vida Tradicionais*” vem sendo discutido enquanto base para contribuir para “*tratar do desenvolvimento sustentável*”, e ainda é indicado como possível transdisciplinaridade dentro de pesquisas, políticas e prática. Ao trazer os modos de vida tradicionais a pesquisa busca uma forma outra de pensar a relação com o meio natural, no entanto, em alguns momentos a pesquisa os aproxima da ideia de desenvolvimento sustentável. Se discutirmos a sustentabilidade pelo viés das comunidades tradicionais e suas práticas não teremos a base no desenvolvimento, aqui neste tem o sentido de sinônimos entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

O próprio encaminhamento da pesquisa pelas questões contribui para esse olhar e discussões que equiparam as práticas sustentáveis das comunidades ao desenvolvimento sustentável: “*Como a dinâmica dos modos de vida pode orientar a construção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável*” e “*Qual a configuração e que elementos devem existir na construção de opções alternativas para implementação de sistemas de gestão integrada e que promovam estratégias de desenvolvimento territorial sustentável?*”. Ou seja, é pelos modos de vida desses grupos que podem ser construídos caminhos para o desenvolvimento territorial sustentável.

Essa aproximação é configurada até mesmo enquanto um diálogo teórico de contribuição para se pensar o desenvolvimento, “*adotou-se como aporte de diálogo as contribuições do conceito em construção do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS)*”. Ao se considerar enquanto base teórica o conceito de DTS, é compreensível que o discurso do desenvolvimento estaria presente em todo o processo enunciativo da pesquisa. Uma vez que aqui trouxemos recortes, mas que demonstra esse posicionamento em todo o trabalho.

E por fim, como fechamento destes recortes e como fechamento da própria pesquisa P2, é trazido a discussão sobre a importância de compreender a trajetória do desenvolvimento que terá como consequência a aproximação tanto de pesquisadores, gestores que constituem o território quanto de elementos para “*para constituir estratégias de desenvolvimento territorial*”.

Em relação pesquisa P1, foi muito mais emblemático o distanciamento do termo desenvolvimento sustentável em relação ao termo sustentabilidade, ao passo que, o termo “desenvolvimento” ao ser enunciado no trabalho se associava a uma condição contrária ou não sinônima a sustentabilidade, até mesmo enquanto uma crítica.

Evocando a voz de outrem para discutir a teorização de conceitos, a pesquisa traz Leff para uma articulação com a ciência ao tratar da epistemologia ambiental, bem como “*criticar a retórica do desenvolvimento sustentável*”, ou seja, demarcando um distanciamento entre o termo DS e Sustentabilidade.

PI (Excerto 13):

4.5 BREVE DIÁLOGO COM BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, ENRIQUE LEFFE
PAULO FREIRE: O RECONHECIMENTO DA PLURALIDADE DE SABERES

Ao discutir a articulação das ciências, Leff lembra que:

A epistemologia ambiental dá um salto para pensar o saber ambiental na ordem de uma política da diversidade e da diferença, rompendo o círculo unitário do projeto positivista: para dar lugar aos saberes subjugados, para criticar a retórica do desenvolvimento sustentável e o propósito de ambientalizar as ciências; e para propor a construção de novos conceitos para fundar uma nova racionalidade social e produtiva. (LEFF, 2012, p. 22). (p.69)

PI (Excerto 14):

6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERCURSO DA PESQUISA

*Diante de um planeta em situação de risco e vulnerabilidade socioambiental, as comunidades tradicionais constituem-se resistências ao **modelo desenvolvimentista de consumo, predatório e massificador**. Na contracorrente desse modelo, os saberes e fazeres gerados e geridos no âmbito da comunidade tradicional, foco desta investigação, são tomados como possibilidades de contribuir com a escola no processo de transição para um Espaço Educador Sustentável, desafio apresentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (DCNEA) e incorporadas às políticas e aos programas de governo como o Programa Nacional Escolas Sustentáveis e PDDE Escola Sustentável. (p.119)*

PI (Excerto 15):

*Diante desse quadro de “faz de conta”, é preferível distanciar-se dos discursos que “dizem que fazem”, mas que, na verdade, reproduzem de forma disfarçada o **modelo capitalista do desenvolvimento (in)sustentável**, vendendo a ideia de consumo de um padrão colonizante, praticamente um marketing da escola verde, construindo, assim, um modelo ideal e hegemônico do que seria uma “escola sustentável”, desvirtuando os princípios e objetivos do PNES e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA. (p. 123)*

Em suas considerações finais e ao tecer suas reflexões ela demarca o estar ciente das condições de risco do planeta em relação às questões socioambientais e considera as comunidades tradicionais enquanto um modelo que vai contra a este desenvolvimentista. E que as práticas desenvolvidas pelas comunidades são o caminho para se estabelecer diretrizes para o processo de transição Espaço Educador Sustentável.

E por fim, é retomada a crítica ao próprio termo desenvolvimento sustentável, quando enuncia “reproduzem de forma disfarçada o modelo capitalista do desenvolvimento (in)sustentável, vendendo a ideia de consumo de um padrão colonizante”. Ou seja, assume-se aqui um discurso que compreende a distinção entre sustentabilidade, bem como a sua ligação às práticas das comunidades tradicionais, e desenvolvimento sustentável se esconde por detrás de discursos e marketings “verdes”.

As escolhas destes excertos foram encaminhadas devido a condição emblemática de discussões em pesquisas que propõem mesmos encaminhamentos, neste caso as práticas das comunidades tradicionais enquanto modelos sustentáveis, no entanto se desencontram ao longo das construções dos enunciados. A pesquisa P1 com inclinação para a sustentabilidade a partir das práticas das comunidades enquanto a pesquisa P2 tem a proposta de se discutir modos sustentáveis a partir dessas sociedades, no entanto o atravessamento do desenvolvimento ainda se faz muito presente em suas discussões, levando a momentos em que são tratados enquanto sinônimos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo das pesquisas em EA para a Sustentabilidade é perceptível o considerar de modelos de ser e estar no mundo que tentem amenizar a condição colonizadora da relação do ser humano com os outros elementos da natureza. Entretanto, ainda mantém-se enunciados muito próximos aos de políticas ambientais encaminhadas pelos discursos governamentais sem serem questionados, apenas enunciados enquanto validação de um posicionamento enunciativo.

Como resultado das análises realizadas, apesar de muitos elementos aproximarem o discurso ao contexto e demonstrar como ele tem sido construído por uma relação muito singular ao contexto e local de vida, alguns momentos ainda demarcam uma contradição que, provavelmente, se deve à internalização de uma construção social hegemônica que a atravessa e está inerente à sua formação. Nessa escrita do autor, no sentido de se pautar sempre na palavra de outrem e fazer a discussão dentro de uma certa lógica, ele acaba trazendo essas contradições para o texto ao não problematizar essa palavra outra que valida seu posicionamento.

Quando os enunciados localizam os discursos das comunidades tradicionais sempre no campo da cultura e o desenvolvimento sustentável sempre no da economia em um mesmo texto, continuasse mantendo o discurso colonial, dicotômico, em que se fixa os assuntos de acordo com o contexto. Ou seja, é um discurso que mantém a heterogeneidade de vozes dentro da academia e produção científica, pois é aprovado nas bancas avaliadoras por trazerem no enunciado da pesquisa os elementos obrigatórios e necessários para sua divulgação e/ou publicação.

No entanto, mantêm a contradição dos enunciados, já que a discussão não avança para a mudança do modelo central de produção de conhecimento científico, políticas públicas, discussões ambientais, entre outros. E se esse modelo não se desestabiliza, reverbera o desenvolvimentismo e colonizador.

Ao apontarmos essas contradições não fazemos juízo de valor sobre a qualidade do trabalho, e não o acusamos de nada. Mas mostramos o quanto a escrita acadêmica pode reproduzir ou romper com os discursos dominantes.

Também apontamos como o discurso traz contradições importantes e potencialidades para uma agenda de pesquisa que considere as comunidades tradicionais como enunciadore (produtores de enunciados) e não objeto de estudo. O “Bem viver” como lente pode preencher esta lacuna como forma alternativa do que a Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável trazem como perspectiva de preservar o meio natural, no entanto, sempre apontando para o capital e o lucro.

Essas contradições se manifestam de maneira frequente, principalmente ao anunciarem a Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável em que, segundo Acsehrad (2010), é um modelo e visão que homogeneiza, mas sociedades que estão à margem do capitalismo. Não se tem nesse discurso um questionamento sobre a essência deste padrão de desenvolvimento, e há apenas uma divulgação subliminar para manutenção da produção de bens de consumo como foco do desenvolvimento. Acsehrad (2010) ainda questiona como tem sido discutida a Sustentabilidade com viés quantitativo e não qualitativo. Sentido esse construído quando as pesquisas se embasam em discursos governamentais que buscam um sentido conservacionista, como por exemplo, as Unidades de Conservação. No processo de expropriação das comunidades que habitam este território e ao não se considerarem os conhecimentos construídos por esses sujeitos, há indício de um processo colonizador que se dá ao mesmo tempo em que essas unidades são construídas, inculcando a ambientalização nos discursos de proteção ao meio ambiente.

Por mais que existam as aproximações nas discussões entre EA, Sustentabilidade e comunidades tradicionais nas pesquisas, ainda vemos perpetuar contradições que tendem a ter as práticas das comunidades tradicionais e o “Bem Viver” como forma de alcançar uma proximidade com o meio natural em complementaridade (IBAÑEZ; LEDEZMA, 2015). Pensar em propostas neste sentido é para além de uma interdisciplinaridade para hibridar as ciências sociais e naturais, o ambiente natural deve ser visto como elemento interno ao ser humano (LEFF, 2010).

A partir disso então, apontamos para uma agenda de pesquisa que considere que as comunidades tradicionais e suas produções de conhecimento voltem para o cenário da disputa por direitos e olhar para além do modelo vigente de produção científica que está posto e se reverbera continuamente dentro de uma mesma lógica de produção e divulgação, onde as discussões acerca da Educação Ambiental sempre partem de um caráter economicista.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A. **El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo: una lectura desde la Constitución de Montecristi**. PolicyPaper, n. 9, 2010. Disponível em: https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Analisis/Buen_vivir/Buen_vivir_posdesarrollo_A._Acosta.pdf. Acesso em: 14 maio 2021.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v.24, n.68, p.103-119, 2010.
- ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.L.], v. 40, p. 231-251, 30 abr. 2017. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566>. Disponível em: Acesso em: 17 maio 2021.
- ALMEIDA, E. A.; SILVA, J. F. da. Abya Yala Como Território Epistêmico: pensamento decolonial como perspectiva teórica. **Interritórios**, Caruaru, Pernambuco, v. 1, n. 1, p. 42-64, maio 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/5009/4293>. Acesso em: 18 maio 2021.
- ARAÚJO, N. M. S.; MENDONÇA, E. da S.; COSTA, J. M. de A.; SILVA, J. P. da. **Conflitos socioambientais no nordeste brasileiro**: tema de interesse para o serviço social. Espaço Temático: Conflitos Sociais, Ideologia, Cultura E Serviço Social. *Rev. Katálysis* 22 (02)may-aug 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n2p363>. Acesso em: 18 maio 2021.
- BAPTISTA, G. C. S. Importância da demarcação de saberes no ensino de Ciências para sociedades tradicionais. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 16, n. 3, p. 679-694, maio 2010. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-73132010000300012>. Acesso em: 17 maio 2021.
- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila *et al.* Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. ISBN 978-85-326-4298-1.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação** – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora. 1994.
- BRASIL. Assembleia Legislativa. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 107, de 5 de outubro de 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. Constituição (2007). Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007.**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 14 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.750, de 22 de dezembro de 2020. **Conselho**. Brasília, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-povos-e-comunidades-tradicionais/conselho>. Acesso em: 14 maio 2021.

CAMARGO, D. R. **Os conceitos de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável na produção teórica em Educação Ambiental no Brasil:** um estudo de teses e dissertações. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro-SP, 2016.

CANDAU, V. M. F. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p.45-56, 2008.

CARVALHO, L. M. de. *et al.* A educação ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica –teses e dissertações. **CNPq: Relatório Científico**. Rio Claro, UNESP – Rio Claro, UNICAMP, USP – Ribeirão Preto, 2012.

CONFERÊNCIA de Estocolmo. **CETESB**, 2021. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencias-internacionais-sobre-o-meio-ambiente/estocolmo/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CORBETTA, S. A. SESSANO, P. Fundamentos políticos y conceptuales para diseñarlas políticas de educación ambiental em el sistema educativo argentino. **Práxis & Saber**. Colombia, v. 12. 2021. Disponível em: https://revistas.uptc.edu.co/index.php/praxis_saber/article/view/11560/10075. Acesso em 12 mai. 2021.

CORTEZ, D. **La construcción social del “Buen Vivir” (Sumak Kawsay) en Ecuador.** Aportes Andinos, v. 28, p. 1-23, 2011.

DIAS, C. M. **Práticas Pedagógicas de Educação Ambiental em Áreas Protegidas:** um estudo a partir das dissertações e teses (1981-2009). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.2015.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In:* LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber:** Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latinoamericanas. Colección Sur-Sur. Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In:* LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber.** Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 133-168.

FERRAZ, A. T. R. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social & Sociedade**, [S.I.], n. 135, p. 346-363, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.182>. Acesso em: 14 maio 2021.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas —Estado da Arte. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FIGUEIREDO, L. C. **Aredeação pelo parágrafo**. Editora UnB. Brasília. 1998.

FOPPA, C. C. **Comunidades tradicionais em movimento: Modos de vida e educação ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em uma unidade de conservação Marinho-costeira no litoral de Santa Catarina**. Tese (Doutorado). Doutorado em educação ambiental. Rio Grande. 2015.

FRACALANZA, H. As pesquisas sobre educação ambiental no Brasil e as escolas: alguns comentários iniciais. In: TAGLIEBER, J. E; SILVEIRA, A. F. **Pesquisa em educação ambiental: pensamento e reflexões de pesquisadores em educação ambiental**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPeL. 2004.

GIANELLA, L. **O Discurso da Sustentabilidade: Contradições e Intencionalidades**. Trabalho apresentado como pré-requisito para aprovação na disciplina “Paisagem, espaço e sustentabilidades”, ministrada pelos professores Álvaro Ferreira, João Rua e Rogério Ribeiro de Oliveira no curso de Mestrado em Geografia da PUC-Rio, no segundo semestre de 2007.

GOUVÊA, G. R. R. Rumos da formação de professores para a Educação Ambiental. **Educar**, Curitiba, n. 27, Editora UFPR. p. 163-179, 2006.

GUIMARÃES, R. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 13-44.

GUDYNAS, E. Buen Vivir: Today's tomorrow. **Development**, v.54, n.4, p.441-447, 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/dev.2011.86>. Acesso em 14 jun. 2021.

HOLZER, W. A Geografia Cultural e a História: uma leitura a partir da obra de Lowenthal. **Espaço e Cultura** (UERJ), Rio de Janeiro, p. 32-47, 2005.

IBAÑEZ, A. I.; LEDEZMA, N. A. El Buen Vivir: na utopía en proceso de construcción. 1. Ed. Bogotá: Desde Abajo. 2015.

JÚNIOR, G. L. da S. SOUZA, R. M. de. **As comunidades tradicionais e a luta por direitos étnicos e Coletivos no sul do Brasil**. Rev. Fac. Dir. UFG, V. 33, n. 2, p. 128-142, jul. /dez. 2009.

KATO, D. S. **O conceito de ecossistema na produção acadêmica brasileira em educação ambiental: construção de significados e sentidos**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista – Araraquara. 2014.

KATO, D. S.; PEDRAZA-JIMÉNEZ, Y. Educación ambiental desde culturas y territorios em conflitos socioambientales en América Latina. **Práxis & Saber**. Colombia. v. 2.2021. Disponível em: <https://doi.org/10.19053/22160159.v12.n28.2021.12607>. Acesso em 12 mai. 2021.

LANDER, E.; A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Edgardo Lander (org.). **Colección Sur Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 4. ed. São Paulo: Cortez, p. 69-98, 2008.

LEFF, E.; **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEFF, E.; **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

MATTIOLI, C. K. K. **O processo de desterritorialização nos (dos) desastres ambientais: análise das pesquisas acadêmicas no banco de teses do projeto EArte no período de 1981 a 2012**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Uberaba, Universidade Federal Triângulo Mineiro, 2017.

MEGID, J. Educação Ambiental como campo de conhecimento: a contribuição das pesquisas acadêmicas para sua consolidação no Brasil. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 4, n. 2, p. 95-110, 2009.

MIGNOLO, W. **Histórias locais – projetos globais: colonialidade, saberes subalternizados e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, ed. 21. 2002.

MURAD, A. Do mundo vulnerável a “outro mundo possível”: Contribuição de Riechmann e da *Laudato Si* para tecnociência e sustentabilidade. **Rev. Pistis Práxis**. Teol. Pastor. Curitiba, v. 10, n. 3, 742-777, set-dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/24629>. Acesso em 12 maio 2021.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. *In: Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano*. Estocolmo, 6 p, 1972.

PELEGRINI, S. C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. *Rev. Bras. Hist.* 26 (51). jun. 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, Editora FPR. jul.-dez. 2009.

QUIJANO, A. Coloniality of power, eurocentrism, and Latin American, en *Nepantla. Views from South*, Durham, N. C.: Duke University, 1.3, 2000.

QUIJANO, A. Bien Vivir: entre el desarrollo y la des-colonialidad del poder. **Viento Sur**, 2012.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

RINK, J.; M. N., J. Tendências dos artigos apresentados nos Encontros de Pesquisa em EA (EPEA). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 235-263, 2009.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As Pesquisas Denominadas Do Tipo “Estado da Arte” em Educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set-dez. 2006.

SANTOS, B. de S. Globalizations. **Theory Culture Society**, n. 23, p. 393. 2006.

SANTOS, B de S. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SANTOS, B de S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, 3-46. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt>. Acesso em 12 mai. 2021.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, R. J. dos. **Conflitos socioambientais e processo educativo**: análise das dissertações e teses em educação ambiental (1981-2016). 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2019.

SANTOS, R. J. do; CARVALHO, L. M. de. El proceso educativo y los conflictos socioambientales: construcción de posibles significados y sentido. **Práxis & Saber**. Colombia. v. 12. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.19053/22160159.v12.n28.2021.11169>. Acesso em 12 mai. 2021.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental - pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHMIDT, M. C. C.; BOEIRA, Sérgio Luís. Dilemas da política ambiental no governo Lula. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 34, n. 2, p. 601-607, Fap UNIFESP abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934020011>. Acesso em: 14 maio 2021.

SILVA, M. C. B. e. **A perspectiva crítica nas pesquisas em Educação Ambiental - teses e dissertações**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto. 2015.

SILVA, K. P.; GUEDES, A. L. **Buen Vivir Andino**: Resistência /ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Ed. EBAPE. BR, v. 14, n. 3, Artigo 8, p. 682-693. Rio de Janeiro, jul./set. 2017.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ª edição, 2015.

URBANCIC, A. C. **Educação Ambiental e Educação de Jovens e Adultos**: um estudo a partir de artigos, teses e dissertações. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2018.

VOLOSHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

VOSGERAU, D. S. R; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de Revisão: Implicações conceituais e metodológicas. **Ver. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

WALSH, C. E. (Re) pensamiento crítico y (De) colonialidad. En: Walsh, C. (Ed.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latino americanas**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar Ediciones Abya-Yala, 2005.

WEILER, J. M. **Diálogo entre a escola e o saber-fazer de uma comunidade tradicional**: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável. Dissertação (Mestrado em Educação) - Itajaí. 2015.